



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



LUIZ FERNANDO ROECKER

Legitimação da opressão a sexualidades dissidentes: uma análise discursiva

DOURADOS – MS

2024

LUIZ FERNANDO ROECKER

Legitimação da opressão a sexualidades dissidentes – uma análise discursiva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Letras (Stricto Sensu), da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras (FALE), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Linguística e Transculturalidade (Linguística Aplicada), subárea Estudos de Língua(gens) e Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Mara de Melo.

DOURADOS – MS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R7111 Roecker, Luiz Fernando

Legitimação da opressão a sexualidades dissidentes: uma análise discursiva [recurso eletrônico]
/ Luiz Fernando Roecker. -- 2024.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Silvia Mara de Melo.

Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Discurso. 2. Diversidade sexual. 3. Homofobia. 4. Michel Foucault. I. Melo, Silvia Mara De.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR LUIZ FERNANDO ROECKER, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "LINGÜÍSTICA E TRANSCULTURALIDADE".

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às oito horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "**Legitimação da opressão a sexualidades dissidentes - uma análise discursiva**", apresentada pelo mestrando Luiz Fernando Roecker, do Programa de Pós-graduação em Letras, à Banca Examinadora

constituída pelos Prof.^ª Dr.^ª Silvia Mara de Melo/UFGD Prof.^ª Dr.^ª
membros: (presidente/orientadora),

Alexandra Aparecida de Araujo Figueiredo/UFGD (membro titular interno), Prof.^ª Dr.^ª Eliane Regina Crestani Tortola/UFPR (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado **APROVADO**. A Presidente da Banca atesta a participação dos membros que estiveram presentes de forma remota, conforme declarações anexas. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 15 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVIA MARA DE MELO
Data: 15/03/2024 11:57:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br ALEXANDRA APARECIDA DE ARAUJO FIGUEIRED
Data: 15/03/2024 12:02:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br ELIANE REGINA CRESTANI TORTOLA
Data: 18/03/2024 15:22:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^ª Dr.^ª Silvia Mara de
Melo
Presidente/orientadora
(Participação Remota)

Prof.^ª Dr.^ª Alexandra Aparecida de
Araujo Figueiredo
Membro Titular
Interno
(Participação
Remota)

Prof.^ª Dr.^ª Eliane Regina Crestani
Tortola Membro Titular
Externo (Participação
Remota)

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: ____ / ____ / _____, PELA PROPP/ UFGD.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Nelza, que sempre me motivou e me apoiou. Seu cuidado, amor e incentivo me formaram antes de qualquer instituição de ensino. Mais tarde, porém, foi o seu direcionamento que me permitiu dedicar tempo e esforço para minha formação acadêmica e profissional. Qualquer versão de mim que existisse sem você, talvez seria menos feliz e realizada, porque você, seus cuidados e amores melhoram este e o meu mundo. Eu reconheço cada gesto e atenção sua, e agradeço imensamente pelas suas escolhas. As entrelinhas de sua simplicidade e humildade pareciam me dizer mais do que qualquer livro ou teoria. Suas incansáveis ações sempre me impulsionaram para o caminho da dedicação, do amor, do afeto, integridade e honestidade.

Agradeço ao meu pai, Dauri Roecker, cuja existência foi marcada por muito suor e trabalho. O senhor me ensinou mais com suas ações do que com suas palavras, e os seus silêncios produziram e ainda produzem sentidos. Sua pessoa foi e sempre será lembrada em minha vida. Seus gestos, seus esforços e simplicidade são significativos e estão marcados e atravessados em mim, agradeço por existir e contribuir com a minha existência (em sua memória).

Agradeço aos meus amigos e amigas, os quais cito nominalmente. Agradeço à Brenda Zanchetta e Leticia Rodrigues, que são pessoas cujos diálogos e vivências estenderam-se da graduação para o mestrado, e que sem dúvida, transpuseram os campos acadêmicos e profissionais, e felizmente recaíram no da convivência e amizade. E somam neste aspecto, agradecimentos especiais a Lana Ieda e Gean Pinho pelas relevantes trocas, vocês foram, são e serão sempre muito importantes para mim, os diálogos, apoio e divisão de ‘desespero’ fizeram parte dos processos e valeram muito.

Agradeço à Vitoria Alves Miguel, que no meu não planejar, chegou para somar em todos os aspectos da minha vida. A repentina amizade surgiu e logo se intensificou de maneira surpreendente, gratidão por tudo!

Agradeço aos professores e as professoras das disciplinas que eu pude cursar ao longo do mestrado, e nomeio-os de modo a dar sua devida importância na minha trajetória: Adair Vieira Gonçalves, Alexandra Aparecida de Araújo Figueiredo, Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi, Marcos Lúcio de Sousa Gois, Marisa de Fátima Lomba de Farias e Sílvia Mara de Melo.

Agradecimento à minha orientadora de Mestrado, Prof^ª Dr^ª Silvia Mara de Melo, cujo vínculo se inicia ainda em uma iniciação científica que me proporcionou a possibilidade de ter em perspectiva a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. Os seus aconselhamentos e direcionamentos sempre foram muito bem recebidos e considerados, agradeço a atenção, cuidado e orientação ao longo destes anos.

Agradeço de modo especial as professoras que compuseram a banca de qualificação e de defesa deste trabalho, a Profa. Dra. Eliane Regina Crestani Tortola e a Profa. Dra. Alexandra Aparecida de Araújo Figueiredo, que, significativamente, contribuíram com o avanço deste trabalho a partir da leitura atenta e crítica, mediando os direcionamentos e sugestões que resultaram na melhoria do trabalho.

Agradeço à Maria Ivone Costa, por ter sido genuinamente fonte promotora de diálogos, de escuta, de apoio e incentivo que foram basilares para diferentes aspectos da minha formação. Me recordo muito fortemente do dia, mês e ano com que uma determinada caixa de livros chegou ao meu endereço, cheias de histórias, vidas e aventuras que marcaram minhas histórias, vida e aventuras. Aquele mês foi definitivamente um mês de quase ‘reclusão’ literária.

Agradeço à Paola Domingues e Erika Vaz por terem contribuído significativamente na realização do trabalho. E em específico, reitero outros agradecimentos especiais à Erika, com quem pude dividir parte da vida, rotina, amores e sabores que nela encontramos. Obrigado por tudo.

Agradeço à Vanessa Ribeiro, amiga que eu admiro muito, que me inspira, me impulsiona e a quem eu sei que sempre sairão diálogos compreensivos escuta, desabafo e apoio mútuo.

Agradeço à Bruna, João, Letícia, Vitória, Sandra, João Lucas, Dani, Gustavo, Gabriele e Cristóvão, por fazerem o que fazem e por serem quem são e decidem ser. Vocês são importantes para mim.

Agradeço à Pollyanna, Sarah e Thainara por constituírem um alicerce de apoio e de vivências em um período importante e difícil da vida, e que considero que nas idas e vindas de um roteiro cuja narrativa foi embaralhada, por fim, foram e serão as escolhas que fizemos e fazemos que mais tem nos definido do que qualquer outra coisa. Agradeço imensamente por tantas trocas e vivências.

Agradeço à amigos, colegas e familiares que de maneira direta ou indireta contribuíram com minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica, e que sempre estiveram me apoiando e incentivando. Como eu tenho irmãs, acho importante citá-las também: obrigado Ataire, obrigado Adriane e obrigado Ângela.

Agradeço especialmente à professora, tutora, orientadora, yogini e vizinha, Edilaine Buin por ter ocupado e estado em algumas dessas funções ao longo da minha jornada acadêmica no período de graduação. Seu apoio, conselhos, trabalho e dedicação atravessaram a minha trajetória de forma intensa e diária ao longo de todos os anos de graduação, tudo me marcou profundamente. Agradeço por isso.

Agradeço à Deus, Jesus e o Espírito Santo.

E por fim, agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo financiamento que me foi destinado durante o período de realização do Mestrado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras (PPGL – FALE) e à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

RESUMO

O ambiente virtual pode ser considerado um local propício para a materialização de diferentes discursos, crenças, opiniões, informações e desinformações. Neste mesmo ambiente também estão presentes, por sua vez, muitos embates e discussões, rasas ou aprofundadas. Deste modo, elenca-se como objeto de interesse e de estudo especificamente o discurso homofóbico veiculado em ambiente virtual. Considera-se que a homofobia é um sistema complexo que inferioriza e hostiliza sujeitos que não seguem uma dada forma de ser e estar no mundo, aquela que foi elencada ao status de sexualidade hegemônica ou exemplar. O conceito de homofobia requer a compreensão do funcionamento de aparatos de saber e poder que produzem a sexualidade, e sendo a sexualidade tema explorado em diversas áreas do saber, estabelece-se o recorte de pensar discursivamente enunciados que dizem sobre ela, e mais especificamente, que materializa o discurso homofóbico expresso no ambiente virtual brasileiro entre os anos de 2021 e 2023. Este trabalho tem como objetivo analisar comentários que embasam discursos homofóbicos expressos por leitores e leitoras de textos jornalísticos veiculados na internet, ou seja, pretende entender as estratégias e funcionamentos presentes na circulação do discurso homofóbico. No que se refere ao referencial teórico da pesquisa, a abordagem escolhida para este trabalho está amparada na proposta teórico-metodológica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, bem como em contribuições de estudiosos(as) das obras de Michel Foucault que estendem, ampliam e aprimoram a teoria discursiva. O material analisado neste estudo é constituído por comentários produzidos por leitores(as) de textos jornalísticos que abordam acontecimentos em torno da temática da diversidade sexual. A seleção de dados norteou-se na direção de encontrar comentários que expressam e legitimam a homofobia, sendo eles veiculados em páginas de jornais e nas redes sociais. Na seleção dos comentários, utiliza-se o critério da presença de sentido negativo ou pejorativo que esteja relacionado com texto jornalístico. A presente pesquisa se justifica pelo interesse em entender e problematizar quais são os discursos (ainda) mobilizados para defender e legitimar ações homofóbicas na contemporaneidade e sua relação com a historicidade. A partir da realização do trabalho, é possível concluir que há a utilização de discurso de ódio, com apelo a distintos discursos para embasar e justificar a homofobia em desfavor de sujeitos que integram o quadro geral da diversidade sexual humana.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Diversidade sexual. Homofobia. Michel Foucault.

ABSTRACT

The virtual environment can be considered an ideal place for different discourses, beliefs, opinions, information and misinformation to materialize. This same environment is also home to many clashes and discussions, whether shallow or in-depth. Thus, the object of interest and study is specifically homophobic discourse conveyed in a virtual environment. Homophobia is considered to be a complex system that inferiorizes and harasses subjects who don't follow a certain way of being in the world, the one that has been accorded the status of hegemonic or exemplary sexuality. The concept of homophobia requires an understanding of the workings of the apparatuses of knowledge and power that produce sexuality, and since sexuality is a subject explored in various areas of knowledge, we set out to discursively think about statements that say about it, and more specifically, that materialize the homophobic discourse expressed in the Brazilian virtual environment between the years 2021 and 2023. The aim of this work is to analyze comments that support homophobic discourses expressed by male and female readers of journalistic texts published on the internet, i.e. to understand the strategies and workings present in the circulation of homophobic discourse. With regard to the theoretical framework of the research, the approach chosen for this work is based on the theoretical-methodological proposal of Foucauldian Discursive Studies, as well as contributions from scholars of Michel Foucault's works that extend, expand and improve discursive theory. The material analyzed in this study is made up of comments produced by readers of journalistic texts that address events around the theme of sexual diversity. The data was selected in order to find comments that express and legitimize homophobia, both on newspaper websites and on social networks. When selecting comments, the criterion used was the presence of a negative or pejorative meaning related to the journalistic text. This research is justified by the interest in understanding and problematizing which discourses are (still) mobilized to defend and legitimize homophobic actions in contemporary times and their relationship with historicity. Based on the work carried out, it is possible to conclude that hate speech is used, appealing to different discourses to support and justify homophobia against subjects who are part of the general framework of human sexual diversity.

KEYWORDS: Discourse. Sexual diversity. Homophobia. Michel Foucault.

LISTA DE CAPTURA DE TELA

Captura de Tela 01 – Fotos do ensaio fotográfico reproduzidas via rede social Instagram.....	86
Captura de Tela 02 – Notícia do GE (Futebol) reproduzindo postagens realizadas na rede social Facebook.....	87
Captura de Tela 03 – Notícia do GE (Futebol) reproduzindo postagens realizadas na rede social Facebook.	87
Captura de Tela 04 – Comentários realizados dentro da página do GE - Esportes.....	91
Captura de Tela 05 – Comentários realizados dentro da rede social Facebook.....	93
Captura de Tela 06 – Comentários realizados em resposta à notícia do Diário Online na rede social Facebook.....	94
Captura de Tela 07 – Continuação dos comentários realizados na rede social Facebook.....	95
Captura de Tela 08 – Comentários realizados em resposta à notícia do Diário Online, na rede social Facebook.....	96
Captura de Tela 09 – Continuação dos comentários realizados na rede social Facebook.....	103
Captura de Tela 10 – post com uma fala de Eduardo Leite sobre se assumir.....	104
Captura de Tela 11 – Comentários realizados na rede social Facebook.....	104
Captura de Tela 12 – Comentários realizados na rede social Facebook.....	107
Captura de Tela 13 – Comentários realizados na rede social Facebook.....	108
Captura de Tela 14 – Continuação dos comentários realizados na rede social Facebook.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Tipos de trabalho.....	22
Gráfico 02 – Quantidade de trabalhos publicados por ano.....	22
Gráfico 03 – Quantidade de trabalhos publicados por região.....	23
Gráfico 04 – Gênero do(a) autor(a).....	23
Gráfico 05 – Subárea ao qual o trabalho é vinculado.....	24
Gráfico 06 – Ranking das 15 universidades com maior quantidade de trabalhos.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis

AD – Análise do Discurso

ADO – Ação Direta de Inconstitucionalidade

APA – Associação Americana de Psiquiatria

ANPOLL - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

CFM – Conselho Federal de Medicina

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

EDF – Estudos Discursivos Foucaultianos

FD – Formação Discursiva

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GGB – Grupo Gay da Bahia

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Sumário

Introdução	12
1 ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA DE TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE A HOMOFOBIA	20
2 A TEORIA DISCURSIVA	28
2.1 Noções introdutórias a respeito da teoria discursiva	28
2.2 Discurso como objeto de análise	38
2.3 O que diz Michel Foucault sobre enunciado	40
2.4 O acontecimento e arquivo	43
2.5 Sujeito e subjetividade: noções Foucaultianas.....	45
2.6 Dispositivo	47
3 HOMOFOBIA E A CONTEMPORANEIDADE	61
3.1 Homofobia, seus pilares e a história	61
3.2 Um pequeno passo à frente	77
3.3 As redes sociais e seus impactos.....	80
4 FUNCIONAMENTO DO DISCURSO HOMOFÓBICO NO AMBIENTE VIRTUAL	83
3.1 Acontecimento 01	84
3.2 Acontecimento 02	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
Referências	122

INTRODUÇÃO

Este trabalho se inicia com a história de um menino de dez anos, mas não surge apenas a partir de sua ocorrência, e mesmo assim, considero vantajoso contá-la. O menino de dez anos era magro, de estatura média, cabelo louro claro. Cabelo esse que parecia que se seria consumido por aquela paisagem quente, de sol e amarelada. Naquela tarde, ele estava sentado em um banco de madeira, com as pernas ao balançar. Estava muito calor e ele precisou acompanhar a irmã no trabalho para não ficar sozinho em sua casa. Ela trabalhava como frentista em um posto de combustível. Enquanto ela ia e vinha realizando os serviços necessários e abastecendo os carros dos clientes, em geral, o menino ficava na área externa mais aberta do posto, observando o movimento e a irmã trabalhar, com certa curiosidade e atenção, pois não era uma situação cotidiana para o garoto.

Em certo momento, no decorrer da jornada de trabalho da irmã, o menininho foi convidado a adentrar um espaço em que havia cadeiras mais confortáveis, um ar-condicionado, e onde estavam sentados alguns integrantes da família que era dona do negócio. Sua irmã, às vezes estava perto, noutras, não. Dentro da sala, o menino estava alheio à conversa, não prestava muita atenção, ou então, não entendia do que falavam. Após alguns momentos que pareceram eternos, uma mulher que estava sentada no lado oposto da sala, ao direcionar o olhar ao pequeno, dando continuidade a uma conversa da qual ele não fazia parte, o questiona: “— mas você gosta de mulher, né?”. Ele, um pouco assustado e deslocado, tenta responder abruptamente, acenando com a cabeça de modo positivo. Sem entender muito o que isso significava, ele parecia perceber o que precisava ser respondido. Após a resposta, a mulher pareceu se sentir contemplada e confirmou: “— é... porque tem que gostar”. Ele também percebia, sem saber como, que a fase da infância estava com os dias contados, parecia-lhe ser, aos poucos, arrancada. Ele também aprendeu a fazer o que precisava ser feito para ser aceito.

Os sistemas que prescrevem e normatizam comportamentos, ações, hábitos e gostos são complexos e multifacetados. A organização, os funcionamentos e os efeitos desses sistemas podem ser vistos sob diferentes prismas. Para quase tudo há uma norma, regra geral, etiqueta, tendência ou decoro. Padrões sociais, religiosos, sexuais e culturais orientam o que deve ser feito ou não, ou sem reduzir a discussão, postulam, minimamente os diferentes níveis de aceitação ou repúdio de uma ação, dentro da lógica de funcionamento a partir do interior mesmo destes padrões. Na narrativa apresentada, a mulher acreditava que o menino deveria se interessar sexualmente por mulheres, e demonstrar isso ainda na fase de desenvolvimento e formação. Ela esperava que ele performasse masculinidade e virilidade, e que se identificasse

como um homem heterossexual, tendo sua orientação sexual presumida a partir do seu gênero, e deveria ainda, aceitar o status dado a quem preenche os requisitos para ocupar o topo da hierarquia sexual. Com receio de que assumisse outros interesses, parece se colocar na posição de se certificar de que o garoto não se desviaria do caminho social e culturalmente “destinado” a ele.

A discussão está anexada à sexualidade humana, que parece ser considerada, ainda na atualidade, tema polêmico e emblemático. Em geral, em um primeiro olhar, o silêncio ou a expressão facial de constrangimento costuma reinar quando o assunto vem à discussão, pois considera-se que é tema tabu e que a fala deve ser objeto de interdição. Por outro lado, compreende-se que, a depender dos espaços de discussão, há situações em que as grades são mais ou menos fechadas no que se refere à possibilidade de debater a sexualidade.

Neste aspecto, o presente trabalho tem seus primeiros fios de surgimento quando, em análise pregressa, percebo surgir em mim um incômodo ao vivenciar ou presenciar situações de violência de cunho homofóbico. Aos poucos, desenvolvi um grande interesse em tentar compreender como se organiza a estrutura e os mecanismos de funcionamento da homofobia. Questionava-me: Como é possível compreender as disputas e resistências que empurram os sujeitos para assumirem compulsoriamente determinada forma de viver? Por que algumas formas de orientação ou identidade são elencadas ao posto de sexualidade válida e aceitável e outras negadas e silenciadas? Como avançar sobre o limite tênue e invisível da intolerância em vista da promoção da diversidade sexual? Soma-se a esse interesse, um primeiro olhar analítico para as vivências e experiências que foram obtidas ao longo de minha trajetória, e sendo boas ou ruins, nem todas eram possíveis de compreender sem se debruçar sobre elas. Parecia ser necessário maior elaboração, análise e discussão para que se chegasse perto de uma compreensão aprofundada, exigida por uma mente inquieta e inconformada, talvez, surgisse nesse momento a vontade de pensar algumas práticas discursivas com o devido rigor crítico/intelectual. O surgir não se refere, neste caso, a algo vindo do nada, mas propiciado pela possibilidade de estar em um lugar social, cultural e acadêmico que potencializava as possibilidades e rumos. Considerava, inicialmente, que a sexualidade nunca parecia ser tema de debate e discussão, porém, em determinada compreensão sobre o tema, assumida posteriormente, parecia ser apontado que não era a sexualidade que não se discutia, mas que era sexualidade desviante que não era tema de discussão, ou quando era, assumiam-na apenas em sentidos negativos e pejorativos.

Despontando este meu interesse de estudar e pesquisar comentários que expressam a homofobia, pude aliá-lo à vontade de aprofundar e ampliar os estudos sob um viés discursivo,

perspectiva que se demonstrou ser um caminho profícuo para as análises realizadas neste trabalho. O aprofundar se dá no sentido de reiterar um aspecto fundamental que contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho, que foi a oportunidade de estudar, ainda que introdutoriamente no período de graduação, a teoria discursiva em um trabalho de iniciação científica. Elenca-se, então, como sendo este, outro fio que conduz à materialização deste trabalho: o ingresso e a permanência no curso de graduação em Letras, e o posterior acesso à pós-graduação, mantendo-se no Ensino Superior Público Brasileiro, gratuito, de qualidade e transformador.

No que se refere às justificativas que indicam a importância da realização da pesquisa e as razões de sua elaboração, inicialmente, elenco, que a prática da homofobia, antes naturalizada, recebe hoje o status de crime. Em artigo elaborado por Coelho (2019), é possível afirmar que foi a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) de número 26 e do Mandado de Injunção número 4.733 (julgados em 13 de junho de 2019), que o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a homofobia ao crime de racismo. O STF considerou que a homofobia se enquadra no artigo 20 da Lei 7.716/1989, que criminaliza o racismo. Nesse sentido, práticas homofóbicas que incitam o preconceito e a discriminação passam a ser consideradas crimes. Em agosto de 2023, segundo Vivas e Falcão (2023) a corte supracitada também decidiu que os atos de homofobia podem ser considerados injúria racial, especificando que as ações homofóbicas podem e devem ser punidas se ocorrem em desfavor de pessoas, e não apenas caso o crime ocorra contra um grupo ou a coletividade, como prevê o racismo. A ideia que se tem de injúria racial encontra-se vinculada a ofensas contra a pessoa, e o racismo, em desabono de um grupo.

Tem-se, então, o aparato policial investigando e o judiciário julgando ações que resultam ou não em situações consideradas homofóbicas, ações essas que são, portanto, novas no contexto brasileiro. A discussão rasa ou aprofundada da temática percorre toda a sociedade brasileira, em diferentes níveis, e desta forma, este trabalho de pesquisa pretende suscitar reflexões críticas e, especificamente, qualificadas a respeito da matéria.

Considero como outro motivador da pesquisa o movimento de aumento dos episódios de violência, intolerância e discriminação de ordem homofóbica que ocorreram nos últimos anos. Os registros de situações de violência homofóbica no ambiente virtual aumentaram, e segundo o levantamento da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos SaferNet, passou de 1.226 para 2.529, considerando as denúncias ocorridas entre janeiro e junho de 2021, em comparação com o mesmo período em 2020, com crescimento de 106%, segundo os dados do levantamento citado, apurados por matéria do G1 (2021a). Segundo os dados obtidos e

compilados pelo 16º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), relativo ao ano de 2021 em comparativo com o ano de 2020, é possível destacar o crescimento de 35,2% dos crimes de lesão corporal dolosa, 88,4% dos crimes de estupro, e de 7,2 % de homicídios dolosos contra pessoas LGBTQIAPN¹. Segundo Gonzalez (2021), é preciso ter em mente de que este tipo de número sofre a influência da subnotificação e da falta de preparo das equipes policiais para registros fidedignos dos dados, ressaltando a possibilidade de que eles possam ser ainda maiores. Os números, que representam vítimas, se tornam preocupantes não só por se manterem, mas também por aumentarem.

O 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública relativo ao ano de 2022, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), publicado em 2023, aponta que as ocorrências de homofobia e transfobia passaram de 316, em 2021, para 488, em 2022, o que representa 54% de aumento. Porém, oito estados não disponibilizaram os dados para a realização do anuário, o que indica que as ocorrências possam ser ainda maiores. A partir do 17º Anuário (2023), é possível destacar uma mudança significativa: a de que houve um aumento no número dos estados que passaram a registrar e informar os casos de racismo por homofobia e transfobia, que passou de 14 estados em 2020 para 21 estados em 2022, porém o próprio documento considera que “não significa que a informação produzida seja fidedigna à realidade. Pelo contrário, os dados acerca de crimes de ódio produzidos ocultam a realidade ao invés de revelá-la” (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 109).

A partir da decisão do STF, em 2019, o sistema judiciário brasileiro passou a receber ações e processos que procuram investigar e compreender situações que serão ou não consideradas homofóbicas. Neste sentido, se faz importante a ação de problematizar comentários homofóbicos e pensá-los discursivamente, uma vez que é por meio deles, mas não só, que se materializa este sistema de violência e opressão.

Considerando o carácter complexo em que está envolto o discurso homofóbico, considero pertinente entender os mecanismos pelos quais ele se expressa e se sustenta. Nesse sentido, o trabalho é relevante e se justifica por discutir o problema social da homofobia no contexto brasileiro, fazendo a necessária relação com os acontecimentos históricos e políticos que convergiram na construção de práticas discursivas encontradas no momento presente.

¹ A sigla LGBTQIAPN+ tenta nomear e representar o conjunto de orientações sexuais e identidades de gênero que abarcam a diversidade sexual humana. Para Basso (2020), se refere ao movimento político e social que agrupa pessoas que se consideram integrantes de um ou mais segmentos expressos a seguir: lésbicas, gays, bissexuais, transexual, travesti, transgênero, *queer*, intersexo e assexual. O símbolo + intenta representar demais categorias e segmentos da diversidade sexual, seja de orientação sexual ou gênero não representando nas anteriores. É importante ressaltar que a sigla sofre alterações conforme ocorrem transformações e mudanças de ordem diversas.

Acredita-se que, entendendo o mecanismo de funcionamento de legitimação da homofobia, por meio da análise dos argumentos materializados nos enunciados que dão sustentação para essa prática, pode-se contribuir, minimamente, no processo que visa alcançar a desnaturalização da homofobia.

Parte considerável desta introdução retoma informações que expressam parcela do que é e como se dá a violência que é destinada contra as pessoas que são alvos dos dizeres homofóbicos. O gesto de rememoração ocorre porque objetiva contextualizar o cenário de realização da pesquisa. As análises são possíveis de serem realizadas a partir da existência de uma prática social e jornalística de noticiar e reportar situações de violência. Essa prática é representativa na sociedade brasileira: sites, blogs, páginas jornalísticas profissionais ou não, grupos e movimentos sociais, culturais e políticos se somam às organizações não governamentais, pessoas físicas e jurídicas em um gesto de noticiar e publicizar a violência direcionada ao público LGBTQIAPN+, e justamente por se tornar público e por gerar comoção, é por meio das redes sociais que milhões de pessoas passam a interagir com as notícias e reportagens que veiculam este tipo de acontecimento. Ressalta-se que reiterados episódios de violência, por serem cotidianos, também resultam numa naturalização da violência e da barbárie, que se torna banal por ser diária. Nesse sentido, o trabalho permitirá pensar e refletir quais são as crenças e opiniões em que os sujeitos que expressam a homofobia estão inscritos e são transpassados. O discurso jornalístico ou a instância de veiculação de notícias não foram alvos de análise, mas os comentários expressos em resposta ao texto jornalístico.

A sexualidade é tema explorado em diversas áreas do saber, e por isso, faz-se pertinente pontuar que o recorte estabelecido neste trabalho elege especificamente o discurso homofóbico expresso em ambiente virtual brasileiro entre os anos de 2021 e 2023, analisado a partir das contribuições teórico-metodológicas dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Em síntese, o trabalho tem a intenção de compreender os mecanismos do discurso homofóbico, ou seja, pretende entender as estratégias e funcionamentos presentes na circulação do discurso homofóbico expresso em ambiente virtual. Entende-se que os discursos, em geral, já atuam como reguladores e normatizadores dos comportamentos e condutas sexuais individuais dos sujeitos, mas que entre eles, o homofóbico, merece devido destaque.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar comentários que embasam discursos homofóbicos expressos por leitores e leitoras de textos jornalísticos veiculados em ambiente virtual brasileiro nos últimos três anos (2021-2023). E são os objetivos específicos os seguintes: a) realizar um levantamento de notícias e reportagens que abordem questões relacionadas à diversidade sexual e os respectivos comentários homofóbicos expressos pelo público-leitor das

publicações; b) compreender os mecanismos discursivos utilizados para embasar o discurso homofóbico expresso em ambientes virtuais; c) refletir sobre as condições de possibilidade do discurso homofóbico e relacioná-lo com os mecanismos discursivos e (ir)regularidades enunciativas observados no material analisado.

No que se refere à metodologia de pesquisa, a abordagem escolhida para este trabalho está amparada na proposta teórica-metodológica dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF). O *corpus* é constituído por um conjunto de comentários produzidos por leitores e leitoras de textos jornalísticos (especificamente os pertencentes ao gênero textual notícia e reportagem) que abordaram acontecimentos em torno da temática da diversidade sexual. A seleção de dados norteou-se na direção de encontrar comentários que expressam e legitimam a homofobia, sendo eles veiculados em páginas de jornais e nas redes sociais, como Facebook e Instagram. Na seleção dos comentários, utiliza-se o critério da presença de sentido negativo e/ou pejorativo que configure manifestação linguística do(a) leitor(a) do texto jornalístico. Considerando salutar entender quais são os mecanismos discursivos utilizados nas justificativas e validações da homofobia, situa-se que os comentários que serão analisados ao mesmo tempo expressam homofobia e atuam como mecanismo de validação de outras ações homofóbicas, aquelas que foram noticiadas pelo texto jornalístico. Pensando as rupturas e regularidades enunciativas dos enunciados analisados, sob a ótica dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

O caminho para selecionar notícias e reportagens consistiu na realização de buscas por palavras-chave, em um dos principais buscadores utilizados no Brasil, o *Google*, utilizando palavras como “gay”, “lésbica”, “travesti”, “transexual”, “homossexualidade”, “bissexualidade”, “LGBTQIAPN+”, “homofobia” e similares. O recorte temporal fixou-se no período compreendido entre 2021 e 2023, deste modo, a busca utilizou as palavras citadas somado aos anos que se inserem no período selecionado, por exemplo: “homofobia 2021”, “homossexualidade 2022”, e considerou a ferramenta de busca avançada do buscador, em que é possível inserir o intervalo de tempo desejado. Em seguida, a partir das respostas dadas pelo buscador, passou-se para a fase de seleção de textos jornalísticos que tratam da temática da diversidade sexual em jornais online apontados pelo buscador. Na sequência, verificou-se se o texto foi ou não publicizado na respectiva rede social do jornal. A não utilização como fonte de coleta de dados dentro das redes sociais WhatsApp, Twitter (o novo X), Youtube, TikTok ou Threads se dá pela necessidade de estabelecer um recorte que delimitasse um quantitativo aceitável de material a ser analisado. A busca da notícia na página do jornal situada na rede social se deu após encontrar a notícia indicada pelo buscador *Google*, sendo replicada ou não a respectiva notícia, o critério de escolha baseia-se na confirmação da presença de comentários

realizados por leitores. O critério de seleção dos comentários, por sua vez, é regido, inicialmente pela tentativa de encontrar feixes de relações negativos e pejorativos em face da diversidade sexual, e o de mobilizar os diversos temas, conteúdos, crenças e opiniões que sustentam o todo que é a homofobia.

Dessa forma, o foco se dá no discurso homofóbico materializado em comentários das notícias veiculadas em ambiente virtual, e não as notícias propriamente. Para isso, considerou-se textos jornalísticos que possuam a veiculação em: a) página de jornal; b) página do jornal na rede social Facebook; c) página do jornal na rede social Instagram. O método de seleção de dados se justifica pelo fato de ter sido constatado que a maior parte da interação ocorre nas redes sociais, local em que os jornais replicam os textos de seu próprio site, ou até mesmo os links de acessos para redirecionar o leitor para seu site específico. As redes sociais permitem acesso à variadas formas de interação no espaço virtual, o que, por vezes, traz engajamento significativo na sua respectiva rede social e o que não ocorre necessariamente na página online do jornal.

Considero importante justificar algumas escolhas linguísticas utilizadas no processo de escrita e de reescrita deste trabalho de mestrado. Na parte introdutória, escolhi fazer o uso da primeira pessoa do singular na maior parte desta seção por considerar importante imprimir maior pessoalidade na seção em que relato os primeiros fios de surgimento do trabalho e o da minha relação com a temática da homofobia, assim como da apresentação das justificativas da importância do trabalho. O uso da terceira pessoa do singular e expressões impessoais se dão em momentos em que as construções textuais partem de leituras e interpretações minhas somadas as de outros autores, e que em alguma medida, não são apenas considerações pessoais, mas relativas ao que está consolidado a respeito do tema ou da área. A estilística e os efeitos que intenciono gerar possuem funções específicas, que alcançadas ou não, são fruto de leituras, interpretações, escritas e reescritas.

Após a exposição destas discussões iniciais, destino os próximos parágrafos para a apresentação da organização deste trabalho. A dissertação está dividida em quatro capítulos, além da seção de introdução e considerações finais.

No primeiro capítulo, realizo uma contextualização dos estudos acadêmicos em nível de mestrado e doutorado que elegeram o tema da homofobia como objeto de reflexão. A partir de dados qualitativos e quantitativos, apresento um panorama acerca da realidade brasileira no que se refere à trabalhos acadêmicos que discutem a homofobia.

No segundo capítulo, apresento o arcabouço teórico utilizado para sustentar e desenvolver a pesquisa, neste sentido, são protagonistas os conceitos e ferramentas que abarcam

a abordagem teórico-metodológica utilizada, mais especificamente, os Estudos Discursivos Foucaultianos.

No capítulo terceiro, realizo uma abordagem pormenorizada do conceito de homofobia e dos alicerces que sustentam ações, crenças e opiniões homofóbicas. Em seguida, realizo um retrospecto de normativas e leis que contribuíram para o avanço dos direitos e deveres das pessoas que compõem o grupo da diversidade sexual, e em seguida apresento breve discussão acerca dos mecanismos e características próprias às redes sociais.

O quarto e último capítulo é destinado para a análise do *corpus*, constituído por comentários elaborados por usuários da internet em resposta a notícias e reportagens que veiculam acontecimentos homofóbicos.

1. ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA DE TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE A HOMOFOBIA

Considerando ser a homofobia, o tema norteador deste trabalho, esta seção será destinada ao estado da arte/revisão da literatura, no qual, elegi especificamente a palavra “homofobia” como termo de busca das pesquisas realizadas. Considero que esta parte do trabalho materializa parcela das atividades de leitura e de estudo para a construção do conhecimento já produzido sobre o tema, bem como atende aos requisitos de construção de uma pesquisa e do diálogo que ela estabelece ou deve estabelecer com o que está consolidado cientificamente e o seu respectivo enquadramento institucional. Neste aspecto, a seção apresenta um panorama que permite compreender o cenário de pesquisas acerca do tema no contexto brasileiro, nesse sentido, elegi como pertinente os seguintes aspectos norteadores: a quantidade de trabalhos já produzidos, em que região e a partir de qual área do saber, soma-se a isso, o gênero pressuposto do(a) autor(a).

Os dados aqui compilados formam uma espécie de “arquivo” que permite a conclusão de que o tema tem sido discutido e trabalhado em determinadas instâncias da sociedade brasileira. Os dados foram consultados e trabalhados a partir da base de dados intitulada “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações” – BDTD, que reúne dissertações e teses defendidas em instituições brasileiras. Os recortes de busca avançada consistiram em eleger os seguintes parâmetros: a palavra descritora utilizada foi “homofobia”, o campo de busca ativado se refere ao “assunto” do trabalho acadêmico, e não ao “autor” ou “título do trabalho”. Outra delimitação utilizada foi a escolha do trabalho ter sido publicado em Língua Portuguesa, sem delimitação de um recorte temporal.

Considerando a diversidade de sentido expresso pela palavra “assunto”, disponível na base de trabalhos, também foi escolhido o critério de presença da palavra homofobia nas palavras-chave do trabalho. As expressões “Homofobia religiosa”, “Brasil sem homofobia”, “Criminalização da homofobia”, “Escola sem homofobia” quando apareciam como palavras-chave foram consideradas como critério elegível para pertencer ao conjunto de dados, porém nas situações em que se estava ausente a expressão “homofobia”, e mesmo que houvesse “lesbofobia”, “transfobia”, LGBTfobia” esses trabalhos não foram considerados. As buscas que resultaram na impossibilidade de o pesquisador acessar o trabalho, seja dentro da própria base de trabalhos ou na página ao qual foi direcionado o pesquisador, foi considerado como um critério de exclusão, pois o acesso é justamente o procedimento que permitiria coletar outras

informações relevantes para esta parte do trabalho. Em um primeiro momento, serão apresentados gráficos/tabelas que conterão informações em nível quantitativo, e posteriormente serão apresentadas via texto escrito, em nível qualitativo, uma síntese descritiva/resumida de 05 trabalhos considerados pertinentes, apresentando a justificativa de escolha daquele trabalho.

Os resultados encontrados foram os que estavam disponíveis na BDTD nos dias 20, 21 e 22 de setembro de 2023. A página da base de dados forneceu 217 resultados. Considerado os critérios de seleção e exclusão, o banco de informações gerado considerou a exploração dos dados de 155 trabalhos acadêmicos em nível de mestrado/doutorado. O levantamento consistiu na pesquisa dentro do site da BDTD, e o posterior acesso ao documento do trabalho para verificação da presença dos itens eleitos como os critérios de escolha da pesquisa. Foram realizadas a leitura das palavras-chave, do nome do(a) autor(a) do trabalho, título do trabalho, do vínculo do trabalho ao programa de pós-graduação, da respectiva universidade ou faculdade, do ano de depósito, da área, subárea ou linha de concentração ao qual o trabalho estava inserido. Após a leitura dessas informações, e a posterior confirmação de que os critérios foram atendidos, foi montada uma tabela com a transposição dos dados elencados. Os dados coletados foram os seguintes: título do trabalho, nome do(a) autor(a), o tipo de trabalho, a área, ano de depósito, o gênero pressuposto do(a) autor(a) e a região.

No que se refere ao encaixe do trabalho em uma área específica, foi utilizado o nível três da CAPES, que entende este nível como: “Subárea: segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados”. É importante ressaltar que a maioria dos trabalhos apresentavam bastante clareza quanto à sua área, e a presença da subárea ou especialidade tornava o processo de análise fácil, houve alguns trabalhos que não apresentavam subárea ou área de concentração, até porque foram encontrados trabalhos com mais de 15 anos de publicação, sendo necessário ressaltar que as divisões de área e também de estrutura de trabalho mudam ao longo do tempo, e por isso, os trabalhos com esses dados ausentes tiveram seus resumos lidos como forma de auxílio ao procedimento de inserção dentro de uma área. O documento intitulado “Tabela de áreas do conhecimento” elaborado e disponibilizado pela CAPES foi utilizado como norteador das possibilidades de inserção, no qual constam 80 subáreas do conhecimento.

A seguir estão dispostos os gráficos que auxiliam a compreensão dos cenários de estudos sobre a homofobia no panorama geral brasileiro.

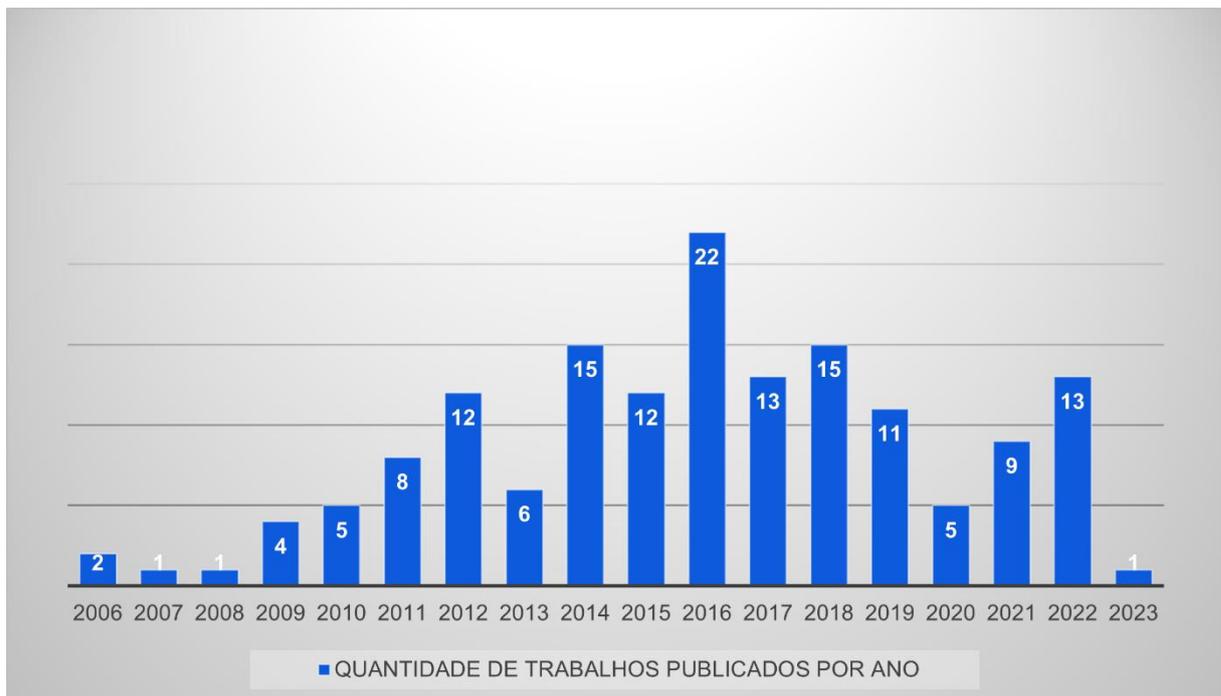
Gráfico 01 - Tipo de trabalho



Fonte: Autor (2023)

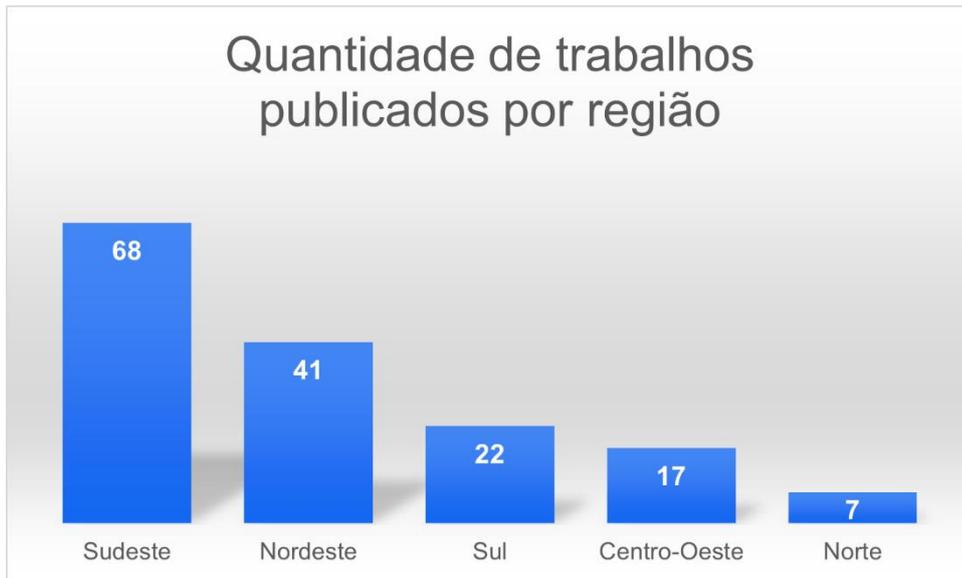
O gráfico 01 traz informação de que a partir dos 155 (cento e cinquenta e cinco) trabalhos encontrados, 121 (cento e vinte e um) são dissertações e 34 (trinta e quatro) teses.

Gráfico 02 - Quantidade de trabalhos publicados por ano



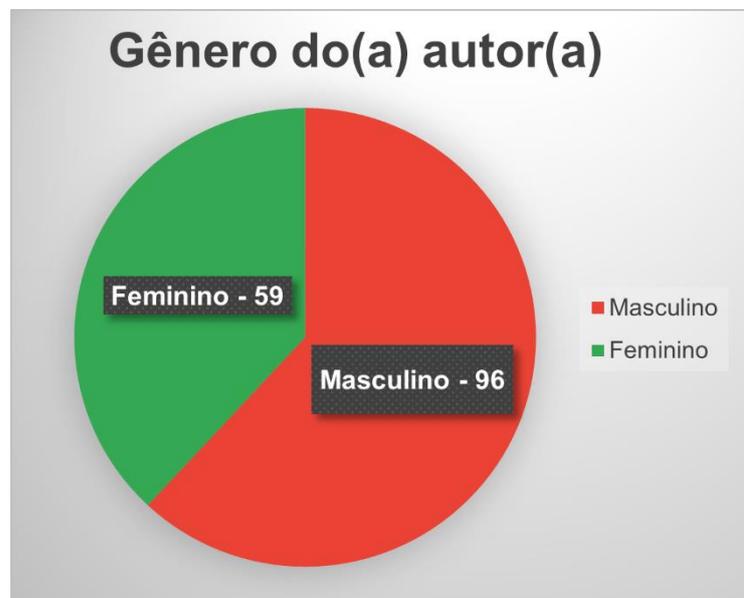
Fonte: Autor (2023)

Os 155 (cento e cinquenta e cinco) trabalhos tiveram seus depósitos realizados entre o período de 2006 e 2023. Merece destaque o ano de 2016, com 22 (vinte e dois) trabalhos, e empatados os anos de 2014 e 2017 com 15 (quinze) trabalhos cada um.

Gráfico 03 – Quantidade de trabalhos publicados por região

Fonte: Autor (2023)

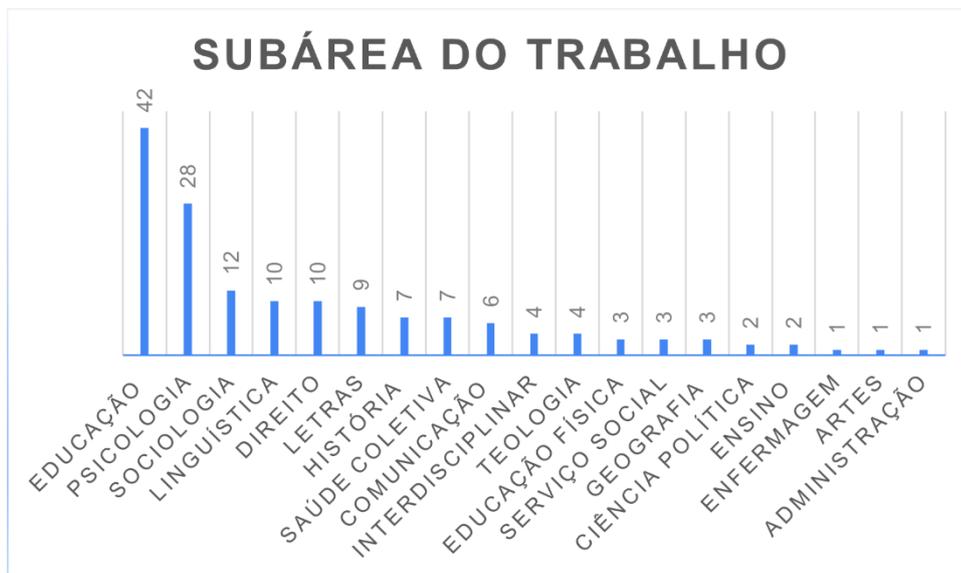
No que se refere à região de produção do trabalho, temos em primeiro lugar região Sudeste com 68 (sessenta e oito) trabalhos, em segundo lugar a região Nordeste com 41 (quarenta e um) trabalhos, e em terceiro lugar, a região Sul com 22 (vinte e dois) trabalhos, em quarto a região Centro-Oeste, e em quinto lugar a região Norte.

Gráfico 04 – Gênero do(a) autor(a)

Fonte: Autor (2023)

O gênero pressuposto do(a) autor(a) com base no nome resultou na constatação de que dos 155 trabalhos, 59 (cinquenta e nove) foram produções femininas, e 96 (noventa e seis) foram produções masculinas, representando 38% (trinta e oito) e 62% (sessenta e dois) respectivamente. Considerando as características próprias da identidade de gênero e da diversidade sexual, é necessário destacar que este dado é baseado numa pressuposição e não se trata de um dado aferido em circunstância de autodeclaração dos autores e das autoras, que seria o cenário ideal. A autodeclaração permitiria aparecer respostas como “outro”, “não-binário” e “prefiro não dizer”, porém não foi possível realizar este perfil de pesquisa neste levantamento de dados. Este dado, portanto, deve ser lido com cautela, pois pode não representar a realidade.

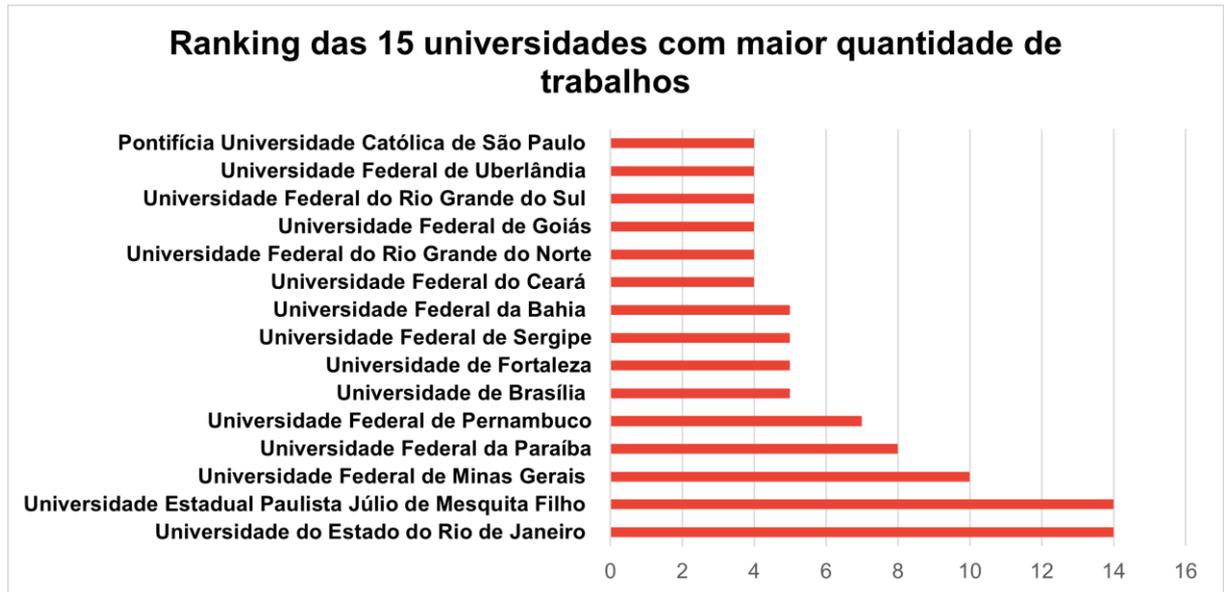
Gráfico 05 – Subárea ao qual o trabalho é vinculado



Fonte: Autor (2023)

As respostas obtidas pela BDTD indicaram que os 155 trabalhos que atenderam os critérios para o levantamento de dados estiveram divididos em 19 subáreas. A subárea com maior quantidade de trabalho foi a subárea da Educação, com 42 (quarenta e dois) trabalhos. Em segundo lugar, a subárea Psicologia, com 28 (vinte e oito) trabalhos. Em terceiro lugar, ficou a Sociologia com 12 trabalhos (doze), e seguida, Linguística e Direito com 10 (dez) trabalhos cada, ocupando o quarto lugar. A subárea de Letras apresentou 9 (nove) trabalhos, e a de História 7 (sete).

Gráfico 06 – Ranking das 15 universidades com maior quantidade de trabalhos



Fonte: Autor (2023)

Este último gráfico apresenta a lista com as 15 universidades que possuem maior quantidade de trabalhos publicados em nível de mestrado e/ou doutorado que preenche os critérios deste levantamento de dados. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) possuem 14 (catorze) trabalhos cada. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) possui 10 (dez). A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) possuem respectivamente 8 (oito) e 7 (sete) respectivamente.

Os gráficos trazem dados, em nível quantitativo, que contribuem para termos um panorama de como, onde, quanto e por quem a homofobia está sendo discutida no Brasil, os números contribuem para concluirmos que o tema é debatido e explorado, e que as subáreas em que ele mais é discutido é na Educação e na Psicologia, sendo possível apontar que as publicações estão concentradas entre os anos de 2014 e 2018. Também foi possível compreender que a região Sudeste apresenta o maior número de trabalhos e a predominância da discussão se dá em trabalhos de dissertação.

Em uma breve revisão qualitativa, foram selecionados 05 (cinco) trabalhos que foram eleitos como essenciais para a compreensão de como a temática havia sido trabalhada e sob qual perspectiva teórica e metodológica realizou-se o gesto de estudo norteador do trabalho.

O trabalho de dissertação intitulado “Redes de ódio: um estudo sobre homofobia no Facebook” de Lawerton Braga da Silva, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, defendido em 2018, analisou as diferentes expressões da homofobia a partir de uma postagem da página “Quebrando o tabu”, à luz teoria

das representações sociais. O autor conclui que a expressão da homofobia esteve vinculada às categorias bio-religiosas, ético-morais e psicossociais.

Outro trabalho que contribui para pensar a temática, é o de autoria de Thiago Alves França, que é intitulado “Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaços do Facebook: uma leitura discursiva”, que se trata de uma tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, apresentada em 2019, trabalho que objetivou entender o que era considerado discurso de ódio a partir dos próprios usuários da rede social Facebook, em um *corpus* gerado dentro do período compreendido entre 2014 e 2018, sob o viés da Análise do Discurso Pecheutiana. Neste caso, não necessariamente se tratou especificamente do discurso de ódio de ordem homofóbica.

O trabalho de Lucas Souza da Silva, realizado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, intitulado de “Discurso de ódio homofóbico no Facebook: uma análise dos comentários das publicações de notícias nos ciberjornais de Campo Grande – MS”, defendido em 2021, analisa o discurso de ódio expresso por leitores em resposta à notícias veiculadas por ciberjornais da cidade de Campo Grande (MS) sob o viés da Análise Crítica do Discurso e da Análise do Conteúdo. O autor realiza um estudo de análise que perpassa por dados quantitativos e categorizados, concluindo, a partir das notícias analisadas, que 20% (vinte por cento) dos comentários possuíam teor de discurso de ódio.

A dissertação nomeada “Homossexualidade em discurso: materializações discursivas da homofobia no Facebook”, de autoria de Daniel Thiago Freire da Silva, realizado no programa de Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, em 2018, aborda os discursos homofóbicos materializados em ambiente virtual, na rede social Facebook. O trabalho teve seu *corpus* constituído por coleta de material realizada ao longo do ano de 2017, e teve como principal aporte teórico-metodológica a Análise do Discurso com aporte teórico a partir de Michel Foucault. A partir das considerações do autor, é possível concluir que a rede social Facebook representou ser uma ferramenta utilizada na propagação do preconceito e da discriminação daqueles que desviam dos padrões sexuais estabelecidos.

Por último, é possível citar o trabalho de Adriano da Silva, que elaborou a dissertação “Homofobia e internet: identificação de expressões de violência homofóbica em comunidades virtuais”, que foi apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, vinculado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, no Rio de Janeiro, em 2016. O autor estudou e constatou a disseminação da violência

simbólica por meio de discursos homofóbicos veiculados em uma página chamada “Homossexualismo” dentro da rede social Facebook, o trabalho aborda a relação entre violência e saúde em uma abordagem exploratória com uma técnica de etnografia virtual, que teve seu corpus coletado no final do ano de 2015 e início de 2016. Estes trabalhos não necessariamente constam no levantamento de dados de viés quantitativo, porém foram selecionados de forma a ajudar a pensar a multiplicidade de vieses que a temática pode ser estudada e analisada.

2. A TEORIA DISCURSIVA

Neste segundo capítulo, Michel Foucault, suas ideias, noções, análises e teorias são convidados a serem protagonistas das discussões realizadas. Neste aspecto, mobilizo diversos autores e autoras que contribuem com o necessário debate a respeito das temáticas e conceitos elencados como importantes para o embasamento desta dissertação. Estabeleço, então, a partir dos escritos a seguir, um diálogo entre Michel Foucault e os(as) estudiosos(as) Cleudemar Alves Fernandes, Edgardo Castro, Iran Ferreira de Melo, Jean-Jaques Courtine, Judith Revel, Maria do Rosário Gregolin, Pedro Navarro e Vanice Sargentini.

Os pesquisadores aqui mobilizados são considerados importantes no que se refere à compreensão dos conceitos e aparatos teórico-metodológicos utilizados em distintas pesquisas de cunho discursivo, e também são contribuidores, de diferentes modos e níveis, na difusão das obras e estudos foucaultianos no Brasil. Neste sentido, ocupam também a função de ampliar, aplicar e estender os escritos do filósofo francês às distintas áreas, objetos e pesquisas.

Deste modo, destino esta seção para a mobilização de conceitos e noções que compõe o arcabouço teórico-metodológico utilizado para o embasamento desta dissertação. Início trazendo discussões introdutórias em torno da teoria discursiva, e abordo, em seguida, a corrente utilizada para fundamentar as análises e o seu respectivo método. Posteriormente, discuto a perspectiva de história adotada e as noções de Discurso, Enunciado e Formação Discursiva. Em seguida, o trabalho é redirecionado para abordar discussões iniciais acerca do Acontecimento discursivo e do Arquivo. Após isso, trago o conceito de Sujeito, Subjetividade, Dispositivo, e os funcionamentos do dispositivo de sexualidade.

2.1. Noções introdutórias a respeito da teoria discursiva

Em meados da década de 1950 e 1960, os estudos linguísticos passaram a assumir epistemologias que propunham um rompimento para com os estudos estruturalistas, o foco foi redirecionado para fatores da ordem do funcionamento da linguagem, seu uso e de mecanismos próprios à enunciação, fazendo com que surgissem e fosse aberto espaço para novas perspectivas e paradigmas para esse campo de estudos. A concepção de língua e de como analisá-la não permaneceu intocada, pelo contrário, foram adaptadas e transformadas. Os estudos não se destinaram mais apenas ao funcionamento do que acontece no interior das estruturas linguísticas, entram em cena questões de produção e recepção linguística, que passam a ser objeto de estudo e de reflexão, não sendo a língua estudada de maneira isolada, mas sua

relação com o sujeito, a história e a sociedade. Para Iran Ferreira de Melo (2009), é neste limiar surgido com o rompimento estruturalista que aparecem “diferentes práticas sob o rótulo de análise do discurso” (Melo, 2009, p. 02).

Em meados da década de 1960, a teoria discursiva desponta e tem seus primeiros passos, sendo Michel Pêcheux considerado como o precursor da disciplina Análise do Discurso. Segundo Maria do Rosário Gregolin, em entrevista concedida a Pedro Navarro e Vanice Sargentini (2022), é necessário lembrar que no ano de 1969, foram publicados dois livros importantíssimos para a Análise do Discurso de vertente francesa: “Análise Automática do Discurso”, de autoria de Michel Pêcheux, e “A Arqueologia do Saber”, de Michel Foucault. Para ela “entre eles, havia convergências e divergências (teóricas, metodológicas, políticas)” (Navarro; Sargentini; 2022, p. 24), que a inquietavam e que nortearam suas reflexões ao longo dos anos.

Nesse sentido, logo após a constituição da área nomeada de “Análise do Discurso”, já era possível pontuar que este campo possuía diferentes vertentes, que por sua vez também apresentavam paradigmas e noções que tinham aproximações e distanciamentos. Dentre o que se postula como comum nas vertentes discursivas, é possível elencar que elas se preocupam em investigar temas como o discurso, a língua, a política, a cultura, a sociedade, os conhecimentos e as respectivas relações existentes entre eles. Os estudos passam a conceber os sentidos não apenas ligados ao sistema linguístico e sua forma, mas à utilização, introduzindo a dimensão social, o sujeito enunciador, a instituição pela qual ele fala, entre outros aspectos. Dada a diversidade de correntes teóricas e metodológicas, de suas fases e autores, é pertinente citar as palavras de Vanice Sargentini, que considera: “hoje são tantas as ramificações que são necessárias várias explicações para situar a chave na qual se lê um trabalho na área do discurso” (Sargentini, 2015, p. 17).

A trajetória da disciplina da Análise do Discurso (AD), percorreu diversificados caminhos, nos quais destaca-se a ocorrência de uma multiplicidade de mudanças e transformações, e que em dado momento teve seu percurso norteador formado por fases, por autores, pela escolha de objetos de estudos, pelos paradigmas e pressupostos elencados no interior de uma vertente e não assumidos por outra. Neste ponto, é necessário sintetizar: os estudos discursivos possuem, atualmente, diferentes vertentes, autores, teorias, objetos e métodos de análise. O percurso realizado pela teoria/disciplina/área desde a década de 1960 é longo e complexo.

Portanto, é preciso situar que não se tem o objetivo, neste trabalho, de realizar um retrospecto histórico aprofundado a respeito das vertentes e dos autores e autoras existentes no

interior dos estudos discursivos, porém considera-se pertinente a realização desta breve contextualização para permitir reflexões a respeito da trajetória de consolidação da área, que não necessariamente enrijeceu ou se tornou campo homogêneo, mas demonstrou capacidade e condição de permitir estudos e problematizações de novos temas e objetos, possibilitando a compreensão de diferentes discursos, fenômenos, acontecimentos e de relações contemporâneas complexas.

Neste aspecto, é importante mencionar que Michel Foucault possui estudos que estão presentes em áreas como a Antropologia, Filosofia, História, Linguística, Psicologia, Sociologia, e que neste sentido, considerando que o autor está presente em outras áreas, não se exclui a possibilidade de pensar temas, conceitos e objetos que estão inseridos em outras áreas, mesmo que aceção deles seja questionada, ressignificado ou alterada. Neste sentido, conceitos e noções que estão no entorno do que o trabalho se propõe a estudar podem ser mobilizadas de outras perspectivas, desde que sejam coerentes e contribuam com o desenvolvimento das análises e discussões.

Diante do exposto, reitera-se a ação de deslocamento de significantes de áreas como a Psicanálise, História e Linguística são imprescindíveis para os estudos pecheutianos, não assumidos nos mesmos moldes da área que provém, mas passam por processos de reformulação e por questionamentos no interior da área citada.

Neste aspecto, este trabalho se filia aos Estudos Discursivos Foucaultianos, pois, tem como principal arcabouço teórico-metodológico os escritos de Michel Foucault. Segundo Pedro Navarro (2020), a criação do grupo de trabalho intitulado “Estudos Discursivos Foucaultianos”, vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), se demonstra como ação eficaz para a vinculação de pesquisadores e professores que se utilizam do aporte teórico-metodológico concebido na e a partir obra de Michel Foucault. Nesse sentido, Navarro (2020) ainda postula a não necessidade de mais se filiar a uma análise de discurso francesa, e às fases que a remontam, ou seja, todo o retrospecto que ora era realizado para situar as fases da Análise do Discurso, para em seguida, chegar à perspectiva foucaultiana, não é um empreendimento considerado necessário.

Considerando o exposto, redireciono a discussão para uma abordagem introdutória das vertentes discursivas denominadas de pecheutiana e foucaultiana. Para Navarro (2020), a concepção psicanalítica de sujeito, que é constituído pelos esquecimentos 01 e 02 assumida pela perspectiva pecheutiana é um entre outros itens que difere uma perspectiva de outra. Em um contraponto, a perspectiva foucaultiana pensa em uma noção filosófica de sujeito que necessariamente precisa de utopias, para que suas inspirações e sonhos tenham fluidez. Para

Melo (2009), a perspectiva pecheutiana pensava o discurso como uma forma de materialização ideológica, e o sujeito atravessado pela ideologia, sem vontade própria, e a língua é pensada como um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade. Soma-se a estas noções, a perspectiva de um sujeito que existe a partir de atos falhos e pela língua.

No que se refere à vertente foucaultiana, Gregolin (2006), postula que o entendimento de discurso se dá na relação entre os saberes e poderes instituídos na sociedade, trazendo e dialogando com os pensamentos de Freud, Marx e Nietzsche. Por outro lado, a autora postula que a perspectiva pecheutiana elenca uma linha investigativa voltada para a linguística que relaciona Saussure, Marx e Freud, considerando ainda que essa perspectiva, em grande parte, deriva dos interesses do filósofo nos estudos do marxismo, psicanálise e da epistemologia. Na entrevista supracitada, Gregolin ainda considera que a Análise do Discurso pecheutiana era postulada em torno de “um método estrutural derivado das propostas de Harris e uma teoria semântica derivada da leitura althusseriana de Marx. Portanto, era uma análise do discurso suspensa no fio entre uma teoria da linguística formal e uma teoria marxista das ideologias e, no seu entremeio, a leitura lacaniana de Freud” (Navarro; Sargentini; 2022, p. 03-04).

Na inquietação, apontada anteriormente, presente na leitura, nos estudos e nos escritos de Maria do Rosário Gregolin, após anos de realização de trabalhos na área, a autora publica o livro “Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos”, e considera que ele “sistematiza as convergências (poucas) e divergências (muitas) entre as propostas de Pêcheux e Foucault para a análise de discursos” (Navarro; Sargentini; 2022, p. 27). Para Gregolin, há um diálogo entre as leituras desses dois autores em torno do marxismo e do discurso, e ainda pontua que houve transformações nas perspectivas apresentadas por Michel Pêcheux que o aproximaram das formulações de Michel Foucault, especificamente da genealogia foucaultiana, o que por sua vez, o afastou de suas elaborações iniciais postuladas a partir de Louis Althusser, porém é necessário pontuar que a perspectiva pecheutiana baliza-se por noções advindas de Karl Marx e Althusser.

Neste aspecto Vanice Sargentini (2015) aponta que Michel Pêcheux traz o materialismo histórico para a noção de formação discursiva, perspectiva que coloca a luta de classes de maneira central nos estudos discursivos, considerando a época de efervescência da discussão deste tema, no período de suas elaborações teórico-analíticas.

Utilizar-se da perspectiva discursiva pecheutiana e foucaultiana, pode, sob o ponto de vista de Navarro (2020), até ser conciliado, desde que as teorias sejam assumidas de maneira coordenadas e não de modo justaposto. Porém, o autor considera importante não recair na realização de “rápidas aproximações entre as noções por eles [Michel Pêcheux e Michel

Foucault] elaboradas” (Navarro, 2020, p. 10), justamente porque as noções e conceitos são formulados sob diferentes paradigmas, o que, portanto, gerará, perspectivas, perguntas e objetos específicos, que devem, por sua vez, ser compreendidos com o devido rigor e aprofundamento.

Importante contribuição de Pedro Navarro (2020) é a explicação de que os postulados assumidos no interior de cada vertente, pecheutiana e foucaultiana, mas que podem ser estendidas para as outras perspectivas, é o de que estas possuem bases epistemológicas distintas, neste aspecto, as concepções e perguntas assumidas possuem características intrínsecas a cada uma. O estudioso recorre a própria obra de Foucault, “A arqueologia do saber”, para reiterar que existem conceitos que são formulados estruturalmente de modo diferente de outros, e que as regras de sua utilização podem negar ou contradizer outro termo provindo de outro lugar, com outro tipo de formulação, que não seria profícuo utilizá-lo em anexado a uma estrutura teórica montada sob outra lógica ou direcionamento. Navarro (2020) postula a necessidade de adotar um caminho nos estudos discursivos de tal modo que seja elencado de maneira clara quais são as perspectivas eleitas e o material teórico-metodológico escolhido para nortear as pesquisas e estudos. Sendo necessário considerar, para esse autor, que não caberia em uma mesma pesquisa, noções como “discurso como efeito de sentido, interdiscurso, sujeito interpelado, inconsciente e formações ideológicas e imaginárias, quando tal pesquisa se propõe a fazer incursões pelas regiões onde o poder encontra o saber” (Navarro, 2020, p. 09). Elucidando, então, que os primeiros termos estão relacionados à teoria pecheutiana e os segundos relacionados à teoria foucaultiana, sendo pensados e concebidos sob perspectivas distintas.

Considerando o exposto, principalmente no que se refere à contextualização dos estudos discursivos e as respectivas abordagens, postulo que este trabalho se filia aos Estudos Discursivos Foucaultianos (doravante EDF), postula-se que se trata de uma teoria-método, não se limitando apenas ao discurso, mas que recorre ao pensamento foucaultiano para proceder à estudos, análises e problematizações. O discurso é visto como prática, que também é agente no processo de formação de objetos, e propõe-se a pensar a produção de saberes e das relações entre saberes e poderes que se encontram vinculadas aos enunciados e discursos.

E no que se refere à ancoragem metodológica em que se alicerça o presente estudo, este possui sua abordagem a partir da perspectiva arqueogenealógica. A expressão “arqueogenealógica” pode ser considerada como uma epistemologia, uma estratégia teórico-metodológica que assume um olhar de análise perante a sociedade, percebendo pontos locais e a sua relação com práticas sociais, culturais, religiosas, de saber e poder, vislumbrando-as

discursivamente, ou seja, objetivando compreender as relações que afirma ou nega, e os efeitos de poder e saber que produzem.

Michel Foucault explica seu método arqueológico de análise no livro que completou 50 anos de publicação em 2019, já introduzido nestes escritos e nomeado de “A Arqueologia do saber”. A partir das considerações de Edgardo Castro (2016), a arqueologia pode ser pensada como o estudo das regras que organizam e estruturam os discursos, os sistemas de regularidades enunciativas e as formações discursivas, no interior das condições históricas de possibilidade do saber. O método adota a postura de não levar como preocupação norteadora o que veio antes ou depois de determinado discurso, mas o fará caso necessário. Essa opção metodológica pensa os feixes de relações possíveis a partir de dado enunciado, e não o que o enunciador tentou ou fez significar. A regularidade, descontinuidade e contradição são, para Michel Foucault, inerentes aos discursos e as práticas discursivas, e o gesto analítico se debruça em pensar essas relações. Enquanto na genealogia, tenta-se compreender as relações de força (econômica, religiosa, de poder e de saber) que incide sobre os discursos, considerando que até mesmo o saber, considerado como conhecimento científico legítimo, atua na manutenção de certos sistemas e silenciamento de outros. Castro (2016) considera que a abordagem genealógica situa o saber no âmbito das lutas, para então “analisar o saber em termos de estratégia e táticas de poder” (Castro, 2016, p. 185).

Nas palavras de Maria do Rosário Gregolin, em entrevista realizada por Navarro e Sargentini (2022), “fazer análise *arqueogenealógica* significa que nosso olhar investigativo se debruça sobre os discursos a fim de enxergar a trama das relações entre saberes, poderes e processos de subjetivação pela lente crítica da história” (Navarro; Sargentini; 2022, p. 38). Neste aspecto, Gregolin pensa a arqueogenealogia como um modo de compreender a existência e a emergência dos discursos, que se volta para a história para realização plena desta compreensão, e o faz por meio da arqueologia, momento em que Michel Foucault (2013) mais fortemente teorizou as questões sobre o discurso e a história. Considerar essa rede complexa de relações, em que um discurso está envolto, requer, sem dúvida, considerar, os discursos aos quais está vinculado, o que nega e o que afirma, os sujeitos e as instituições que o materializam. Neste sentido, as análises se propõem a articular “os discursos com os acontecimentos históricos, [a] compreender as tramas que os tecem, o que recobrem, o que os faz concretizar ações e pensamentos de um momento histórico” (Navarro; Sargentini, 2022, p. 38).

As relações de saber-poder são imprescindíveis na compreensão de como se dão os mecanismos de funcionamento, de validação ou negação de um discurso. Os saberes validados são elencados ao posto de verdade quase indiscutível e inegável. Michel Foucault (2007)

questionava o que era tido como evidência, o que era aceito sem discussão, postulava que o saber “não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (Foucault, 2007, p. 28), por isso mesmo desconfiou de métodos e proposições tidas como regras universais no interior dos saberes que se constituíam ou estavam constituídos. Sendo o saber um poder, ele é visto como um meio de dominação e está envolto em relações de luta.

O método de análise arqueológico é uma ferramenta que propicia a reflexão sobre a área das Ciências Humanas, uma vez que esse campo se destina a produzir saberes sobre os seres humanos. E esses saberes, por sua vez, geram efeitos de poder na sociedade, em outras instituições, nos indivíduos e nos saberes que são colocados à margem. Relevantes questões surgem a partir dessas considerações: quais são as relações que os sujeitos estabelecem com os saberes? Como compreender os processos de produção de subjetividades que são guiadas e direcionadas a partir dos saberes? Foucault (2010a) postula que na Antiguidade Clássica, os sujeitos estabeleciam relações muito próximas entre a verdade e a espiritualidade, porém, na Idade Moderna, o funcionamento da verdade passa a estar atrelada diretamente ao conhecimento, sendo dominante uma perspectiva de que seria apenas por meio do conhecimento que o sujeito poderia chegar à verdade.

Nesse sentido, denomina-se de arqueologia do saber e genealogia do poder por se tratar de uma metodologia arqueogenealógica, que auxilia a pensar, analisar e questionar como se deram os processos que determinam que as coisas são de uma forma e não de outra, porque determinada coisa funciona desse modo e não de outro, porque se diz determinada coisa de uma forma e não de outra. Não limitando-se apenas à análise do discurso, mas percebendo-o sob o mirante da sociedade, o que por sua vez também possibilita a escolha de temas atuais, complexos e conflituosos. No que se refere ao direcionamento das pesquisas de Michel Foucault, para pensar as relações de poder – surge uma questão pertinente: quais seriam os instrumentos para estudar as relações de poder? Os relevantes e pertinentes conceitos formulados pelo estudioso formam o que os pesquisadores denominam de “caixa de ferramentas”, caixa essa que possui utensílios e ferramentas que o pesquisador se serve para desenvolver sua pesquisa e análise, estendida à distintas discursividades e materialidades.

A perspectiva apresentada por Pedro Navarro (2020) considera que, quando Foucault realiza análises referente ao poder disciplinar, é possível apontar como sendo este o momento em que a “genealogia intervém como uma espécie de um incremento para arqueologia” (Navarro, 2020, p. 14), porque estabelece um direcionamento que leva à problematização e investigação dos papéis decisivos das instituições sociais e de suas práticas.

Nesse sentido, de acordo com Michel Foucault, “a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem (Foucault, 2010b, p. 11). Para Navarro (2020), é por meio do método arqueogenealógico que será possível compreender historicamente como os mecanismos do poder “consolidaram-se e estabeleceram-se como práticas de um saber sobre o homem, por corolário, sobre seu corpo” (Navarro, 2020, p. 14).

A linguagem, neste aspecto, não é percebida como uma ferramenta neutra que possui apenas a função de comunicar e de expressar emoções, sentimentos e pensamentos. A língua tenta dar ordem às coisas, nomeia, cria, dá existência e normatiza o mundo. Porém, ao expressar-se a partir da linguagem, o gesto de análise dessas expressões pode revelar contradições, incoerências, estratégias e mecanismos do poder e do saber, a partir do qual, é possível compreender os mecanismos de construção e de formação dos discursos. Pensando os discursos que circulam na sociedade e possuem liberdade de materialização, ou seja, de que há condições de emergência e de possibilidade para sua existência, independentemente do quão problemático seja seu conteúdo.

O objeto de discurso homofóbico pode ser vislumbrado e compreendido no interior das relações entre diferentes instituições, visto que, é a partir da perspectiva do método arqueogenealógico, que se pode observar o tema e suas possíveis relações, que intenta percebê-lo a partir de uma perspectiva panorâmica, e não um único ponto de vista, podendo haver ou não uma série de correlações, ou mesmo o predomínio de uma série sobre as outras, ou de uma região em relação a outra. Neste aspecto, não seria profícuo estabelecer uma série de análises e discussões, sem antes pensar a historicidade na qual as relações sociais se formam e se transformam.

2.2. Um outro olhar para a história

Michel Foucault (2013) critica o aparato utilizado nos estudos e pesquisas em história, pelo menos aqueles que se baseiam em generalizações e que postulam a existência de regras universais, nos quais a história é avaliada e analisada sob um único prisma. O autor aponta que existiu um movimento que deslocou a atenção destinada ao que era nomeado de grandes “épocas” ou “séculos”, essa mudança ocorreu porque havia demanda de uma nova racionalidade, de um novo modo de se conceber as coisas. Os grandes períodos históricos, como eram concebidos epistemológica e metodologicamente na antiga história, construíam a

narrativa de que eram marcados grandes acontecimentos, que eram colocados um ao lado do outro, como se o segundo se desse em razão do primeiro, tendo sua relação estabelecida em vista de uma causalidade e continuidade.

Em razão da insurgência de um outro método e análise, Foucault (2013) reitera sua posição de que se pode e deve-se ter em vista não apenas grandes acontecimentos, mas acontecimentos pequenos, inicialmente não relacionados, pequenas mudanças e transformações, como a expansão de uma técnica ou ferramenta, ou até mesmo de transição de um sistema para outro, fenômenos que acontecem lentamente, como o equilíbrio demográfico. Neste sentido, o olhar e a atenção se voltam para os acontecimentos, as irrupções, as pequenas movências e gestos que são analisados a partir do estabelecimento ou não de suas relações e correlações. O projeto de uma história global faz com que os fenômenos sejam concebidos e analisados como se estivessem em órbita de um único núcleo ou projeto, que seria caracterizado por ser contínuo, homogêneo e progressivo, porém essa perspectiva passa a ser questionada. A própria ideia de descontinuidade é uma ferramenta que permite perceber certas particularidades dos acontecimentos e dos discursos, que não mais está comprometida com uma história global.

Porém, Michel Foucault (2013) considera que a utilização dos conceitos de transformação, de limite, de limiar, de ruptura e descontinuidade gerará, por conseguinte, problemas de ordem dos procedimentos e de teoria utilizadas nas pesquisas e estudos. Na obra “A arqueologia do saber”, Michel Foucault irá elucidar e aprofundar alguns métodos e procedimentos que foram utilizados como norteadores da elaboração de trabalhos anteriores. E consoante a isso, ele lança questionamentos e preceitos para conduzir seus leitores na empreitada de realizar análises, e pontua que, ao se analisar discursos, a preocupação do retorno às origens de dado tema, discurso ou ideia poderia incorrer em uma “ingenuidade das cronologias” (Foucault, 2013, p. 30), assumindo uma concepção errônea de que todo discurso possui um começo, uma origem secreta a ser descoberta e explicada de maneira objetiva. O autor propõe exatamente o contrário, discute a natureza dispersa, descontínua e fluída dos discursos. Para ele:

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem: é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (Foucault, 2013, p. 30-31).

Dessa forma, o olhar que se tem para a história é diferente do tido comumente. Assume-se uma perspectiva em que épocas, séculos e grandes períodos, não são considerados blocos homogêneos, fechados e justificáveis por si só. O gesto analítico adota uma concepção em que se passa a considerar a irrupção dos acontecimentos, a descontinuidade com que eventos, situações e mudanças acontecem, e que se possuem relação e causalidade, apenas uma análise aprofundada e rigorosamente feita poderá trazer interpretações a respeito disso. Certos discursos passam por um processo de apagamento, seu reaparecimento não deve ser visto como ingênuo ou de que este segue o curso natural da história, pois possui funções específicas. A história é vista como fonte de possibilidades para pensar o presente e os problemas cotidianos, a escavação que Foucault faz de temáticas como a sexualidade, loucura, os sistemas de punição e as relações de poder/saber contribuem para pensar que a história não é apenas composta por grandes períodos, que se sucedem uns aos outros, que seriam contínuos e que apresentariam a evolução e o progresso sucessivamente, pelo contrário, para Foucault (2013), essa noção de ligação, conexão e completude deve ser questionada:

Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos o valor de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso. Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que de qualquer forma não podem mais ser admitidas (Foucault, 2013, p. 31).

Para Michel Foucault (2013), a história é cheia de contradições e incoerências, há constante tensão nas disputas políticas, sociais e econômicas, e soma-se a isso o campo dos saberes e poderes que influem em todos eles, as irrupções e movências que acontecem em torno disso deslocam o trajeto histórico a todo momento. O estudioso considera que o gesto analítico deve valorizar e se preocupar com esses pequenos acontecimentos ocorridos na sociedade, e este olhar caminha no mesmo sentido de assumir um olhar que percebe, de modo singular, as produções linguísticas/discursiva que materializam crenças e opiniões, perspectiva assumida no interior do conceito de enunciado. Pensar a história na perspectiva apresentada pelo autor é imprescindível para poder estabelecer a compreensão de como se dão as relações desta perspectiva e os conceitos com os quais ela dialoga, que serão, introdutoriamente, elucidados nos tópicos futuros.

2.3. Discurso como objeto de análise

Os estudos discursivos elegem dentro de suas possibilidades como sendo uma delas a de estudar o discurso. Nomeia-se de discurso religioso, político, midiático, homofóbico, econômico, jornalístico, entre outros, um conglomerado de falas, textos, pronunciamentos, práticas, opiniões e crenças. A noção de discurso pode ser apreendida considerando a produção linguística/discursiva verbal e/ou não-verbal e a sua exterioridade. É essa noção de discurso que permite o gesto de analisar o que está presente em torno de um dado enunciado, quadro, figura, slogan, propaganda, *outdoor*, pois considera o conteúdo do objeto de análise e o que está para além dele, as possíveis relações com o sujeito que produziu, a época, a história, o que nega ou afirma. O discurso permeia todas as relações sociais, políticas, culturais e religiosas, sendo essas relações tensas e complexas. Desse modo, é necessário compreender os aspectos considerados externos à língua, mas que por este viés possui intrínseca relação com a constituição e construção dos enunciados e as condições de possibilidade do discurso. Um discurso perpassa tudo o que tem vida social, as mudanças históricas, as decisões políticas e religiosas, saberes e poderes, as relações de classe, gênero e raça.

Foucault (2014) propõe que o discurso da medicina e da botânica são feitos tanto de erros como de verdades, em que os erros têm funções positivas, como uma eficácia histórica. O que se tinha como afirmação científica válida no século XX, com as transformações tecnológicas e no modo de se fazer ciência, passou por um processo de teste e reteste, o que certamente colocou em xeque determinadas “verdades”, que foram transformadas e ressignificadas, algumas mantidas e outras abandonadas. Os escritos do autor consideram que essas mudanças são gestadas por mecanismos de poder e de saber, e que são modulados consoantes a uma dada emergência ou a interesses específicos. Assim, o discurso não é tido como homogêneo, fixo e imutável, pelo contrário. A compreensão de discurso sugere idas e vindas, contornos e movências dentro de um mesmo discurso. Corroborando essa assertiva, Cleudemar Fernandes (2012) defende que na “acepção foucaultiana, todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem e caracteriza-se pela contradição” (Fernandes, 2012, p. 24). Para este mesmo autor:

O discurso apresenta-se relevante para compreender as mudanças históricas e sociais que possibilitam a combinação de diferentes discursos em certas condições sociais específicas, resultando na produção de outros discursos. O aspecto histórico decorre das transformações sociais entre sujeitos e grupos de sujeitos como um movimento ininterrupto e descontínuo na linha do tempo, que conduz para a constituição de outros sujeitos e outros grupos sociais, bem como para a formação de novos discursos (Fernandes, 2012, p. 24).

O discurso não é a língua, não é um texto, um pronunciamento, mas é pensado como um conceito abstrato que se materializa na e pela língua. Até mesmo Foucault, na elaboração do conceito, pontua que a multiplicidade de sentidos desse conceito serve para pensá-lo como fenômeno extremamente complexo, e que o discurso pode ser considerado “ora domínio geral de todos os enunciados, ora grupo individualizável de enunciados, ora prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados” (Foucault, 2013, p. 96). Foucault, estudioso e analista do discurso, apresenta a seguinte hipótese:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014, p. 08-09).

Foucault, no livro, “A ordem do discurso”, elaborado a partir de sua aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, discorre sobre como o discurso é controlado e organizado, apresentando tipos de procedimentos internos e externos de delimitação e controle do discurso. Fernandes (2012) considera que esses procedimentos requerem a compreensão de que o discurso é considerado como prática, que envolve sujeitos e situações de enunciação, e que as especificidades de cada situação impõem regras aos sujeitos do discurso. Esses procedimentos de exclusão para com a produção e controle dos discursos se complementam, se reforçam e se cruzam com base no modo como a sociedade está organizada. Foucault (2014, p. 09) defende que “nem todo mundo pode dizer qualquer coisa e em qualquer lugar e qualquer circunstância”, justamente pela operação desses procedimentos de exclusão, que ao mesmo tempo que exclui também permite que sujeitos específicos, sendo aptos, podem ter o poder para dizer determinada frase ou sentença. Para Fernandes (2012), o discurso é o que possibilita a formação dos objetos, perpassa, inclusive, a produção da subjetividade e do sujeito.

Em uma análise de nível discursivo, é necessário direcionar o olhar para o carácter linguístico das materializações da linguagem, pois, concebe-se o discurso como algo que obedece a um certo número de leis e de regularidades internas, que são densamente explicadas em “A ordem do discurso”. Na perspectiva de Foucault (2014), os discursos não devem ser tomados somente em seu aspecto linguístico, mas na relação que este possui com a exterioridade do sistema linguístico, com os sistemas de luta, de poder, de dominação, nas relações tensas que estabelece, negam ou afirmam. Outra perspectiva do conceito de discurso, empreendida por Michel Foucault no decorrer da realização de seu trabalho, o concebe como um “conjunto

regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro” (Foucault, 2002, p. 09).

Por fim, postula-se que o discurso é elaborado e constituído dentro de uma arquitetura teórica que dialoga diretamente com o conceito de enunciado, também eleito como pertinente para a realização das análises, e que será discutido no próximo tópico.

2.4. O que diz Michel Foucault sobre enunciado

Um dos conceitos basilares para os estudos discursivos foucaultianos se refere às noções estabelecidas por Michel Foucault a respeito do enunciado. Ao propor o conceito de enunciado, Foucault (2013) estabelece uma série de negativas acerca do conceito, entre elas, de que o enunciado não se relaciona com intenção do sujeito que enunciou e nem do que foi alcançado com a enunciação, não se refere ao ato material de falar ou escrever, “mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado e nenhum outro em circunstâncias bem determinadas” (Foucault, 2013, p. 100). Referente à análise, o autor postula:

Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição dos acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (Foucault, 2013, p. 33).

Na perspectiva concebida neste trabalho, a tentativa de encontrar a intenção do sujeito falante, se sua atividade linguística foi consciente ou inconsciente, o que se quis ou não dizer são perspectivas que não norteiam as análises, mas busca compreender o enunciado na “singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem” (Foucault, 2013, p. 34).

O enunciado não é visto apenas como uma frase, mas como um acontecimento único, singular e que possui características de uma irrupção histórica. Tendo sido materializado, é possível apontar que houve uma condição de possibilidade e de emergência daquela construção discursiva. Poderia soar como irrelevante, banal, gesto minúsculo e pequeno, mas Foucault (2013) pontua que determinado enunciado está relacionado com enunciados que o precedem e o seguem, no espaço e no tempo, ele pode ser repetido, transformado, ressignificado, ampliado. Neste aspecto, pensar o enunciado é apreendê-lo como uma singular existência que possui

características próprias, e ainda que o mesmo enunciado for produzido novamente, este estará ligado a relações diferentes do que nas primeiras circunstâncias, por isso, o enunciado já será outro. Nesse sentido, o enunciado é o núcleo do discurso, que está ligado a uma rede de conexões, conexões que ele próprio reafirma ou que nega.

Consoante ao exposto, os estudos discursivos consideram que o enunciado é percebido como pertencente a um acontecimento discursivo, e pensar a produção linguística de um sujeito requer analisar o enunciado na sua relação com historicidade, e com a rede de saberes e poderes que estão atrelados àquela materialidade discursiva.

É possível encontrar enunciados que não correspondem à estrutura linguística da frase. Para o autor, um quadro classificatório de espécies botânicas, uma árvore genealógica, um livro de estimativas de um balanço comercial são exemplos de enunciados, não de frases. O autor complementa que “o enunciado não é, pois, uma estrutura [...], é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos” (Foucault, 2013, p. 105). Sobre o conceito, Fernandes (2012, p. 26) assegura que “os enunciados, assim como os discursos, são acontecimentos suscetíveis de serem analisados considerando a continuidade, a descontinuidade, a dispersão, a formação e a transformação”. Neste aspecto, sobre o conceito de enunciado, Michel Foucault (2013) considera que “trata-se de uma relação singular: se, nessas condições, uma formulação idêntica reaparece, – as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado” (Foucault, 2013, p 108). Não se trata do mesmo enunciado justamente porque as condições de possibilidade são outras, o sujeito pode ser outro em situação de comunicação diferente, ainda que enunciados possuam a mesma estrutura, classe de palavras e proximidade de sentido, ele não se tratará do mesmo enunciado. Outros feixes de relação serão mobilizados por ele e partir dele.

Dentro do arcabouço teórico, ainda que se tente apreender o conceito de enunciado de modo separado, para maior compreensão e por questão de método, ele só possui existência no diálogo com outros conceitos existentes no conjunto teórico dos estudos discursivos, como o de discurso, já discutido, e o de sujeito e formação discursiva, que serão abordados a seguir.

Pertinente pressuposto do autor é o de que “não há signos sem alguém para proferi-los ou, de qualquer forma, sem alguma coisa como elemento emissor. Para que uma série de signos exista, é preciso – segundo o sistema das causalidades – um ‘autor’ ou uma instância produtora” (Foucault, 2013, p. 112). Ou seja, para haver enunciado, é necessário que se tenha um sujeito, não sendo o sujeito, a mente pensante, o autor ou a fonte, mas fala-se em função sujeito, que é vazia e ocupável por indivíduos diferentes. Em suma, o enunciado precisa ter uma existência

material, uma data e um lugar, possuindo singular relação com o sujeito enunciador, é a partir dessa relação que os significados são possíveis de serem percorridos e buscados.

É importante ressaltar que o sentido do enunciado, além de estar vinculado com as condições de possibilidade de enunciação e produção, ele também está atrelado a uma zona razoavelmente controlada de possibilidades de enunciação, conceituada como formação discursiva.

Quanto a este conceito, formação discursiva (FD), explicitado em “A arqueologia do saber”, Foucault considera que não é apenas a unidade entre os enunciados que caracteriza a FD, mas também um sistema de dispersão, que também permite perceber regularidades enunciativas. Segundo o autor,

No caso que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 2013, p. 47)

As formações discursivas são heterogêneas, diversas, são como zonas de sentido que tentam estabelecer ordem e sentido ao mundo. As formas linguísticas utilizadas sofrem uma espécie de coerção à ação de repetição e paráfrase, com similaridade lexical e semântica. O conceito traz a ideia de que o que forma a FD são enunciados com características em comum, seja de marcas linguísticas, temáticas ou de posições discursivas. A FD determina o que pode e deve ser dito a partir da ocupação de determinada posição social historicamente constituída, uma FD se relaciona com outra a partir de suas relações de confronto ou de reforço, que podem se reiterar, negar, se constituir a partir dos movimentos de outras FDs.

Os campos e as áreas do conhecimento podem ser concebidos como formações discursivas, uma vez que possuem um conjunto de saberes, premissas e noções aceitas e validadas pela sociedade, e as formações discursivas também possuem um conjunto de características linguísticas próprias a cada formação. Para Foucault:

Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo [...] a formação discursiva não se caracteriza por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência (Foucault, 2013, p. 142-143).

Nesse sentido, os enunciados são vistos como pertencentes a um arranjo ou esquema, e não necessariamente apontam para uma unidade ou um bloco, pois o conceito de FD prevê dispersões, transformações e descontinuidades em seu interior, importa quais são as regras formuladoras de enunciados e de que forma funcionam os mecanismos de produção discursiva/enunciativa de uma dada FD.

Neste aspecto, analisar o enunciado requer considerar o seu aspecto linguístico, somado ao interesse de pensar seu funcionamento, as condições de possibilidade em que ele está envolto, as relações de saber e poder nas quais ele foi produzido e as possíveis relações que ele estabelece afirmando-as ou negando-as. A partir de sua materialidade, é pertinente relacioná-lo com o que está em torno de sua produção, bem como da sua relação com a história. O acontecimento discursivo surge quando se concebe que os comentários possuem este valor de enunciado, que se relaciona com a exterioridade, o sujeito que produziu, as condições de possibilidade e o feixe de relações aos quais está vinculado ou pode ser relacionado.

Neste aspecto, encaminhando-se para o final das discussões e elaborações acerca do conceito de discurso, enunciado e o de formação discursiva, elenco a necessidade de avançar nas discussões de conceitos igualmente pertinentes que perpassam a teoria e que contribuirão para as análises.

2.5. O acontecimento e o arquivo

Importante aspecto a se considerar é a necessária assunção do discurso em sua relação com o fenômeno do acontecimento, considerado como um aspecto da história serial, que é visto em sua relação com a ação de monumentalizar o material que se pretende analisar. O material ou a série enunciativa, consiste, em suma, no *corpus* que será analisado neste trabalho, composto por comentários expressos por leitores e leitoras, em resposta a textos jornalísticos, e que formam uma espécie de documento. A respeito do dado analisado, este recebe o olhar que o configura como uma irrupção do discurso ou dos discursos que a análise poderá apontar, entrando em cena o olhar assumido pelo analista, que é situado social e historicamente, além de estar localizado em um determinado tempo e espaço. Neste sentido, a análise não assume a proposta de ser a verdade, ou então de revelar a verdade sobre o documento, mas como uma leitura possível, a partir das condições de possibilidade da análise, do material e do analista.

O acontecimento discursivo está relacionado com a historicidade do discurso, e sendo constituído por um grupo de enunciados é relevante que se considere o recorte temporal, o sujeito enunciador, as condições de possibilidades e os feixes de relações que estão

intrinsecamente relacionados com a produção linguística/discursiva. O enunciado e o discurso irrompem a partir de um acontecimento, ele surge com o acontecimento e no acontecimento, trazendo consigo a materialização do discurso, que por sua vez, pode ter sua existência atrelada a mais de um discurso e pode ser acionado/mobilizado por mais de um dispositivo de poder e de saber. Neste sentido, a perspectiva de história não global e as noções estabelecidas por Foucault (2013) dialogam de forma correlacionada com o olhar a ser empreendido em torno do acontecimento discursivo, que poderia até soar banal ou irrelevante, mas que de acordo com o autor, é exatamente essa característica que faz com que acontecimentos não sejam notados ou percebidos, justamente porque certas transformações não acontecem de forma rápida e de maneira clara nos jogos das relações sociais.

Mobiliza-se também o conceito de arquivo, em Foucault (2013), por considerar que o conceito auxilia na compreensão de parte daquilo que já foi falado e que está dado sobre um determinado objeto de análise. Por este viés Foucault (2013) considera que o “arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault, 2013, p. 149). Neste sentido, pensar o arquivo possibilita mobilizar uma forma de organização da materialidade discursiva que considera exatamente aquilo que foi dito sobre uma materialidade ou tema. É pertinente ressaltar que é a partir do interior das regras de formação do arquivo que as descrições e análises acontecem e funcionam, sendo impossível, pela ótica de Foucault (2013), a realização dessa descrição do arquivo de grandes épocas, sociedade e culturas, justamente porque que as análises/descrições da totalidade de um conjunto de dados, sendo geral e amplo, dificulta a compreensão do que é estudado, uma vez que, recai-se na tendência de criação de generalizações ou ainda, de análises não aprofundadas. Porém, é a partir das características do arquivo, percebidas via análise, que se poderá pensar as regras de formação, com o que estabelece ou não diálogo, sua dispersão e acúmulo.

Neste aspecto, uma preocupação norteadora que está em torno do acontecimento se refere à elucidação de como se estabelecem as relações entre os sujeitos e o acontecimento. O documento neste caso é visto sob a ótica de um conjunto de dados, sendo considerado os enunciados analisados, a teoria discursiva, os diálogos estabelecidos entre diferentes autores dentro do trabalho e o *corpus* do trabalho. Neste caso, dentre os itens supracitados, o material de análise se constitui, especificamente, de comentários materializados na internet, selecionados com a perspectiva de se tornar uma série enunciativa a ser analisada em seção específica, que atuam como uma espécie de arquivo, de documento, eleitos e trabalhados para funcionarem conforme uma estrutura teórico-analítica. O acontecimento produz algo, para

Foucault (2013) ainda que um segundo enunciado seja formulado de forma semelhante a um primeiro, necessariamente este enunciado já é outro, porque as condições são outras, o entorno dele já é outro, a enunciação já é outra.

2.6. Sujeito e subjetividade: noções Foucaultianas

O fenômeno no qual a história era percebida como um grande bloco, com acontecimentos que eram percebidos como se desse em razão dos anteriores, era justamente o que fornecia os elementos para a existência de um sujeito fundador, aquele que nada escapa, ao qual tudo poderia ser resgatado e compreendido. Porém, a perspectiva adotada posteriormente, que questiona esse modo de conceber a história, traz consigo outros modos de compreender a sociedade e as suas relações. Neste aspecto, tem-se a noção de sujeito que “não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história” (Foucault, 2002, p. 10).

Fernandes (2008) considera que o sujeito, ou sujeito discursivo, deve ser considerado como um ser social em um espaço coletivo, e que sua posição discursiva aponta o espaço social ocupado por ele, e ainda de que ele expressa um conjunto de outras vozes integrantes dessa realidade histórica e social. O sujeito “não é homogêneo, seu discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos, discursos em oposição, que se negam e contradizem” (Fernandes, 2008, p. 26). Falar em sujeito discursivo pede a compreensão de quais são as vozes sociais que se fazem presente em sua voz. Fernandes (2012) defende que “o sujeito, por sua vez, é constituído por discursos historicamente produzidos e modificados; assim como o discurso, o sujeito está em constante produção, é marcado por movências e constituído pelos discursos” (Fernandes, 2012, p. 16).

Dessa forma, a noção de que o sujeito é a origem e o fim de seu dizer, que seria aquele que dá origem aos sentidos e os controla plenamente, não é a concepção adotada nos estudos discursivos. Tem-se o movimento contrário, concebe-se que o sujeito é um *produto*, e está constantemente em *produção*, é efeito histórico-social-cultural de onde ele está inserido/inscrito. Ele não controla os sentidos e os efeitos de seus dizeres.

Nesse sentido, no gesto de análise, não se busca a intenção do sujeito, se sua atividade foi consciente ou o que ele pretendeu dizer. O sujeito está inscrito historicamente em um dado lugar e uma dada época, portanto fala dessa posição-sujeito, que é ocupável e preenchível, sendo marcado pelas condições de possibilidade que estão em seu entorno, sua tomada de fala é

perpassada por tensão e luta, pode ser aceita ou repreendida. Os discursos não circulam livremente, e a enunciação está sujeita a certas regras existentes dentro de uma formação discursiva. O sujeito ocupa a posição que lhe é possível ocupar, e Foucault (2013) o concebe como descontínuo e disperso, mesmo que o indivíduo tenha a ilusão que controla seus dizeres e que é formado por um todo coerente e conciso. Para Foucault (2004), não existe um sujeito soberano, fundador ou universal. Mas um sujeito que se constitui pelas práticas de sujeição, de práticas de liberação ou, seja de liberdade, conforme era na Antiguidade, porém sempre submetido a regras e estilos prévios do meio social e cultural.

O sujeito é produto, mas também é processo, e interessava a Foucault pensar as formas pelas quais os seres humanos se tornam sujeitos. Importante aspecto elencado por Foucault (2016) para aprofundar as discussões no que se referem à subjetividade, é que ela se constitui a partir das interações sociais, que produz um sujeito singular. Fernandes (2012) aponta que “o discurso é aquilo que promove a produção da subjetividade, sendo o sujeito um efeito da subjetividade” (Fernandes, 2012, p. 18). Ou seja, a subjetividade é produzida pela coletividade exterior ao sujeito, e o sujeito é constituído a partir dos processos de subjetivação. Em suma, o conceito de sujeito é pertinente porque a teoria não poderia se desvencilhar dos processos de subjetivação e constituição desse sujeito que enuncia de determinado lugar/posição, a partir de uma FD, e que está relacionada com as condições de possibilidade. A posição ou as posições que ele ocupa socialmente são constitutivas do processo de significação e sentido imputado à sua produção discursiva.

Os processos que permeiam a subjetividade não se referem a relação “que temos com nossa própria individualidade, mas a que temos com os outros, na medida em que também são nós mesmos” (Foucault, 2016, p. 13). As práticas de si são práticas sociais, que formam e constituem os sujeitos a partir dos discursos exteriores. Inicialmente, Foucault (2016) tecia em torno do conceito de subjetividade como sendo relacionada às práticas de coerção e que posteriormente, esteve mais ligada às práticas de si e práticas de liberdade. É salutar compreender neste ponto que o autor citado considera que a subjetividade é produzida, por uma série de dispositivos, dentre eles os familiares, escolares, religiosos, institucionais, disciplinares, pelos dispositivos de saber e poder. A subjetividade pensada como verdade interior, como essência e unificadora são confrontadas por essa perspectiva, por isso, fala-se em práticas/processos de subjetivação. Esses processos são múltiplos e transversais, sendo perpassados pela política, pela ética e por distintas relações sociais, religiosas e culturais.

Sendo assim, é possível afirmar que os diferentes saberes, práticas e normativas presentes nos mais diversos dispositivos são constituintes das subjetividades dos sujeitos, pois

atuam na produção desse sujeito. Esses dispositivos podem se reiterar mutuamente ou não, agem fortemente na produção na realidade, pois definem o sujeito, seu valor e sua utilidade. Em suma, tem-se o conceito de subjetividade designando os processos e as formas pelas quais os sujeitos se tornam sujeitos, entendendo os mecanismos de funcionamento dos dispositivos como agentes que visam governar os corpos. Sendo o sujeito subjetivado por uma FD, este agirá conforme as “verdades” que circulam em seu interior. Deste modo, o sujeito fala a partir de um lugar, histórico-social-cultural, que nem sempre é bem delimitado.

Sem se dissociar totalmente dos conceitos abordados anteriormente, passarei a abordar especificamente o conceito de dispositivo, e, posteriormente, afunilá-lo em direção as compreensões do dispositivo de sexualidade, também em Michel Foucault, fundamental para a compreensão da abordagem e entendimentos mobilizados neste trabalho.

2.7. Dispositivo

Michel Foucault abordou a existência de diversos dispositivos, dentre eles, os dispositivos disciplinares, dispositivo carcerário, dispositivos de poder, dispositivos de saber, dispositivo de sexualidade, entre outros. O dispositivo, nesse sentido, nomeia uma ferramenta analítica de Michel Foucault, que tem sua materialização, a partir das considerações de Edgard Castro (2016), na fase genealógica do autor. O dispositivo tem sua atuação atrelada a diferentes instrumentos, que por sua vez, acionam os discursos, sendo que um mesmo discurso pode ser acionado por diferentes dispositivos. Para Foucault (2020), a sexualidade se tornou um dispositivo a partir do momento em que a sociedade passa a controlar o corpo, os modos de existência e a população. O poder e os regimes de verdade são mobilizados para que certas práticas sejam consideradas como aceitáveis ou repudiadas, incentivadas ou negadas. Para ele, o conceito de dispositivo pode ser considerado como:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 1979, p. 244).

Na concepção de Castro (2016), o dispositivo é uma espécie de formação, que “teve por função responder a uma urgência. O dispositivo tem, assim, uma função estratégica” (Castro, 2016, p. 124). O processo de surgimento de um dispositivo tem sua implementação e consolidação sujeitas a ajustes e reajustes, a modificações e readequações, uma vez que um

dispositivo pode entrar em contradição com outros. Segundo o estudioso de Foucault, Edgard Castro (2016), as obras “Vigiar e punir”, e a “História da sexualidade – a vontade de saber”, remontam à fase genealógica de Michel Foucault, e dirigem-se, principalmente, a descrição e o funcionamento de dois dispositivos – a saber: o dispositivo disciplinar e o dispositivo de sexualidade. Castro (2016) considera que o objeto de descrição da arqueologia era a episteme, na medida em que o dispositivo ocupa este papel de objeto de descrição na genealogia, momento em que os trabalhos de Foucault se debruçam, mais especificamente, a analisar o poder. Conceito este que pode ser considerado essencial no processo de compreensão e desnaturalização de práticas e organizações que já estão postas e concebidas como imutáveis na sociedade.

A partir da perspectiva de Vanice Sargentini (2015), existem certas restrições relativas ao conceito de formação discursiva, que cedem espaço à medida que as noções de disciplina e de dispositivo vão sendo construídas teoricamente nas obras de Michel Foucault. Sargentini (2015) considera que Foucault, em seus trabalhos, propõe-se a analisar “um regime de práticas que lhe permitirá ver o modo como um dispositivo erige-se sustentado por uma rede de elementos” (Sargentini, 2015, p. 21).

Em acréscimo, a autora explica que:

O dispositivo (i) comporta elementos heterogêneos e (ii) volta-se para analisar a natureza do laço que existe entre esses elementos. Atuam nessa costura discursos que estruturam o programa de funcionamento de uma instituição ou mesmo mascaram ou justificam uma prática que permanece muda ou secundária na sociedade. Foucault (2014) acrescenta ainda a esses dois pontos um terceiro que é o fato de o dispositivo (iii) ter uma ‘função estratégica dominante’. Um dispositivo permanece porque ele se abre para um duplo processo: de sobredeterminação funcional e de perpétuo preenchimento estratégico. Sobre o primeiro, tem-se que cada efeito positivo ou negativo sobre o objetivo estratégico vem entrar em ressonância ou contradição, produzindo ajustes nos elementos heterogêneos. Se a princípio não era por uma astúcia estratégica que surgia a proposição de que os criminosos ficassem encarcerados, em um segundo momento por um processo de preenchimento estratégico o encarceramento capaz de concentrar a delinquência ‘passa a ser reutilizado para fins políticos e econômicos diversos’ (Sargentini, 2015, p. 23, destaques da autora)

Sargentini (2015) postula que as análises realizadas por Michel Foucault permitem a existência de uma forma de olhar e de conceber as práticas e os discursos como inseridos numa rede de relações, contínuas ou não, a depender do objeto de análise, uma vez que a perspectiva de uma história não global perpassa toda a obra do estudioso. Considera-se que há acontecimentos disruptivos que auxiliam a analisar os fatos como envoltos num conglomerado,

numa nova ordem, lógica ou coerente, e que não necessariamente é novo, mas que pode ter sido transformado por discursos reatualizados ou reconfigurados. Neste aspecto, Michel Foucault propôs a análise de práticas discursivas, normativas, modos de funcionamento, transformações mínimas, quase imperceptíveis, sob a perspectiva de se ver ou não a materialização de um acontecimento.

Neste ponto, considero relevante ressaltar que o dispositivo é pautado por uma ideia de rede, de relações estratégicas, de um conglomerado de práticas e discursos, que podem ou não estar relacionados em um primeiro olhar, mas que a partir do gesto do analista, poderá ser concebido sob uma certa coerência e um modo de funcionamento, do que nega ou afirma. O funcionamento do dispositivo atua na produção e manutenção dos discursos, que por sua vez, operam sobre a sociedade, os sujeitos e seus corpos. A partir desse pressuposto, Foucault (2020) analisou a “superposição entre um dispositivo de aliança e um dispositivo de sexualidade, a partir do século XVIII, sendo que ambos se articulam sobre o casal, mas de maneiras diferentes” (Sargentini, 2015, p. 22). Nesse sentido, o conceito comporta a compreensão de diferentes elementos como constituintes e constituidores dos dispositivos, que são heterogêneos e estão envoltos em uma rede complexa de relações – leis, comportamentos, discursos, instituições e acordos sociais.

É necessário destacar que para Foucault (1979), o dispositivo ao mesmo tempo que sustenta relações estratégicas de saber, também é sustentado por essas relações. Neste aspecto, a ideia de cadeia se relaciona com a de entrelaçamento entre práticas de poder, saber e de subjetivação. Dentre as características dessa ferramenta, elege-se que o dispositivo é mais geral do que a episteme, e é discursivo e também não discursivo, considerando que seus elementos são heterogêneos. A mudança que ocorre entre a fase arqueológica e genealógica se trata de uma “lente que se abre para a análise dos objetos que são, sob essa nova ótica, de carácter inevitavelmente heterogêneo” (Sargentini, 2015, p. 21). Portanto, o dispositivo é percebido como sendo sustentado por uma rede de saberes, conhecimentos, normas e legislações que o embasam e que são embasadas por ele. Em outro aspecto, tem-se a subjetividade dos sujeitos, conceitos abordados anteriormente, como sendo constituída também pelos dispositivos e pelos discursos.

Jean-Jacques Courtine (2013) realiza um relevante estudo de como sujeitos considerados anormais eram exibidos e explorados em praça pública. Os estudos contribuem para a compreensão das diferentes perspectivas nas quais os corpos eram concebidos, e as movências no modo de analisá-los e compreendê-los. O autor nomeia e caracteriza como sendo um dispositivo “o processo de normalização dos anormais que vemos desenvolver-se no século

XIX e XX” (Courtine, 2013, p. 28-29). Neste sentido, as mudanças e transformações ocorridas no modo de pensar e conceber os sujeitos anormais se dão a partir de um conjunto heterogêneo de elementos, entre eles as normas, legislações, hábitos sociais e culturais, instituições e discursos. Por isso, para o autor “não existe discurso fora dos dispositivos, e dispositivos sem discurso” (Courtine, 2013, p. 29). Ainda na perspectiva do autor, o conceito deve ser analisado “em toda a extensão de sua dispersão, em toda diversidade de suas ramificações, em toda profundidade de sua sedimentação” (Courtine, 2013, p. 127).

Courtine (2013) considera que a apreensão da noção de discurso deva se dar a partir daquilo que Foucault denomina de dispositivo, isto é, de um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de palavras e de textos, de ditos e de não ditos. Para este autor “o discurso ele mesmo é imanente ao dispositivo que se modela sobre ele e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade (histórica), a estranheza de época, a nova tendência local do dispositivo” (Courtine, 2013, p. 27).

Contribuindo com a compreensão do conceito de dispositivo, Judith Revel (2005) considera que o dispositivo “designa inicialmente os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder” (Revel, 2005, p. 39). Neste aspecto, a partir do momento em que a obra foucaultiana se concentra cada vez mais em pensar as relações e os mecanismos de poder, a definição de dispositivo vai recebendo seus contornos e especificações. Revel (2005) considera que a noção é fortemente marcada por sua natureza heterogênea, e que se trata, portanto, de discursos, práticas, de instituições, táticas e estratégias móveis. É a partir da obra “História da sexualidade I”, lançada em 1976, que Michel Foucault apresenta uma discussão completa do que ele entende por dispositivo, e em se tratando da obra citada, ele fala em termos de dispositivo de sexualidade.

A sexualidade, tema eleito como norteador das discussões deste trabalho, é considerado assunto ainda bastante polêmico na sociedade brasileira, acerca dele, crenças, opiniões, informações e desinformações são mobilizadas quando a discussão é colocada em pauta. Decididamente, existe um conjunto heterogêneo de saberes, práticas, comportamentos e desejos, expressos ou reprimidos, possibilidades ou impossibilidades a depender do conjunto de valores religiosos, sociais, culturais que subjetivam os sujeitos de uma dada realidade, que por fim, formam um dispositivo de sexualidade.

Neste aspecto, é pertinente retomar considerações elaboradas por Michel Foucault presentes em uma de suas principais obras, e colocá-las em um diálogo profícuo com autores e autoras que pesquisam e dão continuidade a pesquisas com temas relacionados.

Michel Foucault lançou no ano de 1976 o primeiro livro do que viria ser uma série de estudos a respeito de uma história da sexualidade. A obra foi intitulada de “História da sexualidade I – a vontade de saber”. O estudioso, entre os anos de 1975 e 1984, dedicou-se a análise do papel da sexualidade na sociedade ocidental. Sua pesquisa histórica ressalta a importância do sexo e da sexualidade na vida social desde a Grécia e Roma Antigas até a modernidade. Para o autor, foi consolidada e bem aceita uma perspectiva a respeito da sexualidade como sendo “a crônica de uma crescente repressão” (Foucault, 2020, p. 09). Uma primeira análise a respeito do passado conceberia a sexualidade como sendo algo que sempre foi interdita, reprimida e censurada, de que sexo e sexualidade eram tratados a partir de mecanismos de repressão e silenciamento. Para o autor, quando se refere à sexualidade, em geral, a temática é denunciada como objeto e alvo que sempre foi proibida, negada e silenciada. Porém, a perspectiva adotada pelo autor é a seguinte: “não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna” (Foucault, 2020, p. 17). Então, o filósofo propõe a seguinte hipótese: “a partir do fim do século XVI, a ‘colocação do sexo em discurso’, em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação” (Foucault, 2020, p. 18).

Michel Foucault (2020) propõe, que em torno do sexo e da sexualidade, houve intensa proliferação dos discursos, discursos estes que possuíam existência por meio do incentivo aos sujeitos de enunciarem seu sexo e sua sexualidade. A priori, é necessário destacar que a noção de sexualidade não transcorreu a história sem obter contornos e movências específicas de cada época, pelo contrário, ela deve ser concebida sempre tendo-se em mente as suas condições de possibilidade e existência. No recorte realizado por Foucault (2020), já havia uma multiplicidade de áreas e domínios de estudos que elencavam a sexualidade como objeto de reflexão. Para o autor, esta produção discursiva era originada em instituições como a igreja, escola, a família, o consultório médico, e por ciências como a demografia, a biologia, a medicina, a psicologia, psiquiatria e a pedagogia, e essa efervescência “discursiva” pode ser compreendida como tendo início no século XVI, e se intensificado a partir do século XIX. As análises do autor apontam que o discurso sobre o sexo não tinha fundamentalmente o objetivo de reduzir ou proibir a prática sexual, mas compreender, analisar, validar e inquiri-la. Nesse sentido, é em torno dessas práticas que diferentes modos de análise vão recair sobre objetos e domínios da sexualidade, surge então, uma *vontade de saber* que tem origem em diferentes áreas e instituições. Na obra “História da sexualidade – a vontade de saber”, Michel Foucault faz um percurso histórico apontando tecnologias que culminaram na produção de um

dispositivo de sexualidade, e que contribuíram para a formação das noções de corpo, vida, sexo, sexualidade adulta/infantil, entre outras. Para Foucault (2020), esse dispositivo de sexualidade é considerado peça essencial das estratégias de controle dos indivíduos e das populações.

A respeito das crenças que percebiam a sexualidade como reprimida, o autor considera:

Esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave caução histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. A crônica menor do sexo e de suas vexações se transpõe, imediatamente, na cerimoniosa história dos modos de produção: sua futilidade se dissipa. Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo. Se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? (Foucault, 2020, p. 10)

Foucault resgata em seu texto diversas hipóteses e concepções que circulavam à época de seus escritos. Havia perspectivas consolidadas que olhavam para a temática da sexualidade pela categoria analítica das classes sociais, e que responsabilizavam o sistema capitalista por criar e organizar mecanismos de proibição para vigiar e censurar o sexo, concebendo-o como possível apenas nos casos em que ele ocupa a função de reprodução. A força vital e o tempo deveriam, nessa perspectiva, ser destinados ao trabalho. Michel Foucault (2020, p. 09) questiona: “estariamos liberados desses dois longos séculos onde a história da sexualidade devia ser lida, inicialmente, como a crônica de uma crescente repressão?”. E ainda complementa:

Explicam-nos que, se a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, só se pode liberar a um preço considerável: seria necessário nada menos que uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia dos mecanismos do poder; pois a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente (Foucault, 2020, p. 09).

Michel Foucault (2020) materializa em seu texto concepções consideradas como verdadeiras em meados da década de 1960 e 1970, justamente para criticá-las e refutá-las. Para ele, não que o sexo não tenha sido proibido, o autor considera que houve momentos de repressão em torno da temática, mas coloca em xeque a hipótese repressiva em torno do sexo. O desenvolvimento do capitalismo e manutenção desse sistema pelas classes burguesas não necessariamente inauguraram um período de libertação sexual, mas considera que o ponto

central de análise da história é que houve o surgimento de uma vontade de saber sobre o sexo e a sexualidade, e que este interesse é uma das engrenagens que mobilizam toda uma estrutura social, que visa, por fim, tentar responder todos questionamentos que existiam à época em torno da temática, mas que também serviu para fundamentar tecnologias de controle dos indivíduos e das populações.

Ou seja, para o autor não há relação direta entre o nascimento do capitalismo e uma repressão crescente do sexo. Pelo contrário, são os nobres e depois burgueses que irão constituir um dispositivo de sexualidade a partir de si próprios, numa espécie de investimento de atenção e cuidado em relação às suas práticas sexuais, às suas condutas desviantes, aos menores indícios de histeria, loucura e senilidade. O autor postula que é nesse momento histórico que as duas classes supracitadas se investem de ações, análises, confissões e desconfianças para finalmente responder o que é certo ou errado, pecado ou santo, moral ou imoral. Historicamente, para o autor, não ocorreram ações específicas que visavam controlar o sexo da classe dominada, primeiro a classe burguesa “descobriu” o seu sexo e a sexualidade, e posteriormente custaram a aceitar que os “dominados” também o possuíam.

Foucault avalia que existe uma “obstinação em falar do sexo em termos de repressão” (2020, p. 12), e que sempre que o tema vem à tona o que se fala é a de sua inexistência, de sua repressão histórica e de que se trata de um assunto proibido e que não deve ser discutido. Em seguida, o autor aponta uma possível motivação para isso:

Existe, talvez, uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que se poderia chamar o benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. Daí essa solenidade com que se fala, hoje em dia, do sexo (Foucault, 2020, p. 11).

Nesse sentido, Foucault (2020) considera que haveria, na ação de falar de sexo, certa consciência de que se é subversivo e de que se está desafiando a ordem estabelecida. Por esse viés, a hipótese repressiva em torno do sexo e da sexualidade é muito bem aceita, e o autor defende que há “toda uma economia e ‘interesses’ discursivos que a sustentam” (2020, p. 13, destaque do autor), ou seja, o fato de que o discurso sobre o sexo sempre parece elencar essa tal repressão como elemento central e constitutivo das discussões funcionaria como um mecanismo que beneficia algo ou alguém. O estudioso pontua que um dos objetivos de seu

trabalho, e que pode servir como inspiração, dentre outras, para os trabalhos de análise do discurso, é o de, em torno do sexo e da sexualidade:

Buscar as instâncias de produção discursiva (que, evidentemente também organizam silêncios), de produção de poder (que algumas vezes tem função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos); gostaria de fazer a história dessas instâncias e de suas transformações (Foucault, 2020, p. 18).

Para Michel Foucault, o “século XVII: seria o início de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados” (Foucault, 2020, p. 19). Falar sobre sexo se tornou mais difícil e custoso, pois os regramentos sociais pediam “primeiro, [para] reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível” (Foucault, 2020, p. 19). O autor pontua que nos séculos subsequentes, em torno do sexo há intensa incitação discursiva e que o vocabulário utilizado passa por um processo de seleção e exclusões de palavras e termos, ainda se aponta para possibilidade de terem sido criados mecanismos de alusão e de metáfora para se referir ao sexo.

Nesse movimento crescente, também surgem:

Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: polícia dos enunciados. Controle também das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais (Foucault, 2020, p. 19-20).

Para Foucault (2020), é a partir do século XVIII que há uma maior produção e proliferação discursiva em torno da temática do sexo, as ações de cerceamento do falar sobre sexo resultaram num efeito contrário do desejado, obteve-se “uma valorização e uma intensificação do discurso indecente” (Foucault, 2020, p. 20). É nesse momento, para o autor, que o dispositivo de sexualidade passa a ser construído. Nesse sentido, destaca-se que são as instâncias de poder e saber que mobilizaram ações para o sexo e a sexualidade terem existência em nível discursivo. No âmbito do discurso religioso, o autor cita o exemplo de ações da Igreja Católica a partir do Concílio de Trento, com acionamento de maior discrição quando se tratava de sexo. “O sexo, segundo a nova pastoral, não deve mais ser mencionado sem prudência; mas seus aspectos, suas correlações, seus efeitos devem ser seguidos até as mais finas ramificações”

(Foucault, 2020, p. 21-22). Os sentidos deveriam ser encontrados e examinados. Segundo as regras que seriam implementadas, na época, não deveria haver, no sexo, permissão para obscuridade, incompreensões e segredos. Tanto o exame de consciência quanto a confissão² realizada com o padre são guiadas para uma maior apreensão do ato sexual e o desejo que nele culmina. Essa abordagem do sexo, porém, veste “a capa de uma linguagem que se tem o cuidado de depurar de modo a não o mencionar diretamente” (Foucault, 2020, p. 22).

A Igreja Católica, a partir do Concílio de Trento (1545-1563), segundo Foucault (2020), tenta assegurar uma confissão anual de seus fiéis, os orienta a fazerem exames de si mesmos de forma meticulosa, em que a alma, memória, pensamento, palavras e ações deveriam ser examinados. Na análise de Foucault (2020), a Igreja Católica postulava que para ser um bom cristão, era necessário que os fiéis confessassem seus pecados, crimes, desejos e prazeres. Essa prática da confissão faz surgir um mecanismo que incumbe aos fiéis a infinita tarefa de sempre dizerem a si mesmos e aos outros, tão frequente quanto possível, tudo o que está relacionado com o jogo dos prazeres, de sensações e pensamentos, da alma e do corpo, tudo o que está relacionado e vinculado ao sexo, pois para que fosse possível julgar e dar a penitência, justificava-se que nenhum detalhe poderia escapar dos possíveis “pecados”. Elenca-se, a partir disso, segundo Foucault, uma singular característica que vai ser marcante no Ocidente: o movimento repetitivo e exaustivo de falar sobre si, para si e para outrem se relaciona com esse momento histórico, em que houve a incitação e incentivo da colocação dos desejos e do sexo em discurso, e de “fazer passar tudo o que se relaciona com sexo pelo crivo interminável da palavra” (Foucault, 2020, p. 23). O mecanismo do “fazer falar” não assumiu os moldes da confissão religiosa sempre, pelo contrário, foi transformado e ressignificado, tendo projeções na literatura e nos saberes científicos.

Mas, no final das contas, também a pastoral cristã procurava produzir efeitos específicos sobre o desejo, pelo simples fato de colocá-lo integral e aplicadamente em discurso: efeitos de domínio e de desinteresse, sem dúvida, mas também efeito de reconversão espiritual, de retorno a Deus, efeito físico de dores bem-aventuradas por sentir no seu corpo as ferroadas da tentação e o amor que lhe resiste (Foucault, 2020, p. 25).

² Na consolidação da prática da confissão, Foucault (2020) postula que a partir dos manuais do confessor, era essencial que a confissão fosse detalhada, e para dois autores destes manuais, Sanchez e Tamburini, era considerado “ser indispensável para que a confissão fosse completa: posição respectiva dos parceiros, atitudes tomadas, gestos, toques, momento exato do prazer – todo um exame minucioso do ato sexual em sua própria execução”. (p. 21) Ou seja, para eles, quando o pecado envolvesse sexo, deveria assumir uma espécie de narrativa erótica minuciosamente detalhada.

Foucault (2020) considera que esse movimento pode ser entendido não apenas como específico de uma localidade, pois gerou efeitos significativos nas estratégias e técnicas (inicialmente religiosas) da colocação do sexo em discurso. Para que fosse possível compreender o complexo dispositivo de sexualidade, Foucault (2020) se debruça a analisar também o discurso pedagógico, que para o autor, até mesmo no que poderia ser pensado com um local ausente das discussões em torno do sexo, aí ele está sempre sendo pensado e retomado, nesse caso a escola do XVIII. Para ele, a arquitetura, a disposição dos dormitórios (com ou sem separações) e do pátio, da disposição das mesas até os regulamentos e cuidados se trata e responde à sexualidade das crianças. O autor considera que a instituição pedagógica “concentrou as formas de discurso neste tema” (Foucault, 2020, p. 33), pois codificou os conteúdos, qualificou os enunciadores desse discurso, adotou ou negou a perspectiva do sexo, e conclamou a educadores, médicos e administradores e os pais que falem do sexo das crianças, seja prescrevendo, orientando ou coibindo. Dessa forma, o sexo e a sexualidade são incitados a ter existência discursiva e a serem trabalhados e retrabalhados.

No domínio do discurso científico, foi a partir do século XVIII e XIX, que entraram em atividade diversas ciências e estudos que suscitam os discursos sobre o sexo.

Inicialmente, a medicina, por intermédio das ‘doenças dos nervos’; em seguida, a psiquiatria, quando começa a procurar — do lado da ‘extravagância’, depois do onanismo, mais tarde da insatisfação e das ‘fraudes contra a procriação’, a etiologia das doenças mentais e, sobretudo, quando anexa ao seu domínio exclusivo, o conjunto das perversões sexuais; também a justiça penal, que por muito tempo ocupou-se da sexualidade, sobretudo sob a forma de crimes “crapulosos” e antinaturais, mas que, aproximadamente na metade do século XIX se abriu à jurisdição miúda dos pequenos atentados, dos ultrajes de pouca monta, das perversões sem importância” (Foucault, 2020, p. 34, grifos do autor).

O autor postula que o estereótipo/estigma relacionado ao perfil do homossexual estão fortemente presentes em textos do século XIX, porém este olhar sobre as práticas sexuais possui histórico de séculos atrás, uma vez que uma imagem desqualificadora já “estava muito nitidamente delineada na literatura greco-romana da época imperial” (Foucault, 2020b, p. 25). Os exemplos que Michel Foucault traz, em a “História da Sexualidade – o uso dos prazeres, volume 2”, estão relacionados à ações descritivas depreciadoras de homens que possuíam ou assumiam em determinados momentos “características femininas”. Nesse sentido, a sociedade da época já tecia um olhar desqualificador sobre a voz, as roupas, as maquiagens, a delicadeza e os adereços relativos aos homens. Porém, importante aspecto a ser mencionado é o de que as nuances relacionadas ao que são encontradas nos textos antigos em nada, ou em muito pouco

tem a ver com os contornos das práticas jurídicas e médicas que foram adotadas no século XIX e XX.

Para Foucault (2020b), os textos que prescrevem o comportamento sexual, existem há séculos, neste sentido eles elencam condutas que devem ser negadas ou incentivadas. Havia uma grande indução ao medo das práticas sexuais, sua associação ao mal, o prazer não era objetivado e nem incentivado, ao contrário, o ato sexual estava fortemente relacionado com a perdição, seu uso deveria ser controlado e comedido.

Foucault (2020b) elabora que os níveis de regramentos e normativas estavam inseridas num âmbito das práticas de liberdade, do exercício do seu direito e de sua autoridade. O viés com que se deve perceber essas regras e costumes não é o mesmo com que se concebe as regras sociais, culturais e religiosas materializadas nos séculos subsequentes. Para Foucault (2020b, p. 30) “Nenhuma regra nem costume impede o homem de ter relações sexuais extraconjugais, em relações com os rapazes que, pelo menos dentro de certos limites, são admitidas, correntes e até mesmo valorizadas”.

Para o estudioso, até mesmo as práticas jurídicas ocuparam-se a julgar e questionar a sexualidade, a partir de diagnósticos, relatórios e terapêuticas, o tema é, de certa forma, gestado e administrado, por fim, a incitação a se falar do sexo se estende e se estrutura por quase todos os ramos e domínios da sociedade. Foucault (2020) aponta que uma aparelhagem foi constituída para a produção de discursos sobre o sexo, e que no século XVIII nasce uma incitação técnica, política e econômica a falar do sexo. As relações de saber e poder voltam-se para a sexualidade e o sexo. Porém, esse movimento de racionalização do sexo não surge rapidamente sem ressalvas e sem repúdio. O estudioso considera que os filósofos não assumiam com segurança a postura de abordar a temática do sexo, e os médicos o fizeram, um século depois, entre a hipocrisia e o moralismo, mas o destaque que o autor dá é para o fato de que havia um reconhecimento de que esse temor, e esse entrave em torno da questão do sexo deveria ser superado. Nesse sentido “deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, [...] condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos” (Foucault, 2020, p. 27).

Foucault (2020) sintetiza: o homem ocidental ocupa uma função, faz três séculos, de dizer tudo sobre o seu sexo, e que desde a época clássica há uma crescente valorização do discurso sobre o sexo. Para o autor, espera-se desses discursos diversos efeitos de deslocamento, de intensificação, de reordenamento, de ampliação sobre os domínios do sexo e da ação de estendê-los cada vez mais. Não se fala em julgamento do sexo, mas em gestão e administração.

A partir da criação desse dispositivo complexo, diferentes efeitos e mudanças surgem a partir dele. É um discurso útil e público que regula o sexo, e não a proibição e a censura.

Dentre os efeitos do dispositivo e das técnicas de poder existentes no século XVIII, que o utilizaram para se consolidarem, os indivíduos e sujeitos passam a ser vistos pela ótica de integrarem uma “população”, que passam a ser administrados como população-riqueza, mão-de-obra, capacidade de trabalho. As taxas de natalidade, morbidade, fecundidade, e das incidências de doenças são criadas com vistas a gestão e administração da vida dessa população. O deslocamento que o autor enfatiza com essas transformações políticas e econômicas, é que o sexo agora passa a ser foco dos Estados, pois “há muito tempo se afirmava que um país devia ser povoado se quisesse ser rico e poderoso” (Foucault, 2020, p. 28). Foram utilizadas análises e estudos sobre as taxas de natalidade, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a idade do casamento, a frequência das relações sexuais, quais seriam os efeitos do celibato e das práticas contraceptivas, ou seja, “a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção” (Foucault, 2020, p. 29). É possível apontar que em torno do sexo, há, então, toda uma efervescência política, econômica e biológica. Conforme as urgências, interesses e objetivos dos Estados, o sexo será analisado, investigado e inquirido.

A obra de Michel Foucault traz elementos pontuais e específicos de ações religiosas, jurídicas e científicas que materializam e comprovam sua hipótese: de que o sexo e as sexualidades foram temas discutidos, regradados e regulamentados a partir de diferentes instituições, áreas e domínios, e não apenas interdito e censurado. É a partir desses pressupostos e análises, que o autor, de maneira convincente, consolida a sua hipótese: de que a sexualidade não foi reprimida e coibida, pelo contrário, foi examinada, questionada, incitada a se colocar e aparecer dentro da escola, da igreja, do consultório, do tribunal e da família. A retomada histórica e as análises realizadas por Michel Foucault permitem conceber que a sexualidade é produto de um “dispositivo de sexualidade”, não sendo algo objetivo, dado pela natureza e inquestionável. Pelo contrário, essas instituições apontavam práticas sexuais que deveriam ser abandonadas e outras que deveriam ser incentivadas, de acordo com interesses específicos, portanto moldável. A sexualidade é o resultado de significativa produção discursiva que tinha como temática as práticas sexuais.

Nesse sentido, a perspectiva histórica traçada por Foucault (2020) permite compreender que os mecanismos de saber e poder são agentes que gestaram e organizaram as discussões em torno da temática da sexualidade, e auxilia a entender que esse dispositivo foi constituído por e a partir de discursos científicos, jurídicos e religiosos.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não é a realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 2020, p. 115).

Para Michel Foucault (2020), o “dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (Foucault, 2020, p. 116). As sexualidades eram inquiridas e investigadas, a da mulher, a do homem, da criança e também a sexualidade hegemônica e a desviante, porém o tratamento dado a cada uma se dava em conformidade com crenças, valores e preceitos vigentes à época. Por esse viés, justifica-se como pertinente a mobilização da noção do dispositivo de sexualidade porque, a partir dele, é possível a compreensão de parcela dos mecanismos e funcionamentos dos discursos sobre o sexo. Remeter-se à historicidade da construção desse dispositivo se faz necessário justamente para ser possível chegar ao efeito de entendimento de que: é a partir de diversos movimentos e nuances que o aparelho é criado, e de que ele produz verdade, controle e condutas. A partir do conceito do dispositivo de sexualidade, é possível compreender que tanto a sexualidade hegemônica quanto a marginal o são assim consideradas por um conglomerado de discursos permeado de relações de poder e saber de um certo tempo e de uma dada sociedade. O dispositivo de sexualidade não recebeu as mesmas formas, contornos e estabeleceu normatizações de forma semelhante em todo o Ocidente, em cada região ou área do conhecimento.

Foucault (2020) considera que as classes burguesas utilizaram o dispositivo como processo de autoafirmação, de proteção, e de exaltação. Para as classes dominantes, o dispositivo de sexualidade serviu como nova distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes, e por isso, “trata-se de novas técnicas para maximizar a vida. Ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se, primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descendência das classes que dominavam” (Foucault, 2020, p. 134). É possível postular que esta ferramenta dialoga diretamente com o que o autor escreve sobre o grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos, explorados em “A ordem do discurso”. Nesse sentido o discurso sobre a sexualidade sofre a ação de procedimentos de controle e de exclusão, pois

Trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (Foucault, 2014, p. 35).

Para que se possa falar de sexo e sexualidade, os mecanismos de controle do discurso entram em jogo para delimitar quem, onde e de que forma a enunciação sobre sexualidade deve ocorrer. Assim, “o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...], define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso” (Foucault, 2014, p. 37). Historicamente questionava-se de que área ou posição-sujeito se falava do sexo/sexualidade. Qual era a legitimidade de alguém para falar de um certo modo e deste tema? Foucault não pontua que essa ação gera um efeito negativo ou positivo, apenas tenta entender e apontar quais são os mecanismos de produção de discurso sobre a sexualidade, e enfatiza que essa produção discursiva não segue um curso, de modo linear e que caminha para o desenvolvimento progressivo, mas que é regido e orientado por interesses, instituições e grupos de pessoas. Para Michel Foucault (2020) a sexualidade não é reprimida, mas é regulamentada e controlada por regras que advém de diversos lugares. Para Antunes e Duque (2020), a recente e crescente visibilidade das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero provocam a desestabilização de instituições que tradicionalmente ajudaram a definir as regras e a moral em torno da sexualidade hegemônica. Essas regras prescreviam quais práticas e relações eram possíveis e as que deveriam ser alvo de interdição e censura. O complexo dispositivo de sexualidade tem como um de seus pilares a produção de saberes acerca de distintos temas, objetos e categorias, o que produz efeitos de verdade. Por sua vez, estes saberes produzidos possuem funções específicas e são constituintes dos sujeitos, pois geram efeitos nos comportamentos, condutas e práticas sexuais dos indivíduos.

Por fim, pontuo que este capítulo se destinou a realizar a mobilização de conceitos norteadores da teoria discursiva, de forma a auxiliar o gesto analítico a ser realizado no quarto capítulo. Portanto, é pertinente reiterar que a pesquisa analisa discursivamente os comentários homofóbicos expressos em ambiente virtual, e para isso, mobilizará os conceitos e noções abordadas neste capítulo como forma de apreender as relações complexas que estão envoltas neste sistema de violência homofóbica. Considerando ser profícuo a abordagem pormenorizada do conceito de homofobia e de suas relações, o capítulo três é destinado para a discussão de noções basilares e fundamentais deste sistema fóbico.

3. HOMOFOBIA E A CONTEMPORANEIDADE

Nesta seção do trabalho, realizo discussões conceituais da homofobia, e em seguida, proponho reflexões acerca dos pilares que incitam e mantêm a existência dessa violência. Posteriormente, realizo uma breve retomada de legislações e normativas que garantem os direitos e deveres das pessoas que se enquadram no grupo diversidade sexual. Ao final, pauto o uso das redes sociais e de características próprias do ambiente virtual.

3.1 Homofobia, seus pilares e a história

O livro “Homofobia: história e crítica de um preconceito”, de autoria de Daniel Borrillo (2016), teve sua primeira edição lançada no Brasil em julho de 2010, a obra traz uma abordagem histórica, crítica e conceitual do fenômeno da homofobia. Marco Aurélio Máximo Prado é quem prefacia o livro, e considera que o conceito de homofobia pensado como “uma forma de preconceito e aversão às homossexualidades em geral tem se lançado na sociedade brasileira com alguma força política, conceitual e analítica nos últimos anos” (Prado, 2016, p. 07). Prado (2016) postula que o conceito “tem sido utilizado para fazer referência a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio ou medo) em relação às homossexualidades” (Prado, 2016, p. 07). Considerando essa definição preliminar, é possível considerar que o conceito não revela a complexidade das formas de hierarquização sexual, que possui muitos sentidos e significados. Pensar o conceito apenas em um nível de sentimento e emoção poderia, para esse estudioso, limitar o entendimento do fenômeno, e que em resposta a esse tipo de discriminação, as ações cujos objetivos seriam apenas minimizar os sentimentos e atitudes de pequenos grupos ou indivíduos homofóbicos, excluiria, conseqüentemente, a compreensão de que as instituições sociais também fazem parte da manutenção de uma sociedade homofóbica. Para Prado (2016), o conceito:

Desde que foi cunhado, em 1972, em referência ao ‘medo expresso por heterossexuais de estarem em presença de homossexuais’, o conceito passou por vários questionamentos e ressignificações (Junqueira, 2007). No entanto, o termo a partir de meados dos anos 1970, ganhou notoriedade e conheceu considerável êxito, especialmente nos países do Norte, e foi adquirindo novos contornos semânticos e políticos (Prado, 2016, p. 07-08).

O termo passou a ser usado em alusão a situações de preconceito, discriminação e violência em desfavor de pessoas LGBTQIAPN+. Passa-se de uma perspectiva estritamente individual e psicológica para uma esfera mais politizadora e social do problema, e que segundo

Prado (2016), “mais recentemente, verifica-se a circulação de uma compreensão da homofobia como dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero que atinge todas as pessoas, independentemente da orientação sexual, ainda que em distintos graus e modalidades” (Prado, 2016, p. 08). Neste ponto, é possível estabelecer um diálogo com Foucault (2020 a), que permite analisar essa “vigilância das fronteiras de gênero” como sendo um dispositivo de poder, que possui sua ação através de instrumentos, técnicas, olhares, códigos e condutas que por fim, visam disciplinar e regular os corpos.

Neste sentido, a homofobia atua na manutenção de um determinado ‘estado social’ que elege uma sexualidade como válida e outra marginal. Para Daniel Borrillo (2016):

A homofobia tem se revelado como um sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir da sua interseção com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo, por exemplo (Prado, 2016, p. 09).

Porém, para iniciar a compreensão desse conceito de maneira mais aprofundada, considera-se como salutar pensar o surgimento do conceito. Para Borrillo (2016), o termo homofobia parece ter sido utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1971. A mesma hipótese é adotada por Gato, Carneiro e Fontagne (2011), que consideram que o termo foi utilizado inicialmente dentro da literatura psicológica, mais especificamente por Kenneth Smith no ano de 1971, para se referir a uma aversão à homossexualidade de carácter psicológico. E no ano seguinte, 1972, a partir do psicólogo americano George Weinberg, o termo foi introduzido em seu livro “Society and the Healthy Homosexual” (Sociedade e o Homossexual Saudável) e se popularizou. No trabalho de Weinberg, foi agrupado o termo “homo” (semelhante) e “fobia” (medo) para definir a homofobia como sendo um medo da presença de homossexuais no mesmo espaço. E no que se refere às situações dos próprios homossexuais, o psicólogo considerou como uma auto aversão. Neste aspecto, “homofobia” em um primeiro sentido, era a nomeação de um medo irracional que pessoas heterossexuais experimentavam em relação aos homossexuais e nomeava uma aversão que homens gays e mulheres lésbicas poderiam nutrir por si mesmos.

Depois que o foco de problematização da homossexualidade passou para o preconceito contra a homossexualidade, em que o gesto epistemológico não era mais a investigação das causas da homossexualidade, o conceito inicial não demorou a ser criticado. A partir das considerações de Gato, Carneiro e Fontagne (2011) é possível postular que as críticas ao conceito de homofobia giravam em torno da constatação de que as reações contra as pessoas

homossexuais se caracterizam mais por hostilidade do que por medo, diversos autores questionaram o seu carácter fóbico que denotava a expressão “homofobia” ou, “homophobia” em Língua Inglesa. Carneiro (2009) considera que o sufixo fobia “deixa em aberto a noção de uma repulsa a que não pode fugir-se, de um medo incontrolável (fóbico) que, portanto, demite gratuitamente de responsabilidades quem a exerce” (Carneiro, 2009, p. 77). E na sua perspectiva, que se soma à noção estabelecida por Kitzinger (1987), a análise inicial da homofobia se limitava a inverter a perspectiva médica, ou seja, os doentes deixavam de ser os gays e as lésbicas para passarem a ser as pessoas intolerantes. Consoante a essa crítica, o conceito de homofobia remetia, inicialmente, a um sistema de discriminação contra as pessoas homossexuais que vislumbrava considerá-la apenas em um plano individual, ignorando os mecanismos que este sistema mantinha nas relações sociais e culturais, a nível institucional e estrutural, bem como não se analisava a sua possível relação com o sexismo, que ocorre depois.

Daniel Borrillo (2016) postula que “a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos” (Borrillo, 2016, p. 13), e o autor concebe que essa violência se organiza e se estrutura do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo. Utilizando-se das palavras do estudioso:

O termo ‘homofobia’ designa, assim, dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social (Borrillo, 2016, p. 22).

Borrillo (2016) considera que homofobia revela uma hostilidade não apenas contra homossexuais, mas contra o grupo de indivíduos que são considerados não conformes à norma sexual. O estudioso também analisa que nas sociedades que são marcadas pela dominação masculina, “a homofobia organiza uma espécie de ‘vigilância de gênero’, porque a virilidade deve estruturar-se em função de dois aspectos: negação do feminino e rejeição da homossexualidade” (Borrillo, 2016, p. 26). Ou seja, assumindo a concepção de que essa vigilância é um dos dispositivos de poder, a homofobia está baseada num pilar que estabelece padrões, normas e comportamentos específicos a cada gênero e a cada orientação sexual, e que em grande parte das situações sociais, senão em todas, há uma vigilância de gênero que tende a verificar os desvios e deslizos do masculino em direção ao feminino ou vice-versa, que em geral, tenta remeter (ou lembrar) o indivíduo de sua filiação a determinado gênero. Essa filiação, é comumente feita ao nascer (atribuindo-se um gênero ao sexo biológico) ou então quando uma

pessoa se considera e se afirma transexual (que não se identifica com o gênero atribuído ao nascer). Nesse sentido, pode-se conceber que a homofobia faz parte de um sistema de controle e vigilância dos corpos, das sexualidades e dos sujeitos.

Na perspectiva histórica de Borrillo (2016), seria possível cogitar a existência de haver situações em que indivíduos possam até gostar e simpatizar com sujeitos homossexuais, mas repudiam qualquer tipo de discussão de políticas igualitárias destinadas a eles, justamente porque a homofobia é expressamente um juízo de valor que determina qual sexualidade é válida, qual sexualidade deve receber atenção e aceitação social e até mesmo atenção do Estado. Para que apenas *um* determinado tipo de vivência sexual seja considerado válida, esse sistema de regulação e normatização cria um mecanismo de marginalização e subalternização de todas as outras formas possíveis, tornando-as inconcebíveis dentro dos mecanismos de seu próprio sistema.

Para Daniel Borrillo (2016), a homofobia é resultado de um processo de hierarquização das sexualidades, e concomitantemente, de inferiorização social de determinada sexualidade, é também um fenômeno pouco explorado e bastante complexo, pois não se localiza em um âmbito só, no indivíduo ou na sociedade, mas em ambos. A homofobia pode ser considerada como produto e produtora das hierarquias sexuais. Prado (2016) considera que o sistema homofóbico “se articula em torno das emoções, condutas, normas e dispositivos ideológicos e institucionais, sendo instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças para justificar a exclusão e a dominação de uns sobre os outros” (Prado, 2016, p. 11)

Borrillo (2016) aponta que uma necessária mudança aconteceu nos gestos de análise e interpretação em torno da temática da homossexualidade, passando do estudo do comportamento homossexual e de possíveis origens, para o estudo das razões que levaram a atribuir qualitativos pejorativos e negativos para essa forma de sexualidade. Essa mudança é considerada uma movência epistemológica e política, e que passa a conceber a homossexualidade como simples manifestação do pluralismo sexual, tão legítima quanto a heterossexualidade.

Consoante ao exposto, Michel Foucault (2020b) assinala que o termo sexualidade surge no início do século XIX, com as diferentes instituições (religiosas, médicas, judiciárias, pedagógicas e médicas) instaurando um conjunto de normas e regras, novas ou velhas. Em torno da consolidação do termo, também estão as áreas de conhecimento elencando a sexualidade como objeto de estudo, seja pelo viés biológico da reprodução ou as variantes sociais do comportamento. O conceito de dispositivo de sexualidade permite a compreensão de que a sexualidade é um conjunto heterogêneo de saberes, preceitos, normas e perspectivas que podem

se afirmar ou se contradizer, e que estão sujeitas a mudanças e transformações no interior próprio do funcionamento de cada instrumento ou instituição. Nesse sentido, o gesto de mudança epistemológico e político de se pensar a homossexualidade pode ser entendido por este viés.

Em relação ao conceito de homofobia, Borrillo (2016) ainda considera:

No âmago desse tratamento discriminatório, a homofobia desempenha um papel importante na medida em que ela é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, além de conferir um status superior à heterossexualidade, situando-a no plano do natural, do que é evidente (Borrillo, 2016, p. 15).

Para o autor, uma característica que perpassa a homofobia é de que ela é marcada pelo fenômeno da não nomeação, há muitas ações e condutas homofóbicas que até serem compreendidas como tal, percorrem caminhos de invalidação. Nesse sentido, a nomeação se torna um primeiro mecanismo de combate, seguido pela compreensão dos mecanismos e dinâmicas de funcionamento desse sistema. Borrillo (2016) destaca que uma nuance desse sistema homofóbico pode ser compreendida a partir do pressuposto de que a “homofobia é o medo de que a valorização dessa identidade seja reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual” (Borrillo, 2016, p. 17)

O autor utiliza a expressão “homofobia” para designar as violências que atingem homens gays, mulheres lésbicas, pessoas bissexuais, pessoas travestis e transexuais, e justifica que sua escolha se dá por economia de linguagem. Porém, o autor reconhece que existem diferentes interseccionalidades e violências que perpassam esse sistema hierarquizador. A escolha de Borrillo em designar um conjunto de fatores que precisam ser considerados na análise e compreensão do fenômeno em apenas um termo, homofobia, é criticado por Colling e Nogueira (2014):

Ora, trata-se de um argumento muito questionável, pois sabemos, há muito tempo, em especial os estudos das sexualidades e dos gêneros via Foucault (1998) e Butler (2003), por exemplo, que a linguagem está carregada de relações de poder e marcada pelas normas que geram preconceitos contra as pessoas não heterossexuais. E, além disso, esses e tantos outros estudos evidenciam que a linguagem muda com o decorrer do tempo, em especial quando existe uma política para nela interferir. Portanto, não se sustenta a alegação do uso de um conceito que, como vimos, opera exclusões, em função de uma “economia de linguagem” (Colling; Nogueira, 2014, p. 173).

Nesse aspecto, a justificativa do uso dos escritos deste autor no presente trabalho, se dá por considerar que estudioso rompe com a ótica reducionista que percebe apenas a ideia de hostilidade contra os homossexuais sem conexão com diferentes marcadores sociais tais como de gênero, raça, etnia, classe social, sexualidade e geração. Ao contrário, concebe-se que a análise da homofobia deva se dar de modo associado às relações sociais e às instituições que compõem determinada sociedade. O autor é considerado referência nos estudos acerca da homofobia, o que se dá por conta da abrangência e da perspectiva histórica e crítica adotada pelo estudioso.

Considero importante ressaltar que a categoria da homofobia perpassa diferentes fenômenos e contornos que materializam os sistemas de violência, injustiça e opressão. E deve ser concebida em seus contornos geográficos, sociais e temporais. Semelhante concepção é a abordada por Judith Butler, que se soma na discussão que visa problematizar categorias universais de análise, que pressupõe que os sistemas de violência e opressão se dão de maneira idêntica em diferentes lugares. Butler (2017) considera que existe um problema político e conceitual em presumir a existência de uma categoria única das mulheres, que denotaria uma identidade comum expressa pelo termo “mulheres”, ou seja, na perspectiva da estudiosa das relações de gênero, “o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (Butler, 2017, p. 21). Nesse sentido, a autora afirma que a tentativa de compreender o sistema patriarcal, deve perpassar, pelo entendimento de que este sistema não é estável e não funciona de modo universal, pois os seus mecanismos de opressão se materializam de modos diferentes a partir das diversas interseccionalidades.

Neste aspecto, Borrillo (2016) retoma que há autores que propuseram as expressões “gayfobia” e “lesbofobia”, e entende que são possibilidades de entendimento do fenômeno complexo da homofobia e considera que a terminologia e a nomenclatura abundante visa compreender as particularidades que atingem cada categoria de sexo e gênero, e que, portanto, são necessárias.

É justamente em vista da complexidade do fenômeno e das relações sociais, que se pode falar em distintos sistemas de violência e discriminação em torno da sexualidade. Neste aspecto, a especificação dessas crenças e pressupostos são denominados neste trabalho de “pilares” que fundamentam e disseminam a homofobia, e que serão abordados mais adiante.

Encaminhando-se para a parte final da exploração da perspectiva histórica e teórica do conceito de homofobia, merece destaque algumas contribuições que complementam e

dialogam com a noção já explorada. Segundo Silva (2018), os estudos sobre o preconceito contra homossexuais têm elencado majoritariamente o termo “homofobia” para trabalhar o fenômeno do preconceito e discriminação, conceito que possui uma multiplicidade de abordagens e perspectivas, que é extremamente complexo e não estável. Para esse autor, a etimologia da palavra tem origem do grego *homo*, que significa “o mesmo” e *phobikos* “ter medo e/ou aversão a”.

Em outro trabalho, por exemplo, notadamente no de Souza e Pereira (2013) a expressão homofobia é utilizada como referência ao medo e aversão pelas relações afetivas e sexuais entre pessoas homossexuais. Sendo assim, refere-se a atitudes hostis, discriminatórias e preconceituosas contra homossexuais, além dos atos de violência.

Referindo-se aos estudos de Junqueira (2007), o termo homofobia tem sido utilizado “quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas” (Junqueira, 2007, p. 03).

A partir dos escritos de Rios (2007), o conceito de homofobia possui um viés de análise que diz respeito à dinâmica subjetiva/individual que é desencadeadora da homofobia (medo, aversão e ódio), resultando no preconceito contra homossexuais. Porém, a autora considera importante destacar as raízes sociais, culturais e políticas que materializam e culminam na expressão da homofobia.

Nesse sentido, não dialogo com um conceito fechado e estável de homofobia, e por este motivo, é necessário reiterar que a obra de Daniel Borrillo (2016) irá abordar diversos tipos de homofobia, que tende a explicitar o carácter complexo e não totalmente discutido desse fenômeno. Entre os termos utilizados pelo autor, pode-se citar: homofobia geral, homofobia específica, homofobia psicológica, homofobia cognitiva. A perspectiva adotada pelo autor é a de pensar a homofobia não apenas em um plano individual, mas aspectos relacionados a influência da sociedade e as relações de poder. É importante reconhecer que outros termos também são utilizados para designar as violências e opressões que as diversas sexualidades que não as hegemônicas sofrem, como por exemplo, a “transfobia” e “LGBTfobia”.

Neste ponto, considero importante realizar uma síntese das noções já discutidas até esta parte do trabalho. As definições de homofobia incorporaram, inicialmente, um olhar para o fenômeno como este sendo relacionado ao nível individual, como sendo parte naturalmente constitutiva de todas as pessoas. Ligado a este aspecto, o conceito possuiria um viés normatizador, pois fora construído sob um carácter estável, aplicável a diferentes situações e contextos. Por outro lado, há a concepção que visa compreender noções e percepções que foram

elaboradas e retrabalhadas desde o surgimento do conceito, de maneira combinada, em aspecto dialógico. A multiplicidade de vieses e considerações em torno do conceito é revelador da complexidade do fenômeno e do sistema, e proficuamente contribui para pensar que a homofobia não é um fenômeno que ocorre de maneira universal, ou seja, que possuiria mecanismos e funcionamentos iguais em todo o mundo, mas concebe-se o oposto, de que diferentes interseccionalidades (como as que ocorrem a partir das categorias de classe social, geração, gênero, raça, de maior ou menor acesso ao conhecimento e o local geográfico específico) são variáveis que influenciam no modo como se dão os contornos da homofobia. A noção de homofobia lida frente aos aspectos social, cultural e institucional parece ser a mais aceita na contemporaneidade, cuja compreensão deve se dar a partir de uma análise com viés histórico.

Consoante ao exposto, postula-se que é partir de um diálogo com a história que será possível compreender os contornos, delimitações e as transformações do tratamento dado às práticas sexuais. O gesto de retorno e interpretação de dados e relatos históricos culminam numa remodelação própria da história, pois podem somar-se novas perspectivas, novos paradigmas e epistemologias que permitem pensar de modo diferente do que está posto ou consolidado a respeito de acontecimentos históricos, conforme propõe o trabalho de Michel Foucault (2004), que privilegia a ação de chacoalhar o que é dado como evidência, e perturbar a calma dada pela familiaridade do que é bem aceito pela sociedade.

Nesse aspecto, é pertinente mencionar que os estudos de Michel Foucault contribuem significativamente para entender e perceber os gestos e movimentos que ocorrem em relação ao tratamento dado às diferentes sexualidades ao longo da história, apesar de não ser o objetivo deste trabalho realizar um esmiuçamento do que o autor escreveu sobre a sexualidade, penso ser relevante trazer considerações específicas de seus escritos que contribuem com a discussão eleita neste tópico.

Ao ‘escavar’ diferentes tipos de textos antigos, Michel Foucault postula que é possível “reconhecer aí o efeito de apreciações fortemente negativas a propósito de certos aspectos possíveis da relação entre homens” (Foucault, 2020b, p. 26), acrescentando ainda que um olhar negativo, uma certa repugnância pairava sobre aqueles que renunciavam aos prestígios e marcas dadas a quem deveria ocupar o papel viril.

Borrillo (2016) considera que as práticas sexuais entre pessoas do sexo sempre existiram, e que houve um processo de naturalização da prática sexual entre as pessoas de sexos distintos. O que pode ser enfatizado é que existem práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo há séculos, de maneira concomitante a atividade sexual de pessoas de sexos distintos.

Borrillo (2016) relata que na Grécia Antiga, era reconhecido socialmente e até previsto a relação entre um adolescente (eromenos) e um adulto (erastes), relação que possuía uma função de iniciação à vida sexual do jovem, que posteriormente assumiria uma vida marital com uma mulher. Os casos em que homens mantinham relações exclusivamente com outros homens era uma minoria que não possuía aceitação na época.

Para Foucault (2020b), na Antiguidade Grega, os amores entre homens podem até serem lidos como “livres”, pelo menos mais livres do que nas sociedades europeias modernas, porém não é possível afirmar que já não existia intensas reações negativas e formas de desqualificação desse tipo de conduta.

No que se refere aos direitos e a autoridade dos homens, a moderação e o rigor eram mais propostos do que impostos, neste aspecto o conjunto de regras e normativas advindas de diferentes lugares, com diferentes inspirações e direcionamentos presentes na Antiguidade Grega formavam uma moral feita por homens e para homens. Porém, as especificidades dessa moral não é a do mesmo nível da que é lembrada em códigos, costumes e prescrições religiosas, ela se dá numa ordem em que os homens deviam e podiam fazer uso de seu direito, do seu poder e da sua autoridade e liberdade, neste sentido não havia regra ou costume que impedia o homem de ter relações sexuais extraconjugais ou mesmo relações com outros homens (geralmente rapazes mais novos), “pelo menos dentro de certos limites, são admitidas, correntes e até mesmo valorizadas” (Foucault, 2020b, p. 30), estas ações e temas de uma austeridade sexual não estão no nível de entendimento de uma proibição profunda ou essencial, mas como uma espécie de exercício de poder e também de práticas de liberdade.

Em outra localidade histórico-geográfica, a da Roma Clássica, Borrillo (2016) discorre que as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram toleradas sob algumas condições: “a) não afastar o cidadão de seus deveres para com a sociedade; b) não utilizar pessoas de estrato inferior como objeto de prazer; e por último; c) evitar absolutamente assumir o papel passivo nas relações com os subordinados” (Borrillo, 2016, p. 46). O cidadão romano tinha que, sobretudo, casar-se e zelar pelos interesses econômicos e de linhagem. Neste aspecto, o autor postula:

Os elementos precursores de uma hostilidade contra lésbicas e gays emanam da tradição judaico-cristã. Para o pensamento pagão, a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo era considerada um elemento constitutivo, até mesmo indispensável, da vida do indivíduo (sobretudo, masculino). Por sua vez, o cristianismo, ao acentuar a hostilidade da Lei judaica, começou por situar os atos homossexuais – e, em seguida, as pessoas que os cometem – não só fora da Salvação, mas também e, sobretudo, à margem da Natureza (Borrillo, 2016, p. 43).

Borrillo (2016) traz informações precisas que relatam que as práticas sexuais entre os homens faziam parte da vida cotidiana, e a elas não eram destinadas ações de repúdio e desprezo no nível em que passou a existir na Idade Média e Moderna. Para Balestro e Bahia (2018), as práticas sexuais realizadas entre pessoas do mesmo sexo sempre existiram na história, uma vez que havia espaço e previsão, segundo certas regras culturais, e citam por exemplo, que na Antiguidade Clássica, a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo era vista como complementar das práticas sexuais, nomeadas posteriormente, de heterossexuais.

Richard Miskolci (2007) situa que a categoria ‘homossexual’ foi criada a partir de uma carta-protesto escrita pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert, em 1869, em uma situação iminente de criminalização das práticas sexuais entre homens na Alemanha. A nova categoria foi descrita em um texto intitulado “As sensações sexuais contrárias” do psiquiatra Carl Westphal, lançado no ano seguinte – neste aspecto esses acontecimentos inauguraram um período em que os aparatos médico e legal se ocuparam densamente a pensar essa nova identidade/categoria social, vista como uma ‘espécie’. Para o autor, em torno desta categoria, projetavam-se ameaças múltiplas: “à reprodução biológica, à divisão tradicional de poder entre o homem e a mulher na família e na sociedade e, sobretudo, à manutenção dos valores e da moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo” (Miskolci, 2007, p. 105).

Para Jeffrey Weeks (2015), “antes do século XIX a ‘homossexualidade’ existia, mas o/a ‘homossexual’ não.”

Dito de um modo simples: embora a homossexualidade tenha existido em todos os tipos de sociedade, em todos os tempos, e tenha sido, sob diversas formas, aceita ou rejeitada, como parte dos costumes e dos hábitos sociais dessas sociedades, somente a partir do século XIX e nas sociedades industrializadas ocidentais, é que se desenvolveu uma categoria homossexual distintiva e uma identidade a ela associada. A emergência, na Alemanha e em outros países da Europa Central e Ocidental, tal como a Grã-Bretanha, nos anos 1870 e 1880, de escritos sobre homossexuais – e, mais crucialmente, por homossexuais – foi um estágio importante nessa mudança. Ao definir o ‘sentimento sexual contrário’ ou a existência de um ‘terceiro’ gênero ou de um gênero ‘intermediário’, Richard von Krafft-Ebing, Magnus Hirschfeld, Havelock Ellis e outros estavam tentando assinalar a descoberta ou o reconhecimento de um tipo distinto de pessoa, cuja essência sexual era significativamente diferente daquela do/ da ‘heterossexual’ – uma outra categoria que foi inventada, como vimos, mais ou menos na mesma época (Weeks, 2015, p. 64-65).

Para Weeks (2015), havia um empreendimento por parte dos autores citados (Richard von Krafft-Ebing, Magnus Hirschfeld e Havelock Ellis) que perpassava a tentativa de compreensão de quem são os indivíduos que estavam presentes nos tribunais, nas salas de

atendimento médico, e de pessoas amigas ou que se relacionavam com eles. O autor considera que é nesse limiar do final do século XIX, que a categoria “homossexual” surge como um eixo definidor e nomeador de uma nova categoria ou de um grupo de pessoas que tinham comportamentos sexuais e afetivos diferentes da sexualidade considerada “padrão” ou “normal”. É a partir de um gesto descritivo dessas pessoas que objetivo passa a ser a inteligibilidade e compreensão desses sujeitos, de seus corpos e suas práticas, que pode ser considerado uma ruptura significativa na história da sexualidade, que fornece subsídios para a compreensão da sexualidade humana.

A partir da exposição e do resgate das noções empreendidas no âmbito do Dispositivo de Sexualidade, Michel Foucault (2020) considera que a homossexualidade é uma produção do século XIX, considerando que anteriormente, o que se tinha eram ações sexuais de sujeitos considerados anormais e desviantes. A sexualidade homossexual, enquanto prática, estilo de vida, é pensada com um viés de identidade que faz parte do sujeito, não mais uma ação. Nomeava-se de “sodomia”, por remissão à passagem bíblica, a ação sexual entre dois homens, em que o sujeito era visto como reincidente, caso praticasse mais de uma vez, é um olhar voltado para a prática em si, e não em sujeito homossexual, mas uma prática homossexual.

Para Weeks (2015), por volta do século XII, surge um padrão cultural no Ocidente, em que o casamento é tardio e monogâmico, e as relações sexuais fora do casamento eram proibidas, mas eram permitidas na forma de uma prostituição regulada. Destaca-se que, segundo Weeks (2015), as formas de atividade sexual que não fossem procriativas eram vistas como pecaminosas, e o autor cita a masturbação, o sexo entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, e homens e animais. Porém, o autor considera que as relações entre mulheres não possuíam o mesmo nível de julgamento que as demais relações não procriativas, o que pode ser relacionado com o Borrillo (2016) fala a respeito da não desconfiança de setores da sociedade a respeito da existência de amor, afeto e relações sexuais entre duas mulheres, justamente pela ausência de um homem, que era o considerado aspecto fundante das relações. A atividade/passividade no desempenho da relação sexual estava fortemente ligada ao papel socialmente desempenhado por aquele indivíduo, e não ao sexo do parceiro, ideia veiculada por meio da cultura pagã.

Na concepção de Weeks (2015), deve ser enfatizada a perspectiva de sexualidade como um fenômeno social e histórico, em um viés que a perceba como um “constructo histórico”. Neste sentido, o autor elabora: “nossas definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações

definidas de poder” (Weeks, 2015, p. 42). Para o autor, Igreja e Estado tem mostrado um contínuo interesse nas formas como os sujeitos se comportam e pensam, soma-se a esse interesse as áreas do conhecimento, que por sua vez, prescrevem modos e formas “apropriadas” de se viver e de se relacionar, nesse sentido, esses agentes atuam em uma função estratégica de regular as atividades corporais. Pensando as ações de um dispositivo histórico, é estabelecer um diálogo entre o que Weeks (2015) postula e os escritos de Borrillo (2016):

O cristianismo, herdeiro da tradição judaica, transformará a heterossexualidade no único comportamento suscetível de ser qualificado como natural e, por conseguinte, como normal. Ao outorgar esse carácter natural, em conformidade com a lei divina, às relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, o cristianismo inaugurou, no Ocidente, uma época de homofobia, totalmente nova, que ainda não havia sido praticada por outra civilização (Borrillo, 2016, p. 47-48).

Por este viés, é possível afirmar que não é recente a empreitada religiosa que se destina a intervir e modelar os comportamentos sexuais. Nesse sentido, distintas instituições e saberes utilizam-se de mecanismos e estratégias que geram efeitos de poder sobre a sexualidade, estendendo, proibindo, regrido e permitindo determinadas práticas, esta compreensão é fundamental no processo de entendimento da homofobia.

A respeito dessas práticas institucionais, é profícuo citar um contraponto, postulado por Weeks (2015), de que diante de tais normativas explícitas ou implícitas, os movimentos feministas e de reforma sexual colocaram-se na função de questionar e resistir, em certa medida, aos aparatos e instrumentos de poder que disciplinam a sexualidade. Esses movimentos remetem ao diálogo que é possível estabelecer com o que Foucault (2020a) elabora, de que onde há poder, há resistência, considerando que essas ações fazem barreira para que os discursos e ações sejam disseminadas sem questionamento e enfrentamento.

Diante do gesto expositivo realizado até aqui, é importante ressaltar que essas retomadas teóricas e históricas tem a intenção de consolidar a perspectiva de que a homofobia é um sistema de violência de que foi criado e gestado como forma de subalternizar e marginalizar práticas sexuais que não eram válidos no interior de um ou mais sistema de regras e normas.

A perspectiva de sexualidade que é considerada nesta pesquisa, e que é mais aceita cientificamente, concebe-a como sendo resultado e fruto de um tempo, não existiria uma verdade biológica e universal sobre a sexualidade, ou que ela é dada por um essencialismo que daria naturalmente e biologicamente determinadas características imanente a todas as pessoas, de modo uniforme e estável. Considera-se que a sexualidade é integrante de um contexto

complexo e multifacetado, que possui um conjunto de saberes, padrões, normas sociais e culturais, normas religiosas e morais, que irão ditar, regular, normatizar e valorar as práticas sexuais, assim como elencar quais são os desejos e relações válidas. Neste aspecto, a sexualidade está inserida no meio de um conjunto de normas, valores, e noções do que pode ser feito ou não.

Falar em terminologias e nomenclaturas como “LGBTQIAPN+”, “homossexualidade”, “bissexualidade”, “heterossexualidade” e “transexual”, já denota e pressupõe certo momento histórico em que se situa a discussão. Como explorado anteriormente, há um processo de nomeação e categorização de determinados comportamentos e práticas sexuais. Deve-se compreender que a nomeação pode ter duplo aspecto a ser considerado – tanto o de reconhecer e dar existência, quanto, possivelmente, o de fixar e engessar essas existências. Neste aspecto, a ação de olhar para o passado tentando perceber e analisar as categorias existentes no presente poderá recair no risco de cometer anacronismo.

No processo de compreensão do fenômeno da homofobia e de seus mecanismos, é pertinente para a discussão o que incita sua existência. A partir de Daniel Borrillo (2016), são elementos constituintes da homofobia: o sexismo, o heterossexismo, a misoginia, o machismo e o patriarcado. Ou seja, estes são, segundo ele, os pilares em que a homofobia está calcada, pois servem de estrutura basilar para a sua existência e para a manutenção de crenças e pressupostos que culminam em um complexo fenômeno, sua respectiva existência e manutenção. As ações de preconceito e discriminação homofóbicas perpassam por noções e perspectivas de mundo que são prévias à própria ação homofóbica.

O sexismo é considerado um destes pilares, pois a diversidade sexual pode ser considerada como questionadora e violadora dos papéis sexuais tradicionais, neste aspecto o homem homossexual rompe com as características que seriam “essencialmente” masculinas, como a de provedor, viril e responsável pela casa, que precisaria performar atividade e força. Borrillo (2016) aponta a existência de um processo de “naturalização da diferença entre os dois sexos: a ordem (chamada ‘natural’) dos sexos determina uma ordem social em que o feminino deve ser complementar do masculino pelo viés de sua subordinação psicológica e cultural” (Borrillo, 2016, p. 30). Sem essa naturalização, não seria possível uma justificação social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher. Para o autor, o sexismo pode ser considerado como “a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere à vida doméstica” (Borrillo, 2016, p. 30).

O sexismo se estabelece geralmente por características invisíveis e sutis, e se dá a partir da violência simbólica, sendo apresentada pelo dominador e aceita pelo dominado com algo natural, inevitável e necessária. O sexismo gera um processo de subordinação do feminino em relação ao masculino, e estabelece a hierarquização das sexualidades. O sujeito homossexual é colocado numa posição em que assumiria o papel feminino, de submissão. Essas crenças e pressuposições percebem os homens homossexuais como sendo inferiores aos homens heterossexuais, assim como as mulheres o ‘são’ dentro do sistema sexista. Essas implicações vão além do lugar da homossexualidade, pois tocam no núcleo dos papéis masculinos e femininos.

Outro pilar é o heterossexismo, que para Borrillo (2016), é um sistema que organiza, prescreve e dita os padrões para avaliar todas as sexualidades com base na sexualidade heterossexual. Nesse sistema, existe a crença de que a heterossexualidade ocupa um papel superior na hierarquia das sexualidades. Há a evocação de uma “dada” superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais, e que faz parte de uma estratégia política da construção da normalidade sexual. Essa ação de naturalização dos comportamentos heterossexuais, e o alçamento à posição de norma hegemônica, está relacionado com o heterossexismo. Nesse sentido, “todas as outras formas de sexualidades são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização” (Borrillo, 2016, p. 31).

No que se refere ao heterossexismo este pode ser compreendido como uma supervalorização da heterossexualidade em detrimento de outras sexualidades, ele pode ser pensado como um sistema de crenças, valores e atitudes que privilegiam a heterossexualidade, sendo vista como uma norma, um padrão ou o ideal de orientação sexual. Esse sistema concebe as outras formas de sexualidade como desviantes, anormais ou inferiores. Em uma concepção heterossexista, a heterossexualidade é considerada como o único caminho legítimo para os relacionamentos e para as expressões de amor, afeto e carinho, e de realização de práticas sexuais. No que se refere à negação do feminino, a perspectiva em que se ofende e diminui as mulheres, está ligado ao machismo e à misoginia. O machismo considera ser o sexo masculino melhor em relação ao feminino, e adota ações centrais que desqualificam e marginalizam as mulheres. Em seu cerne, o machismo se materializa por ações de violência psicológica, física, moral, sexual e patrimonial e pode se dar de diversas formas.

A misoginia é a expressão que denomina um conjunto de ações e sentimentos negativos e repulsivos em desfavor das mulheres e do feminino. Pode-se falar de preconceito e discriminação contra a mulher. É possível relacionar que os homens gays que performam

feminilidade estão mais sujeitos a sofrerem homofobia, porque estes estariam traindo a relação vista como unívoca – homem masculino – e deveria, sob esta norma, ser punido por ir contra a uma dada “natureza”, que relega a masculinidade como associada a um determinado órgão genital. Além disso, o homem gay afeminado será julgado por, ao mesmo tempo por não se identificar com um papel social que ocupa a pirâmide da hierarquia sexual, e por ir em direção ao feminino, base inferior dentro do sistema sexista. O sexismo centra-se na existência de um modelo de ser e estar no mundo conforme cada sexo, modelo de vestir-se e comportar-se. Sendo considerado um sistema, ele perpassa todas as relações sociais e pode ser materializado por homens e mulheres. Para Borrillo (2016), “heterossexismo é para a homofobia o que o sexismo é para a misoginia: apesar desses conceitos serem distintos, um não pode ser concebido sem o outro” (Borrillo, 2016, p. 34). Em relação à homofobia destinada a mulheres, Borrillo (2016) considera ainda que “a lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual” (Borrillo, 2016, p. 27). Para este autor:

A homofobia geral manifesta hostilidade não só a gays e lésbicas, mas também a qualquer indivíduo que não se adapte aos papéis, supostamente, determinados pelo sexo biológico. A lógica binária que serve de estrutura para a construção da identidade sexual funciona por antagonismo: assim, o homem é o oposto da mulher, enquanto heterossexual opõe-se homossexual. Em uma sociedade androcêntrica como a nossa, os valores apreciados de forma especial são os masculinos; neste caso sua ‘traição’ só poderia desencadear as mais severas condenações (Borrillo, 2016, p. 88).

Historicamente, a heterossexualidade foi elencada ao posto de sexualidade válida, hegemônica e como única possibilidade de sexualidade que deveria ser vista como modelo. A cultura, a tradição, a religião, as instituições e as relações de saber e poder de dado tempo contribuíram para a criação e manutenção de um sistema que elegeu a moral heterossexual como norteadora dos modos de vida e de existência. Louro (2015) contribui para a análise do mecanismo de funcionamento da sexualidade:

Aqui, uma forma de sexualidade é generalizada e naturalizada e funciona como referência para todo o campo e para todos os sujeitos. A heterossexualidade é concebida como “natural” e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento” (Louro, 2015, p. 16-17).

O entendimento do conceito de homofobia e dos sistemas que atuam para sua manutenção também perpassa pelas relações de saber e poder, e a discussão ou não dessa violência também esteve atrelada a coerções sociais, políticas e acadêmicas. Considerar as práticas homofóbicas como sendo vinculadas apenas a um aspecto psicológico e individual, excluiria, conseqüentemente, análises e estudos que pensam a homofobia como um sistema de violência que foi produzido e reproduzido, como ferramenta que auxilia na manutenção da ordem social e política vigente.

Nas últimas décadas do século XIX, as terminologias comumente utilizadas no movimento da sociedade em investigar a homossexualidade, eram pautadas nos seguintes termos: “desvio”, “anormal”, “criminoso”, “louco”, “doente” e “desviante”, “degenerados” e “pecador”. Essas expressões estão relacionadas às instituições que se incumbiram de lidar com o homossexual, principalmente o aparato médico e o aparato das leis e da religião, – nas quais o homossexual figurava no nível do pecado, crime ou doença, ou seja, ao conjunto de práticas e vivências amorosas e sexuais homossexuais foram destinadas ações de terapia, de prisão ou o internamento.

Para Miskolci (2007) o tratamento destinado a estes sujeitos consolidou-se e não retrocedeu por mais de um século, até que na década de 1960 e 1970, houve maior organização de um movimento social de pessoas que compunham o grupo diversidade sexual, que pautava uma agenda de reivindicações em busca de reconhecimento e direitos.

Por fim, é possível postular que as práticas homofóbicas atuam de maneira direta na manutenção das relações sociais e políticas, por isso, qualquer mudança e transformação no que se refere à forma como se lidava com sujeitos homossexuais configurava uma espécie de ameaça a ‘ordem’ estabelecida. Neste sentido, é necessário elencar que os pânicos morais consistiam em um mecanismo de resposta às demandas e pautas elencadas pelo grupo da diversidade sexual. Esse mecanismo compilaria o temor de ameaça à ordem social e a hierarquia dos papéis sexuais, o valor e o papel bem definidos de instituições como a família e o casamento pensado por e para heterossexuais monogâmicos. A sociedade e a coletividade elegem pessoas, grupos, ou práticas como perigosas ou ameaçadoras, e a resposta a esse medo/pânico pode ser de ordem diversa, mas geralmente é norteado por uma ação “de um renascimento dos valores tradicionais, o que os leva a defender uma forma idealizada do que teria sido a ordem social do passado” (Miskolci, 2007, p. 113).

Em síntese, Miskolci (2007) enfatiza a análise apurada dos mecanismos/aparatos/dispositivos de controle, que agem como uma forma de resposta aos pânicos morais, a partir de medidas educacionais, de prevenção e regulamentação legal. Neste

aspecto, é possível considerar que “certos pânicos morais marcaram não só a criação da homofobia contemporânea, como também moldaram a reação dos movimentos sociais a essas estratégias de deslegitimação social de gays e lésbicas” (Miskolci, 2007, p. 110).

Como resposta a deslegitimação, os movimentos sociais, políticos e culturais que ganharam força, principalmente na década de 1970, no Ocidente, pautavam ações que caminham na direção da validação e visibilidade da diversidade sexual, bem como do reconhecimento de direitos e deveres desse grupo de pessoas. Neste sentido, a próxima seção destina-se a retomar alguns acontecimentos importantes no que se refere aos avanços resultantes dessa mobilização.

3.2 Um pequeno passo à frente

Este tópico do trabalho é destinado ao resgate de ações, decisões, leis e decretos considerados relevantes para assegurar e garantir direitos e deveres de pessoas que integram o quadro da diversidade sexual, também fará referência a entendimentos científicos consolidados em documentos oficiais da área médica, que são considerados reguladores da prática profissional da área.

A psicologia e psiquiatria foram agentes no que se refere à validação de estigmas e preconceitos relacionados à sexualidades não heterossexuais, nesse sentido, o “homossexualismo” figurava primeiro como um transtorno de personalidade e em seguida como um transtorno de identidade sexual” (Costa; Nardi, 2015, p. 716), estando presentes no manual de diagnósticos de doenças psiquiátricas da *American Psychiatric Association* (APA – Associação Americana de Psiquiatria) apesar de numerosas críticas, por muito tempo elas foram ignoradas e as orientação não heterossexuais eram patologizadas até meados de 1970. A mudança relativa ao estatuto diagnóstico não foi em vista de um avanço científico, mas a partir de ativismo político.

A partir de Balestro e Bahia (2018), é possível pontuar que em 1973 a homossexualidade foi retirada da classificação de patologias da APA, e em 1975 a Associação Americana de Psicologia adotou a mesma postura. No Brasil, segundo Carneiro (2015) foi a partir de lutas e reivindicações para a despatologização da homossexualidade, que se iniciaram nos anos 1980, e que ganharam forças com o Grupo Gay da Bahia (GGB) que coordenou uma campanha nacional entre 1981 e 1985 para retirar a homossexualidade do Código de Saúde do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) que ainda a rotulava como desvio e transtorno sexual. Em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) atendendo às

reivindicações, deixa de enquadrar a homossexualidade como doença, dado também abordado pelo trabalho de Reis (2012), que aponta que em 1985, o CFM deixou de considerar a homossexualidade como doença, designando o diagnóstico para outras circunstâncias psicossociais.

No dia 17 de maio de 1990, a Assembleia-Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), lista que classifica doenças e problemas de saúde, que é adotada em todo o mundo. Até então, o “homossexualismo” era considerado uma doença, transtorno ou distúrbio mental.

Para Silva (2018) foi após a terceira onda do movimento homossexual no Brasil, iniciada nos anos 1990, que as organizações de apoio aos homossexuais começam a ganhar visibilidade. A partir da mobilização política, social e acadêmica foi criada a primeira Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Como resultado da intensa atividade dos movimentos sociais, apenas em 22 de março de 1999 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) também oficializou a despatologização da homossexualidade.

Conforme Balestro e Bahia (2018), em 1999, por meio da Resolução nº 01/1999, o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu regras para a atuação dos psicólogos em relação às questões de orientação sexual, declarando expressamente que a “homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” e proibiu os psicólogos de colaborarem com eventos e serviços que proponham tratamento e/ou cura da homossexualidade.

A nível de Brasil, é possível elencar alguns avanços significativos nas últimas décadas no que se refere aos direitos civis de homens e mulheres homossexuais. Em maio de 2011, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), com unanimidade de seu colegiado de ministros, equiparou as uniões estáveis compostas por pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis heterossexuais, ou seja, casais homossexuais e heterossexuais em união estável passaram a ter os mesmos direitos, sendo considerada como uma entidade familiar. Porém, muitos cartórios brasileiros se negavam a registrar tal união alegando falta de regulamentação. A resolução de número 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 14 de maio de 2013, determinou que os cartórios do Brasil não podem se recusar a celebrar casamentos civis de casais do mesmo sexo ou converter união estável em casamento civil. Dessa forma, a resolução determina que pessoas do mesmo sexo passam a ter direito ao casamento civil em todo o território brasileiro. A decisão garante que os casais homoafetivos passam a ter todos os direitos e obrigações previstos em lei e firmadas em contrato, entre elas: partilha de bens, herança de parte do patrimônio do cônjuge em caso de morte, participação em plano de saúde e pensão alimentícia.

Em 2010, a quarta turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que um casal de mulheres pudesse adotar duas crianças. Em 2015, uma decisão do STF considera que casais compostos por pessoas do mesmo sexo passam a ter o direito à adoção de crianças e adolescentes. Neste caso, os casais devem receber o mesmo tratamento no momento de adotar uma criança.

Segundo o site G1 (2021b) em junho de 2019, o STF decidiu que a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero, em determinadas perspectivas nomeadas de homofobia e transfobia passam a ser criminalizadas, enquadrando ações desse tipo no crime de racismo. É importante ressaltar o tribunal compreendeu que houve omissão e demora por parte do Congresso Nacional em editar lei que criminalizasse ações de segregação e inferiorização em desfavor de pessoas homossexuais, bissexuais e transexuais. Neste aspecto, homofobia e transfobia passaram a ser enquadradas nos tipos penais da Lei nº 7.716/1989, lei de combate ao racismo. A decisão permite que as religiões podem pregar ideias contidas em dogmas e livros sagrados, mas desde que as manifestações não se configurem como discurso de ódio, ou incitem a discriminação e violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Mais recentemente, em agosto de 2023, segundo Vivas e Falcão (2023) a corte supracitada também decidiu que os atos de homofobia podem ser considerados injúria racial, especificando que as ações homofóbicas podem e devem ser punidas se ocorrem em desfavor de pessoas, e não apenas se o crime ocorresse contra um grupo ou a coletividade, como prevê o racismo

Após o julgamento de outra ADI, a de número 4.275, o STF decidiu, em 2018, que toda pessoa transexual e travesti que estiver interessada em alterar o nome e o gênero passam a ter o direito de fazê-lo diretamente no cartório, não é necessário que a pessoa tenha passado pelo processo de transgenitalização ou esteja em tratamento hormonal, estas informações foram obtidas a partir de texto elaborado pela Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT de Mato Grosso do Sul (202-?).

A partir dessas informações, constata-se avanços na conquista de direitos e deveres de pessoas LGBTQIAPN+, a maior parte das conquistas se dão no âmbito do Judiciário Brasileiro. As ações e decisões não poderiam ser possíveis apenas com o desenvolvimento das ciências da saúde, mas a partir de mobilização social e política. É necessário destacar que a discussão e criação de legislação específica desses temas relacionados ao grupo LGBTQIAPN+ poderia contribuir caso fossem abordados pelo Legislativo, o que não ocorre ou ocorre raramente, considerando que há certa tensão nas relações entre Legislativo e Judiciário atualmente no Brasil.

3.3 As redes sociais e seus impactos

Esta seção é destinada ao resgate de informações que ajudam a compreender o funcionamento das redes sociais e o seu poder de influência. As redes sociais possuem sua existência atrelada à internet, ao ambiente digital e online. Seria ingenuidade considerar que elas servem apenas para disseminação da informação e como um canal de comunicação, pois, a partir de seu funcionamento, é possível apontar que as redes sociais tiveram desde seu início, diferentes usos, desde convocação massiva para protestos e manifestações até organização de grupos extremistas.

Justamente por essa pesquisa pretender analisar comentários que estão inseridos no campo digital/virtual, principalmente na rede social Facebook e em páginas de jornal online, o trabalho não poderia deixar de tecer ou resgatar algumas considerações acerca deste local. As redes atuam fortemente na produção de verdades e subjetividades, fazem circular equívocos, moldam padrões de comportamento, definem o que é tendência ou o produto que seus usuários precisam consumir, também são agentes que impulsionam informação x ou y. As redes também possuem suas funções reguladas pelos algoritmos elaborados pelos computadores, que seria uma espécie de matriz que define o que deverá estar ou não na página principal do usuário. Considero importante destacar que o funcionamento do algoritmo é, de fato, tema polêmico, uma vez que seu mecanismo de funcionamento não é conhecido amplamente, o que se pode apontar é que ele age a partir de informações como: a idade do usuário, sua região geográfica, seus interesses baseados no que o usuário curte e compartilha, a partir do impulsionamento de publicidades e posts pagos.

O espaço virtual faz parte do acontecimento, ele é integrante das condições materiais de produção, circulação e funcionamento do discurso que se visa analisar. A partir disso, o espaço funciona como algo que possibilita, determina ou impede a circulação de discursos, condicionando-os. Ou seja, o espaço não apenas é local de materialização dos discursos, mas faz parte do acontecimento. Os usuários que ali se manifestam possuem certas noções (conscientes ou não) sobre aquele ambiente, para que ele serve, como e porque utilizá-lo.

O ambiente virtual é complexo, multifacetado e heterogêneo. Um *post* que veicula determinado discurso pode ser amplamente disseminado caso seu autor decida impulsionar sua circulação dentro deste ambiente, neste caso, o poder aquisitivo funcionaria como um vetor de propulsão. A rede social não necessariamente se responsabiliza ou tem sido responsabilizada por conteúdos que veiculam ideias machistas, racistas, misóginas, homofóbicas, xenófobas etc.

A discussão gera dilemas éticos, morais e políticos, o que é quase consenso é a necessidade de regulamentação das redes sociais.

A partir de Lévy (1996), a compreensão acerca do conceito de virtual poderia incorrer, em um primeiro olhar, em ser considerado como o que se opõe ao real. O que não é aceito a partir da perspectiva de Pierry Lévy (1996), pioneiro na leitura do/sobre o virtual, que considera, ainda na década de 90, que de forma nunca antes vista, os processos gerados pelas tecnologias resultaram em uma rápida e desestabilizante transformação das técnicas, economias e costumes. O autor se propõe a pensar que apesar de haver, à época, inegáveis aspectos sombrios e terríveis no que se refere ao processo de informatização, é preciso fazer um “esforço de apreender, pensar, de compreender em toda a sua amplitude a virtualização” (Lévy, 1996, p. 02).

O virtual para o autor, tem pouca afinidade com o falso, o ilusório e o imaginário. Na verdade, o virtual é um modo de ser fecundo e poderoso. Nesse aspecto, o virtual não se oporia ao real, e o processo de virtualização dá fluidez às distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade e cria um vazio motor. Para o estudioso, “a virtualização é um dos principais vetores da criação de realidade” (Lévy, 1996, p. 07). Como consequência, há um desprendimento do aqui e do agora. O senso comum diria que o virtual é o complementar do real, que é inapreensível. O autor explora, via exemplo, que uma dada comunidade virtual, está organizada por uma afinidade de interesses ou problemas, a coerção geográfica não seria mais um ponto de partida ou uma coerção. Uma dada comunidade virtual, considerada, as vezes, como “não-presente”, vive sem referência estável mas está intrinsecamente organizada numa rede de “paixões e de projetos, de conflitos e de amizades” (p. 09). Soma-se à essas leituras, as contribuições de França (2019), que considera que o virtual não significa que sua existência é da ordem da concretude, mas que possui existência material, e que o virtual não é imaginário, mas que produz determinados efeitos.

Segundo estes autores supracitados, há um nomadismo inerente a estes novos espaços virtuais, e isso “se relaciona à deriva de usuários que ocupam um espaço sobre o qual se diz que não tem fronteiras muito bem definidas” (França, 2019, p. 27). Podemos conceber este espaço como poroso e desterritorializado. A própria palavra “território” pode ser lida na sua relação com a ideia de poder, considerando que o território geográfico/espacial é o que indicava a extensão e riqueza de dada região geográfica, e, portanto, dizia a respeito de seu poder. Neste aspecto, a internet e as redes sociais, contribuíram para afetar a noção razoavelmente estável das fronteiras geográficas e temporais nas quais todos os seres humanos estavam acostumados, a interação, comunicação e informação passou a ser mais rápida e fluída, impactando todas as relações sociais.

Dentre as ideias que estão em torno da compreensão dos fenômenos, características e funcionamentos das redes sociais, elege-se a noção de que elas influenciam diretamente na realidade, no mundo físico e palpável, elas têm grande poder de dar acesso ou de bloquear conteúdo. As redes impactam diretamente nos comportamentos e condutas dos sujeitos, contribuem para o que é pauta de discussão em nível nacional, afetam decisões políticas, podem também ser utilizadas para disseminação de informações falsas e para a circulação de discurso de ódio.

Em Bauman (2001), é possível considerar que os espaços virtuais possuem características extraterritoriais, e que seus mecanismos de funcionamento, as ações e efeitos que acontecem dentro deste espaço não mais se dão contra uma fronteira e um limite espacial, as reverberações são múltiplas justamente por não haver uma limitação espacial no ciberespaço. A própria ideia de território se relacionada com um domínio de poder, uma região em que determinado poder é o que determina e se faz cumprir, seja na ideia de um rei ou de uma instituição. No que se refere ao ambiente virtual, as fronteiras não funcionam de forma semelhantes às fronteiras geográficas, não são bem delimitadas e podem gerar efeitos múltiplos, como a sensação de falta de controle e de uma certa ausência de domínios definidos, portanto, de “maior liberdade”. Porém, seria ingenuidade pensar que não há um mecanismo controle e vigilância dentro destes ambientes, seja da própria organização e administração da rede, seja de outros usuários.

4. FUNCIONAMENTO DO DISCURSO HOMOFÓBICO NO AMBIENTE VIRTUAL

Este capítulo é destinado para a análise do material selecionado a partir do conjunto de dados que constitui o *corpus* da pesquisa, sendo este composto por comentários produzidos por leitores e leitoras de textos jornalísticos. Em alguns momentos, opto por trazer os textos jornalísticos com a finalidade de melhor entender o acontecimento de que tratam os comentários construídos e expressos no ambiente virtual. A temática norteadora selecionada é a da diversidade sexual. A seleção de dados buscou encontrar comentários que expressam e legitimam a homofobia, sendo eles veiculados no interior de páginas de jornais e nas redes sociais Facebook e Instagram. No processo de escolha e de exclusão dos comentários, utilizei o critério da presença de sentido negativo e/ou pejorativo que esteja relacionado com o conteúdo, expressões e temáticas mobilizadas pelos textos jornalísticos.

Neste trabalho, utilizo a expressão ‘acontecimento’ seguida de um número cardinal disposto de forma progressiva de 01 a 02, tendo como referência a nomeação de uma situação que foi divulgada pelos jornais em seus próprios sites e que foram replicados dentro das redes sociais, veiculando, então, uma situação em que ocorreu homofobia. É muito comum que uma mesma circunstância seja divulgada em diversos jornais, e até mesmo de que jornais de menor alcance passem a noticiar situações que foram divulgadas por jornais de maior alcance. Neste sentido, construo um parágrafo descritivo que serve para situar o leitor e a leitora do que aconteceu (com base nas informações disponibilizadas em dois ou três jornais) para, em seguida, empreender as análises propriamente dita, que se modula a partir dos comentários que foram produzidos em resposta aos textos jornalísticos.

Neste aspecto, é importante enfatizar que, a partir de um extenso arquivo que existe no ambiente virtual, e que se trata de enunciados homofóbicos, realizo um recorte de duas circunstâncias específicas, entendidas como acontecimento 01 e 02, nas quais são escolhidos comentários significativos no que se refere à expressão homofobia. A análise dos enunciados visa entender os mecanismos discursivos utilizados no embasamento da homofobia e as relações que podem ser estabelecidas entre os enunciados, as formações discursivas, os dispositivos de saber e poder e a história.

Deste modo, norteiam as análises as seguintes indagações: Por que os usuários das redes sociais comentam daquele jeito e não de outro? Quais são as condições de possibilidade do discurso? Qual ou quais instituições autorizam esse discurso? Quais são os dispositivos de poder que mobilizam os discursos homofóbicos? Em que momento sócio-histórico se dá a materialização dos enunciados? Quais relações estes enunciados negam ou afirmam? Qual

discurso ainda é utilizado para disseminar e sustentar a homofobia? Estes enunciados são regulares e contínuos? Qual é a superfície primeira de emergência do discurso homofóbico e do discurso sobre o/a homossexual?

Considerando os princípios éticos do fazer científico, que se soma às regras prescritas pela Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, foi realizada uma ação de omissão e proteção aos nomes e imagens que foram encontradas ao longo da coleta do material de análise, com excessão do personagem político do acontecimento 02.

3.1 Acontecimento 01

Um homem chamado e o seu namorado decidiram realizar um ensaio fotográfico no final do ano de 2022, pois ambos estavam planejando casar-se, após o trabalho ter sido finalizado e as fotos estando prontas, o fotógrafo que realizou a sessão de fotos, Paulo Victor, decidiu postar o resultado nas redes sociais. A prática de se postar os resultados de sessões de fotos nas redes sociais dos profissionais é bastante comum, e por ser, geralmente, uma celebração, é rotineira a postagem de fotos relativas a casamentos, aniversários, festas, ensaios, formaturas etc. Nesse caso, soma-se a isso, a possibilidade de divulgação do trabalho de fotógrafos(as). A partir da repercussão das fotos daquela sessão específica, diversos comentários com teor homofóbico foram realizados na postagem do fotógrafo. O casal é torcedor do Remo, time de futebol vinculado ao Clube do Remo, que possui sede em Belém, no estado do Pará, e por isso, utilizaram em algumas fotos, camisetas do time ao qual torcem. Como é possível observar nas fotos abaixo.



Captura de Tela 1: Fotos do ensaio fotográfico reproduzidas via rede social Instagram, disponibilizadas em ambiente virtual.

No perfil do profissional de fotografia, que realizou o ensaio, hospedado na rede social Instagram, há um vídeo e algumas fotos (duas delas reproduzidas acima) que foram publicizadas nos dias 04, 05 e 07 de novembro de 2022. A partir da publicização das fotos, surgiram diversos comentários com mensagens preconceituosas. Uma notícia publicada pelo portal GE (Esportes – Belém – Pará), também conhecido por globoesportes.com, no dia 30 de janeiro de 2023, divulga o caso de homofobia e traz alguns comentários e postagens que foram realizados na rede social Facebook³.

³ As principais notícias referentes ao acontecimento 01 são: Notícia 01 – QUEMEL, Eduardo. Casal gay faz ensaio fotográfico com camisa do Remo e é alvo de homofobia: “Ficaram brincando com a nossa imagem”. GE-Esportes. Belém – Pará. 30/01/2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/pa/futebol/noticia/2023/01/30/casal-gay-faz-ensaio-fotografico-com-camisa-do-remo-e-e-alvo-de-homofobia-ficaram-brincando-com-a-nossa-imagem.ghtml>. Acesso em: 01 fev. 2023.

Notícia 02 - FERNANDES, Magno. Casal gay é atacado por ensaio com camisa do Clube Remo. Esporte – Pará. Diário Online. 30/01/2023. Disponível em: <https://dol.com.br/esporte/esporte-para/793434/casal-gay-e-atacado-por-ensaio-com-camisa-do-clube-do-remo?fbclid=IwAR2IMHDOqP-39Y0SKOyv0L1nDcUaJTRDF0bqK4oNIPhI4XZAwBollqJVD0A>. Acesso em: 14 fev. 2023.

Na rede social Facebook, a notícia 02 – está disponível em: <https://www.facebook.com/doldiarioonline/posts/pfbid02PTRuqplZqofRf9wCHjajWcjnn6yex7xcKfpMK2m4G8AoNMAHkSsqzKi3wrWvdjRyUl>. Acesso em: 14 fev. 2023.

A notícia 02 foi postada no site jornalístico Diário Online, e posteriormente foi postada na página do jornal no Facebook. A notícia 01 foi respondada por uma página na rede social Facebook, nomeada de TV Liberal. – Disponível em:



Captura de tela 02: Notícia do GE (Futebol) reproduzindo postagens realizadas na rede social Facebook



Captura de Tela 3 - Notícia do GE (Futebol) reproduzindo postagens realizadas na rede social Facebook

As capturas de tela 02 e 03 são publicações distintas, e que contém alguns comentários realizados em resposta a uma postagem realizada dentro da rede social Facebook, e que foram apurados pela equipe do GE – Esportes. O corpo da notícia elenca a possibilidade de os comentários utilizarem-se do casal homossexual para atribuir um sentido negativo e pejorativo ao time do Remo. Como pode ser percebido no texto jornalístico: “A rivalidade entre Remo e Paysandu é clássica no futebol brasileiro. Há muitos anos, torcedores azulinos e bicolores “zoam” uns com os outros. Mas em alguns casos a zoação sai do campo do esporte e entra no do preconceito” (QUEMEL, 2023). A mascote do time do Remo é um leão azul.

O comentário “Leozinhas” seguido de emojis/emoticons⁴ de risada, materializada na captura de tela 02, pode ser analisado discursivamente nas condições de possibilidade atrelado à existência material do comentário, sendo o Remo um time que possui o Leão como mascote, o comentário associa características tidas como “femininas” aos homens da foto. A associação feita entre homens gays e uma suposta feminilidade é feita de maneira negativa – em que o feminino é colocado em uma posição subalterna e inferior ao masculino, essa leitura se justifica pelo uso da expressão “inhas” que traz um sentido diminutivo, de pequeno e inferior ao enunciado. A passagem de narrativa de um “Leão” à “Leoa” soa como um processo de enfraquecimento e diminuição de uma personagem que inicialmente seria forte, poderoso, invencível à fraco e menor. O discurso que constrói uma hierarquia entre os aspectos femininos e masculinos geralmente coloca o feminino em posição desfavorável ao masculino, ou seja, o feminino é colocado embaixo na estrutura hierárquica valorativa. Neste sentido, o comentário, é analisado sob o ponto de vista de ser um enunciado, que materializa como se dá a divisão tradicional de poder entre homem e mulher na sociedade. O enunciado está inserido dentro de uma lógica de se considerar o feminino como ruim, como algo negativo, e isso se dá dentro de um sistema machista e misógino, sendo possível considerá-lo como materializador do discurso homofóbico, um de seus alicerces. O comentário foi realizado por uma mulher, o que só corrobora a ideia de que o machismo e a misoginia é um sistema complexo e abrangente que é internalizado pelas pessoas independentemente de seu gênero, e que subjetiva homens e mulheres.

⁴ De acordo com Padilha (2024), o emoji é um pictograma ou ideograma, ou seja, uma imagem que transmite a ideia de uma palavra ou frase completa. O termo é de origem japonesa, composto pela junção dos elementos e (imagem) e moji (letra). Atualmente, os emojis são muito populares nas redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas.

A partir dessa perspectiva, aqueles que são considerados homens héteros estão inseridos dentro de um sistema, nos quais eles ocupam o topo, com papéis bem definidos, sendo, dentre eles o de ser viril, masculino, gestor, dominador, ativo e forte, devendo ocupar um papel público de destaque e merecedor de toda glória. Ao se constatar, que sua orientação sexual não é a hegemônica e que foi eleita como ‘natural’ e ‘válida’, este homem é remetido, dentro deste sistema, ao feminino, a quem estaria relegado os papéis de ser sensível, pequeno, fraco, de quem deve ser protegido, dominado e deve estar no ambiente privado, recluso.

Os discursos e as práticas discursivas homofóbicas materializadas na língua e pela língua atravessam e constituem os sujeitos, contribuindo para compreensão de que o sistema de homofobia se dá pela produção e reprodução de determinados dizeres, crenças e opiniões de cunho preconceituoso.

Neste aspecto de compreensão da homofobia, o recurso a misoginia é mobilizado para remeter o homem gay a um lado que se distancia da masculinidade. A lógica estabelecida pressupõe que esse processo de afastamento e distanciamento do homem de uma matriz masculina, fará com que o homem gay que performando ou não feminilidade, perca privilégios e lugares sociais que seria “seu por direito”. Por esse viés, é possível postular que o homem gay afeminado acaba por sofrer homofobia de formas distintas. O processo de remeter o masculino ao feminino é marcado por uma reafirmação valorativa que entende o lado feminino como negativo e pejorativo.

Em relação ao comentário “Uma vergonha para o time” é possível considerar que ele é construído em torno de um juízo de valor de qual sexualidade é válida e qual não deve ser validada. Se a homossexualidade traz “vergonha”, a heterossexualidade traz “orgulho” ao time. A virilidade e a masculinidade são atributos que, se associados ao time, trariam satisfação e honra, mas caso o time seja associado a homens gays, perderia sua credibilidade e orgulho, por fim, entraria no campo da “vergonha”. O comentário “Apaga que ainda dá tempo vai passar mais vergonha , meu caro amigo , isso não é coisa que se faça , isso é crime viu” concebe que aquelas imagens não deveriam estar circulando, e que o casal fotografado está passando vergonha. O comentário utiliza o deboche para dizer que “isso não é coisa que se faça, isso é crime viu”. Piadas, brincadeiras e zoações são mecanismos comumente utilizados para expressar a violência homofóbica, que se utilizam de um duplo desdém, por ser violento e ofensivo, e por utilizar a ironia e o riso para ter uma atitude preconceituosa.

É possível apontar que o espaço de socialização gerado a partir da prática de esportes é considerado, por grande parte da sociedade, um espaço criado e organizado para a vivência e convivência entre homens, ou seja, é naturalizado que este espaço seja feito por e para homens.

Sendo o próprio esporte uma possibilidade de materialização da masculinidade, da virilidade, de competição, em que reina a lei daqueles que são melhores e mais fortes. Essas noções e regramentos sociais em torno do esporte passa por transformações em nossa sociedade, que apesar de lenta, tem ganhado força na luta de mulheres que intencionam ocupar ou ter a essa possibilidade de ocupar espaços outros.

A partir dos escritos de Daniel Borrillo (2016), explorado no capítulo três deste trabalho, é possível estabelecer que nas sociedades que são marcadas pela dominação masculina, “a homofobia organiza uma espécie de ‘vigilância de gênero’, porque a virilidade deve estruturar-se em função de dois aspectos: negação do feminino e rejeição da homossexualidade” (Borrillo, 2016, p. 26). Ou seja, uma característica da homofobia é o de que ela é baseada num alicerce que estabelece padrões, normas e comportamentos específicos a cada gênero e a cada orientação sexual, e que em grande parte das situações sociais, há uma vigilância de gênero que tende a verificar os desvios e deslizes do masculino em direção ao feminino ou vice-versa, que em geral, tenta remeter (ou lembrar) o sujeito de sua filiação a determinado gênero. Neste aspecto, a concepção materializada nos comentários homofóbicos é a de que o gênero estabelece uma relação unívoca, de que o homem é naturalmente masculino, e deve ser subjetivado por práticas masculinas simultaneamente em que nega práticas consideradas femininas. A homossexualidade, seria dentro desta lógica, a negação do masculino e uma ‘escolha’ de ir em direção ao feminino.

Elenco mais 04 enunciados, que desta vez foram publicados em resposta a notícia do GE – Esportes, dentro da própria página do jornal.

há 2 dias

Casal? quero ver eles gerar um filho... como ja dizia Enéas, isso é uma aberração da natureza.

👍 Curtir 7 ↩ Responder 🚩 Denunciar

há 1 dia

2 barbudos se beijando e não criticar que é processado...é pra acabar.

👍 Curtir 3 ↩ Responder 🚩 Denunciar

há 2 dias

Quanto desrespeito... com a camisa do clube. Nenhum time quer ser vinculado a isso...

👍 Curtir 6 ↩ Responder 🚩 Denunciar

há 2 dias

Se peguem, mas, sem a camisa do clube.
Tem que dar um corretivo neles, torcida do Remo...assinado Força Jovem do Mengão.

👍 Curtir 4 ↩ Responder 🚩 Denunciar

Captura de Tela 4 – comentários realizados dentro da Página do GE – Esportes

É interessante destacar que a notícia tem o intuito principal de divulgar e publicizar o episódio de homofobia que o casal sofreu, e está justamente na seção de esporte porque foi, supostamente a torcida do Paysandu que se utilizou da situação para atribuir aspectos negativos e pejorativos ao seu time adversário, o Remo (versão pressuposta pelo portal de notícias – GE). O primeiro enunciado – “Casal? Quero ver eles gerar um filho...como ja dizia Enéas, isso é uma aberração da natureza”, questiona o uso da expressão “casal” para se referir aos dois namorados, e um certo tom irônico para dizer que os dois homens não geram um filho, materializa a perspectiva de que as relações sexuais têm a finalidade única e exclusiva de procriar, ou ainda de que todas as pessoas possuem certa responsabilidade para a procriação da espécie.

Neste ponto, é possível recorrer a Foucault (2020) para pensar as normativas e regramentos em torno da sexualidade de uma população. Ao recusar a hipótese repressiva em torno do sexo e da sexualidade, Michel Foucault (2020) aponta, em suas análises acerca dos múltiplos saberes e instituições, que formam o dispositivo de sexualidade, que houve momentos na história de maior controle e administração das práticas sexuais. Dentre as prescrições, é possível enfatizar que o dispositivo religioso e o dispositivo da aliança elegeram como local legítimo o quarto dos pais para a realização de práticas sexuais entre um homem e uma mulher, com a finalidade procriativa inserido em um contexto de casamento. Neste aspecto, o enunciado analisado considera que estes sujeitos, neste cenário, seriam os verdadeiros detentores do direito de usar a palavra “casal”.

Enéas citado no comentário faz, provavelmente, referência ao nome de um ex-deputado federal, Enéas Carneiro, considerado um dos líderes do conservadorismo brasileiro. Nesta situação, elege-se como um cenário envergonhador o Remo ter torcedores homossexuais ou o próprio time ser associado a homens homossexuais. Em resposta a notícia, na própria página do GE – Esporte, há mais comentários que possuem teor homofóbico. “Se peguem, mas, sem a camisa do clube. Tem que dar um corretivo neles, torcida do Remo... assinado Força Jovem do Mengão”. Esse enunciado estabelece uma regra para o casal – “não usar a camisa do clube”, e ainda que o casal deveria ser alvo de alguma ação de correção – pois ocupam o lugar de “errados”. O verbo “corrigir” se refere, a partir da definição dada pelo Dicionário Online de Português, a “fazer com que fique da melhor forma ou da forma correta; consertar-se, impor castigo a (algo, alguém ou a si próprio); castigar-se: corrigia o filho com palmadas; os cavalos

corrigiam-se com bofetadas”. O autor do comentário sugere o uso da violência física para “normalizar” e “corrigir” a orientação sexual dos homens que realizaram o ensaio fotográfico, nesse sentido, uma ação externa deveria atuar de forma a disciplinarizar estes corpos desviantes, que não estão conformes a uma norma sexual hegemônica. Caso isso acontecesse, entraria em cena, o funcionamento do poder em sua forma mais visível e explícita, neste caso, é pensado como recurso último de atuação de poder, porque ao exercer-se dessa forma, o poder deixaria rastros de sua existência e coerção.

Ainda é possível destacar um certo aprisionamento dos homens homossexuais, os enunciados visam regular e normatizar o comportamento dos homens homossexuais, pois se eles são homossexuais, são apenas isso, não podem ser torcedores de algum time de futebol ou então utilizar uma camiseta de um clube preferido, ou ainda participar dos espaços de socialização do time do coração, pois onde quer que vão carregam o estigma ou uma ideia pressuposta do que são. E então, conseqüentemente o seu afeto e carinho não pode ser publicizado a partir de suas redes sociais. A respeito do sujeito homossexual, Foucault (2020, p. 48) considera: “nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas [...] inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo, uma vez que é um segredo que sempre se trai sempre”. Neste aspecto, não são apenas torcedores do time x, são torcedores gays do time x. Não se trata apenas de um ensaio fotográfico, se trata de um ensaio fotográfico de homens gays.

As redes sociais funcionam como uma extensão da realidade, estando organizadas e estruturadas segundo características, ferramentas e práticas específicas. É possível apontar forte atuação de um dispositivo de vigilância e de controle que pode ser estendido e ampliado a todos aqueles que decidem utilizá-las. O controle neste aspecto não é pensado como moderação de conteúdo, mas dos sujeitos e corpos que ali se colocam. Neste caso, o discurso que circula na internet acerca de pessoas homossexuais é extremamente multifacetado, não bastaria apenas considerar a existência de um discurso em que se admite ou se exclui a homossexualidade, mas considero importante enfatizar compreensão das estratégias e mecanismos de funcionamento dos enunciados homofóbicos expressos neste ambiente.

O comentário “2 barbudos se beijando e não criticar que é processado... é pra acabar”, analisado sob a perspectiva de ser um enunciado, estabelece uma crítica ao fato de que, no que se refere ao Judiciário Brasileiro, sua jurisprudência prevê que homofobia é crime, e nesse sentido as opiniões, crenças e perspectivas que expressam a homofobia são passíveis de serem consideradas crime. Nesse aspecto, muitos argumentos e justificativas que antes eram utilizados no interior de formações discursivas jurídicas e científicas não possuem mais validade

atualmente, porém, ainda que não possuam validade no interior dessas formações discursivas, não há uma relação direta e imediata com uma aceitação geral de um novo regime de entendimento acerca da sexualidade, por parte da sociedade, deste modo, os pilares da homofobia não deixam de ter existência. Este sistema de violência se dá a partir da produção e reprodução, neste aspecto, ainda que socialmente, a homossexualidade tenha ganhado outro status e entendimento, não mais o de crime e o de doença, as mudanças não ocorrem de maneira imediata. E o carácter complexo e moldável deste sistema o possibilita a se reinventar e a se reatualizar de forma que mantenha existência.

O caso supracitado, considerado como um acontecimento, foi noticiado por diversos jornais, entre eles é possível elencar que o jornal TV Liberal reproduziu na sua página hospedada na rede social Facebook a notícia veiculada pelo GE–Esportes, e o jornal Diário Online (DOL) também noticiou em seu próprio site, disponível em Fernandes (2023), e posteriormente replicou a notícia em sua página de divulgação, também na rede social Facebook, ambiente em que houve centenas de comentários e reações às notícias.



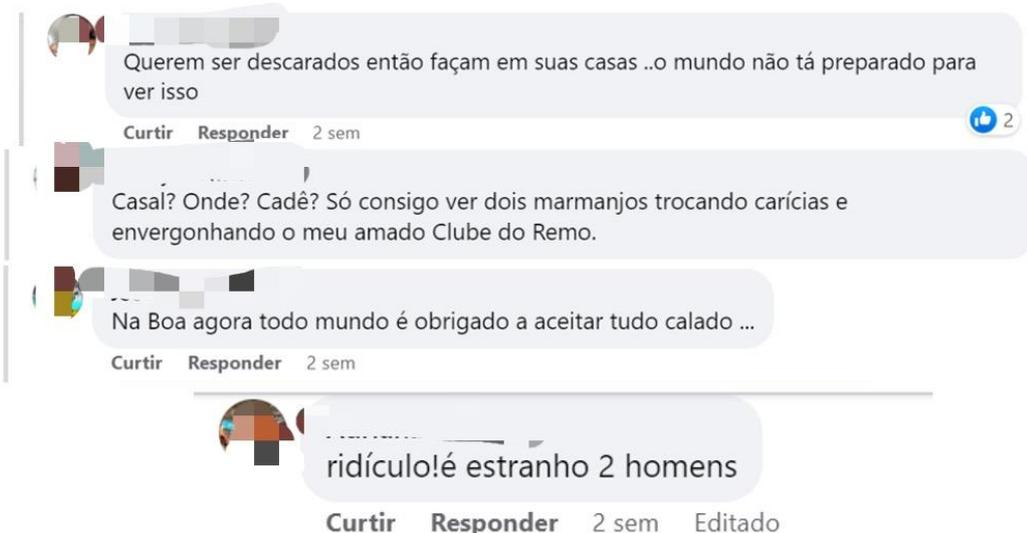
Captura de Tela 5: comentários realizados dentro da rede social Facebook

Os comentários acima realizam uma crítica ao uso da palavra “casal”, pois o título da notícia veiculada no site do GE–Esportes, e replicada pelo jornal TV Liberal é “Casal gay faz ensaio fotográfico com camisa do Remo e é alvo de homofobia: ‘ficaram brincando com a nossa imagem’”. Ambos os comentários afirmam que “casal” é composto por um homem e uma mulher, em que se é possível estabelecer que a condição de que ambos sejam heterossexuais. Ambos os autores dos comentários ocupam a posição de materializar linguisticamente quais são as regras sociais que dizem o que é ou não é um casal, como também direcionam e prescrevem como deve ser composto “um casal”. Consultando o Dicionário Online de Português, o significado da palavra casal é: “Par constituído por duas pessoas que se amam: casal de namorados” e ainda “dois indivíduos que mantém, entre si, uma relação amorosa e/ou

sexual.”. Nem mesmo o dicionário menciona o gênero ou orientação sexual como requisitos para definir o que se considera ser um casal.

Os autores dos comentários falam de um lugar em que a verdade que norteia o que é considerado um “casal” possui sentido restrito, só pode ser utilizada em condições específicas. Em torno disso, decisões do STF e do CNJ preveem o casamento civil ou união estável de pessoas do mesmo sexo, desde que atendidos todos os critérios. As decisões são recentes, e por isso é possível apontar que não se reconhecia esse tipo de vínculo sexual, afetivo e amoroso entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, o conceito do que é um casamento ou casal legítimo foi alterado. Por outro lado, estes sujeitos são subjetivados por uma verdade acerca do significado do que seja um casal legítimo, reconhecido. Há um imaginário social do que é um casal, apoiado em um dispositivo religioso e até pouco tempo também jurídico, que fornecem as bases de sustentação para a criação e absorção de um regime de verdades que prescreve e normatiza o que é um casal, família, e um relacionamento legítimo.

A seguir, são mobilizados outros comentários realizados no âmbito do acontecimento 01.

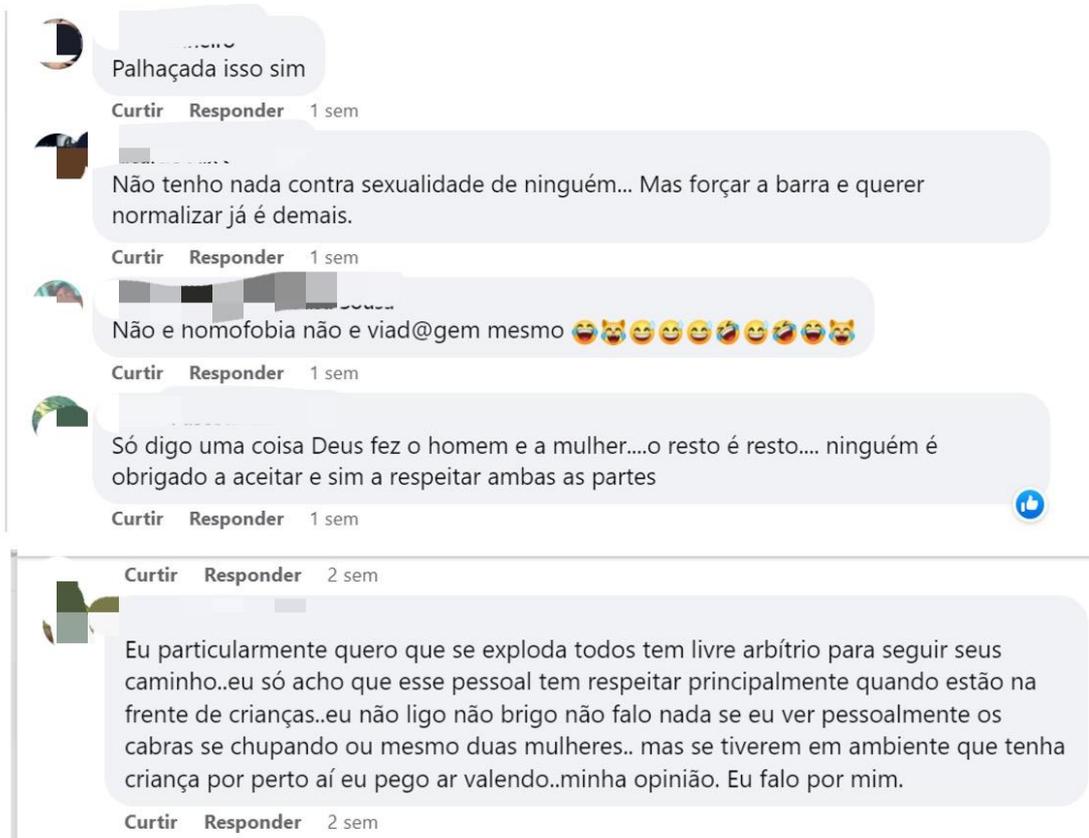


Captura de Tela 6: comentários realizados em resposta à notícia do Diário Online na rede social Facebook

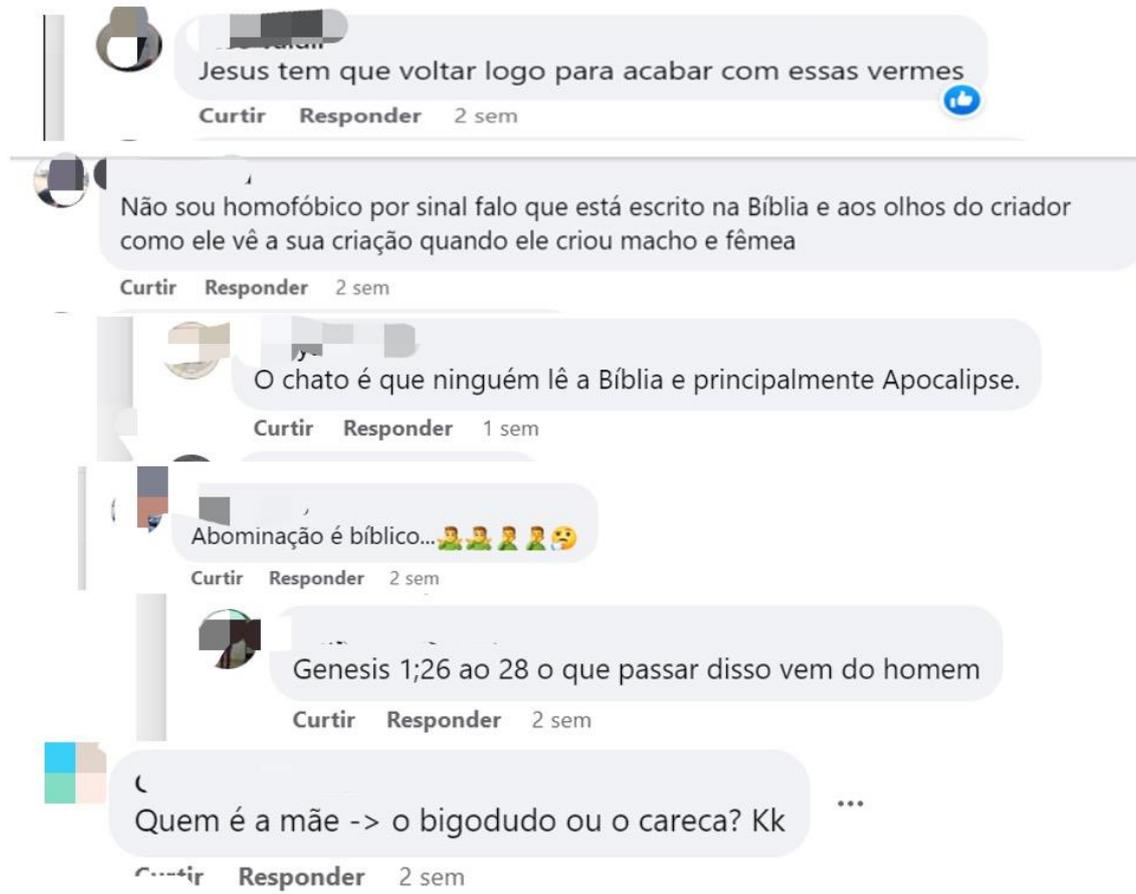
A expressão “descarados” é mobilizada para adjetivar o casal que realizou o ensaio fotográfico, e em outro comentário há a desqualificação do casal, novamente a crítica ao uso

da palavra “casal”. “Obrigado a aceitar tudo calado”. A expressão “envergonha” é utilizada de modo recorrente neste acontecimento 01.

A seguir, são mobilizados comentários que fazem referência ao acontecimento 01, e que estão nomeados de captura de tela 7 e 8, em que há a presença diversos comentários com proximidade semântica e lexical que serão analisados minuciosamente posteriormente.



Captura de Tela 7: comentários realizados em resposta à notícia do Diário Online, na rede social Facebook



Captura de Tela 8: continuação dos comentários realizados na rede social Facebook

Os sujeitos que são subjetivados a partir de um dispositivo religioso possuem suas relações com os temas e objetos acerca da diversidade sexual constituídas a partir desta posição discursiva. Neste sentido, existe uma formação prévia a partir do dispositivo religioso que estabelece noções e pressupostos bem definidos do que é aceitável ou não, de quem e com quem se está autorizado a constituir um casamento. Essa verdade cristalizada do que seja um casal encontra respaldo no discurso religioso, e neste aspecto, esses enunciados analisados dialogam de forma direta com outros enunciados produzidos e materializado na historicidade. Pode ser estabelecida uma relação destes enunciados com o livro da Bíblia, material que traz os preceitos e dogmas da tradição cristã, no qual é possível ler, em Gêneses 2-18: “O Senhor Deus disse: ‘Não é bom que o homem esteja só. Vou dar-lhe uma auxiliar que lhe seja adequada’”. E em 2-24 “Por isso, o homem deixa o seu pai e a sua mãe para se unir à sua mulher; e já não são mais que uma só carne”. E no livro de provérbios 18-22: “Aquele que acha uma mulher, acha a felicidade: é um dom recebido do Senhor”.

Os três versículos bíblicos foram retirados do site Bíblia Católica Online (Bíblia, 2023), eles estão imbrincados na tarefa de construir a narrativa do que seria desejável e ideal em termos

de casal, família e relacionamento. Estabelece a máxima de que homem e mulher estão destinados a ficarem juntos, reitera a complementariedade que ambos “possuiriam”. E por outro lado, em Levítico 18-22: “Não te deitarás com um homem, como se fosse mulher: isso é uma abominação”, tem-se o enunciado normatizador primário que é fonte e justificativa para a avaliação e valoração de quais sexualidades são válidas e possíveis. São várias as passagens bíblicas que se somam às práticas e doutrinas religiosas cristãs que postulam e prescrevem o que “é” e como se constitui um casal. Neste sentido, é no interior do dispositivo religioso que a ideia de casal é bem delimitada e especificada, e para isso podem ser acionados diversos e diferentes discursos: a previsão bíblica para isso, a vontade de Deus, uma ‘possível’ e ‘necessária’ complementariedade de sexos, entre outros.

Ainda que seja inteiramente possível discutir a relação entre o enunciado bíblico e o enunciado expresso em ambiente virtual, no sentido de que os primeiros não necessariamente atuam na produção dos segundos, eles funcionam em uma relação direta, considerando que o discurso é, também, uma prática. Os sujeitos que realizam estes comentários são subjetivados por formação discursivas religiosas que condenam a homossexualidade, ou seja, por considerarem-na “desvio”, “vergonha”, “pecado”, “doença” ou “aberração”, estes sujeitos falam a partir dessa posição discursiva, e o que lhes cabe é a função de enunciar a partir do local que eles ocupam. Neste aspecto, estão inseridos em regimes de verdade que elegem a homossexualidade em termos negativos e pejorativos, e que dentro da estrutura discursiva a que pertencem, esta concepção faz parte de um todo coerente, lógico e que modula suas ações, crenças e opiniões. Essa posição-sujeito é ocupável, de tal modo que, caso os processos de subjetivação, constituição e de formação fossem outros, eles poderiam ocupar outra posição discursiva, quiçá, a de condenar práticas homofóbicas.

Historicamente, o dispositivo jurídico também coadunava sua concepção de como deveria ser constituído um casal com a que era veiculada pelo discurso religioso, ou seja, por um homem e uma mulher, porém, recentemente, o dispositivo jurídico mudou seu conceito.

No acontecimento 01, são marcantes as seguintes expressões encontradas, que foram produzidas pelos leitores dos textos jornalísticos: “envergonha”, “palhaçada”, “viadagem” “aberração da natureza” “não geram um filho”, “falta de vergonha”, “esses vermes”, “abominação”, “estranho”, “coisa ridícula”.

No que se refere à expressão “abominação”, é possível apontar que ela está vinculada ao discurso religioso, a expressão é mobilizada para invalidar a sexualidade homossexual nestas condições de emergência do discurso, sendo essa relação estabelecida entre o enunciado materializado na rede social e a expressão “abominação” aparecer no texto bíblico,

especificamente em Levíticos 18-22, em algumas traduções do livro. As práticas homossexuais, sejam elas de afeto, carinho, amor ou sexuais são objeto dos dispositivos de vigilância constantemente, uma vez que essas práticas são colocadas como aquém das normas e padrões sociais. Há a mobilização de xingamentos, palavrões, deboche, ações que invalidam e deslegitimam o casal. Em “essas vermes” é possível compreender que o enunciado é construído em torno de um mecanismo que imputa conotação feminina a casal gay, e que se tem o objetivo de ofender e diminuir, no que se refere a ação de “normalizar”, ou seja, tornar algo que é considerado anormal como normal estabelece relação histórica com o surgimento da categoria homossexual, em meados da década de 1870, como postulado por Miskolci (2007), com a invenção médico-legal que assumia estes sujeitos em terminologias como “anormal”, “invertido” e “doente”.

A rede social tem sido utilizada como uma espécie de lugar/ambiente em que se materializa todo e qualquer tipo de discurso. Tem-se uma característica que propicia a extensão do conceito de parresia, uma vez que o falar franco e aberto dos usuários não estão, aparentemente, submetidos à reflexão ou a um filtro de análise, por parte dos usuários, para evitar a expressão de coisas absurdas em um ambiente que é bastante público e vigiado.

Apesar de ser corrente certa noção de que o ambiente virtual é uma terra sem lei, ou de que as ações que ocorrem neste lugar estariam à margem do Direito, o Marco Civil da Internet é claro ao afirmar que comportamentos e atitudes manifestadas no ambiente virtual são passíveis de punição de acordo com o Código Civil Brasileiro (Trindade, 2022). No que se refere à rede social Facebook, França (2019) destaca que nessa rede social, as conversas são mais públicas, permanentes e rastreáveis do que em outras. Ou seja, se o usuário não efetuar a exclusão de suas atividades (e mesmo assim), as publicações, compartilhamentos e comentários estarão salvos e públicos na rede social dispostos a quem quiser ler e para quem quiser salvar como forma de prova contra o próprio usuário. Nesse sentido, essa noção de liberdade não possui fundamento, porque é justamente o contrário que se pode ser compreendido da rede social. A suposta liberdade esbarra no direito brasileiro, nas regras de funcionamento da rede social, mas estão vigentes a disciplina, o controle e um sistema de vigilância do que uma suposta liberdade.

A discussão realizada no capítulo anterior acerca das redes sociais, nos permite compreender que as fronteiras e delimitações deste espaço são diferentes das que se dão em um território geográfico. Essa característica resulta na ideia de que há uma falta de controle e de regulamentação, o que gera efeitos nos comportamentos e ações realizadas dentro deste ambiente virtual. Os enunciados parecem apontar uma ação comum a todos os seus autores e

autoras: os sujeitos falam como se fosse uma terra sem lei. Provavelmente não falariam deste modo agressivo caso estivessem frente a frente com o casal.

O sociólogo Luiz Valério Trindade (2022) considera que a evolução tecnológica da internet permitiu que o ambiente digital passasse das expressões de conteúdo verbal para recursos mais dinâmicos e dialógicos, mas “permitiu também que o anonimato online fosse usado para mascarar atitudes que a pessoa não assumiria necessariamente em um contexto social convencional (ou seja, offline)” (Trindade, 2022, p. 41). O autor aponta justamente uma prática que se realiza a partir da crença da não rastreabilidade das ações que ocorrem em ambiente virtual, o que é um grave engano.

Trindade (2022) recupera um estudo realizado por Matthew W. Hughey e Jesse Daniels que foi publicado em 2013, no qual os sociólogos analisaram a forma de funcionamento dos comentários realizados em resposta a jornais norte-americanos, que implementaram essa possibilidade de troca comunicativa entre os leitores em jornais online no início dos anos 2000. A intenção da tecnologia era justamente promover maior engajamento, porém o que os jornalistas não previam era encontrar uma quantidade expressiva de comentários racistas e caluniosos, neste aspecto “muitas pessoas se esconderam convenientemente por trás desse recurso para veicular seus comentários rudes, sem medo de quaisquer restrições, sem respeito a convenções sociais ou medo de serem bloqueadas pelos jornais” (Trindade, 2022, p. 41). Neste caso, é possível apontar que há duas décadas já era possível perceber que leitores têm se utilizado da seção de comentários como estratégia para a disseminação de preconceito e discriminação.

Há a necessidade de pontuar que a internet é um terreno fértil que possibilita a criação de perfis e contas com pseudônimos e apelidos, considerando que a maioria das redes solicitam apenas um nome, data de nascimento, gênero e um endereço de e-mail válido. Para Trindade (2022), entre os usos do anonimato que se tem no Brasil, não é possível ignorar aqueles vistos como positivos, que seriam:

Entre os benefícios do anonimato, estudos apontam os seguintes: a) pode auxiliar no desenvolvimento de projetos jornalísticos investigativos; b) permite que sejam feitas denúncias sem que a fonte seja exposta; c) pode dar suporte a operações policiais sigilosas; d) pode ajudar pessoas que precisam de aconselhamento especializado e de forma confidencial; e) pode evitar perseguições políticas. Em contrapartida, há também o uso mal-intencionado do recurso do anonimato no mundo virtual, e os estudos apontam os seguintes: a) a possível prática de spam; b) transações intencionalmente enganosas e fraudulentas; c) envio de mensagens de ódio; d) calúnia e difamação; e) fraude financeira online; f) disseminação de notícias falsas (as chamadas fake news), entre outras atividades ilegais. Portanto, o que os estudos sinalizam é que o

anonimato no ambiente online pode ter um propósito claro, bem definido e justificável, mas também pode abrir uma enorme avenida para uma miríade de objetivos bem questionáveis (Trindade, 2022, p. 40-41)

Há condições de emergência social e política que apontam a necessidade de regulamentação desses espaços, uma política deve ser construída conjuntamente pela sociedade brasileira, que discuta e pense o funcionamento dos algoritmos, dos requisitos necessários para que uma publicação seja impulsionada, o combate ao discurso de ódio, de circulação de notícias falsas etc. É justamente em vista de que a internet e as redes sociais são locais com enorme potencial de informar, comunicar, ensinar e engajar, que as mais diversas instituições devem assumir o papel de discutir os usos e impactos dessa rede de tecnologias.

Em suma, é possível analisar que os enunciados se reforçam, dialogam entre si em pontos semelhantes, remetem a outros discursos que os embasam. Há uma espécie de convergência entre os comentários expressos em ambiente virtual que se reforçam mutuamente. As análises identificam que são diferentes os discursos mobilizados para sustentar esses enunciados, mas que possuem os mesmos objetivos: invalidar e inferiorizar as sexualidades que não estão conformes à regra. Há um mecanismo de funcionamento do discurso homofóbico que se utiliza do dispositivo religioso para respaldar e fundamentar o ódio destinado àqueles que não se comportam e se enquadram nas noções estáveis e padronizadas de sexualidade. Neste aspecto, o discurso religioso se estabelece como uma verdade inquestionável para os sujeitos que empreendem ações com a finalidade de não aceitar e não validar todos aqueles e aquelas que não se adequam ao padrão heteronormativo, eleito como exemplar e hegemônico. O discurso de ódio é mobilizado, neste caso, a partir de dogmas e preceitos religiosos, ou seja, os enunciados resgatam compreensões bíblicas para respaldar o ódio, a intolerância e o preconceito.

Para Trindade (2022), o discurso de ódio “se caracteriza pelas manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social, em função das características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe” (p. 08). Neste aspecto, o conceito de discurso de ódio materializa a ação de utilizar das diferentes formas de linguagem para construir uma narrativa em que especificidades e características de determinados indivíduos e grupos são utilizadas para criar a ideia do diferente, do outro que seria estranho e potencialmente um inimigo. Em geral, esse discurso é construído em desfavor de grupos marginalizados e que são minorias sociais.

Destaca-se que a Constituição Federal traz, em seu art. 5º, IX, a liberdade de expressão como princípio salutar da sociedade brasileira, em regime democrático. E por ser uma sociedade

democrática, “buscando-se o manto da proteção da própria liberdade de expressão, podem ocorrer manifestações de intolerância e discriminação contra grupos vulneráveis, como negros, indígenas, homossexuais, mulheres e minorias religiosas” (Schafer, Leivas & Santos, 2014, p. 144).

Schafer, Leivas e Santos (2015, p. 147) consideram que “o discurso de ódio está dirigido a estigmatizar, escolher e marcar um inimigo, manter ou alterar um estado de coisas, baseando-se numa segregação. Para isso, entoa uma fala articulada, sedutora para um determinado grupo, que articula meios de opressão”. A partir de uma revisão dos modelos conceituais acerca do discurso de ódio, os autores consideram que as leituras em torno da compreensão do discurso de ódio devem compreender os discursos que discriminam, segregam, insultam e intimidam pessoas e grupos não apenas em nível racial, social ou religioso, mas devem ser considerados também fatores da ordem do sexo, gênero, orientação sexual e identidade.

Neste sentido, o discurso de ódio possui em sua essência o objetivo de insultar, segregar, menosprezar e diminuir indivíduos e grupos minoritarizados. É pertinente considerar que os autores retomam análises que consideram que, para o discurso ser considerado de ódio, ele deva ter o caráter de incitação à discriminação, o caráter de induzir ao ódio. Neste aspecto, o discurso de ódio identifica um inimigo, percebe alguém ou algum grupo como diferente e age no sentido de banir e extirpar o alvo. Para isso, o discurso pode ser materializado a partir de diferentes mecanismos, seja da utilização de ideias, crenças, opiniões, informações falsas, ou de pânico morais ou alarmismo coletivo, na construção de um raciocínio que entende que o estado atual das coisas pode ser modificado ou transformado.

Neste sentido, considerando que o discurso homofóbico analisado faz parte de uma conjuntura maior, é necessário entender que as condições de possibilidade dos enunciados se dão em um momento de crescente visibilização e valorização da diversidade sexual, e também de um período da história em que há uma preocupação do judiciário em garantir alguns direitos mínimos e básicos aos sujeitos que integram esse grupo. Ações essas que são respostas à reivindicação realizada por parcela da sociedade, ela estando ou não mobilizada a partir de movimentos sociais, ONGs, partidos políticos, coletivos, conselhos e movimentos de base. Considerando as condições sociais e políticas nas quais os dados foram materialmente produzidos e analisados, entre os anos de 2021 e 2024, é necessário ressaltar que os discursos de ódio e de que ataque a minorias estão sendo utilizados como ferramenta política que apela para setores da sociedade. Ofensas e ataques são potencializados pela polarização e disseminação de desinformações que ocorrem no contexto brasileiro, e acabam por ganhar vasto espaço no ambiente virtual.

Em relação ao enunciado que defende ser necessário que o casal não esteja atrelado a uma situação em que haja crianças, Miskolci (2007, p. 109) considera que em geral “grupos sociais estigmatizados por sua religião, visão política ou orientação sexual são socialmente representados como um perigo para as crianças”. Para o autor, há a construção de uma imagem que associa homens gay à pedofilia, e ainda é possível adicionar, que no contexto brasileiro, existe uma associação dos homens gay à possibilidade de ‘influenciar’ a orientação sexual de crianças.

3.2 Acontecimento 02

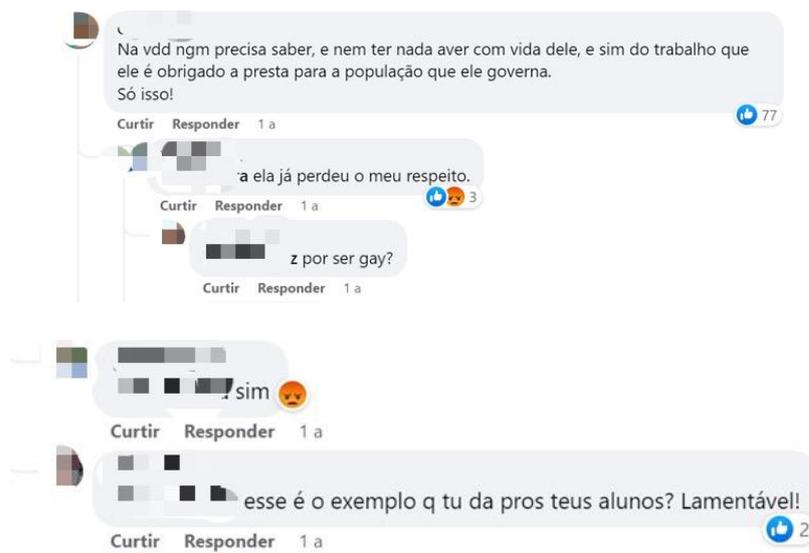
O acontecimento 02 traz a circunstância em que o governador do estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, se assume gay em um programa da televisão brasileira intitulado “Conversa com Bial”, apresentado por Pedro Bial, que foi ao ar pela Rede Globo, no dia 02 de julho de 2021. A notícia que traz o acontecimento é de autoria do Jornal Nacional, que a publicizou no próprio site do Jornal Nacional e em sua página hospedada na rede social Facebook. Faz-se necessário citar que houve apenas um comentário em resposta a notícia dentro do site Jornal Nacional, e que a repercussão mais significativa ocorreu a partir da rede social Facebook⁵. A captura de tela 9 traz comentários que reagem e respondem à notícia 01.

⁵ As principais notícias referentes ao acontecimento 02 são: Notícia 01 - EDUARDO Leite declara publicamente, pela primeira vez, que é gay. Jornal Nacional. 02 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/07/02/eduardo-leite-declara-publicamente-pela-primeira-vez-que-e-gay.ghtml>. Acesso em 14 fev. 2023. A notícia 01 foi veiculada na página do Jornal Nacional na rede social Facebook, e está disponível em:

<https://www.facebook.com/JornalNacional/posts/pfbid02G6dwH29RcWVVbjbKkhvk8FQyodooVyALvK8Y6iai gXSRenPbAUaNIHJf7uQd8556l>. Acesso em: 14 fev. 2023

Há uma publicação, numerada como Notícia 02, que traz uma fala de Eduardo Leite ao lado de uma foto sua que foram postados no Facebook, disponíveis em:

https://www.facebook.com/photo/?fbid=194406199357873&set=basw.AbpR95IbZk5MsSFK5MKFsUxMfafB9DDLksFnksiA1Yla6t8Gv6LSKdWkP_KcqL4fYLARUJKimviKRV-ejPa0XupwEccn46qyWBzy76Oiuvykn3kjajh2jUmTcb-F7fW9mPM0CCpL7esWSg3YyJ-kqCfgm6Zw-qtIQjR2Ae-y8LxpqoPqzpW8i-yc6C0fXlxVm18&opaqueCursor=AbpiSnIb9hpBO4IaLQt3iMdLByf_Piywh4tF_WIeDWKlfdbLVPx181H5z-tS4awskPJB5rmVxaGsKxZHi2V_R_cOX36lMn2t9Xin5uUoxKLWzj9FI4NT4-vdpcdMCbTEqN4MQZ2X9NNkypesoo4UzYjyqv_Acuzoun2iK5rUm3zPKsgnnuXkHKQSaWitQfReQeGtd86rjkDr4fuzFuqnEGVAHvhK8jXARed0RCCRVOxJjA4hrJT_NDNOK5-14npxp_ebd1dfZVXkqPuHgF_yWAFEIKVF_OGNhLAKg6HEg5PJVpzwcfJHO0RKdaSgSHtFB0wfDfkDammr36wmQX-eqZ2xdfyJl89AxfXFVnAzCGP9nwUUn9VInP7Mo4w7HCr6vY0CJ4ZgHpX8nr9vtq9Nc3SBZOnf36CMRZh3O7acVQbZqWRWX7yYO98U2Xh_6rGgYbCddaL-mL3cAhShKIRbd3sqUoAc9cikOyToqex92dcqM-GdBD0Q0QGO3iZ9uzmgtGUfR0M8iuVlw10xNBndJ6nnO9quNaOpwHQmD9z1-oo203p3HrMDGPnVfyItRTDqzACF9xkOrhf0LKFFkGvnbCbP_Xgv3wUDMZSQxiR-09W8J_PS2kyTfDMQEOASgYW5IvXYALD3f4r4h-zGEJbJXEIOYJzM3Wy5dDY1XyZi5s7rgd-61knFQABIP7Mxx4wXHoRjKuaBjlc0CtZ9WyxgDN3zH2KIUC9Uixbt5WuHpkwssMrcqRS-6-Oq0BvtaOst4QD7bajWlp8j4x9IIgH1qzx_sCt0km8SpgsI9JZx9OFs9yJReFrD5TPXvouxKvM20qlcgtY9CAf7ILt cq-M5ZKyDI3jTewFOOKFHqDIAqxdQ_. Acesso em: 14 fev. 2023.



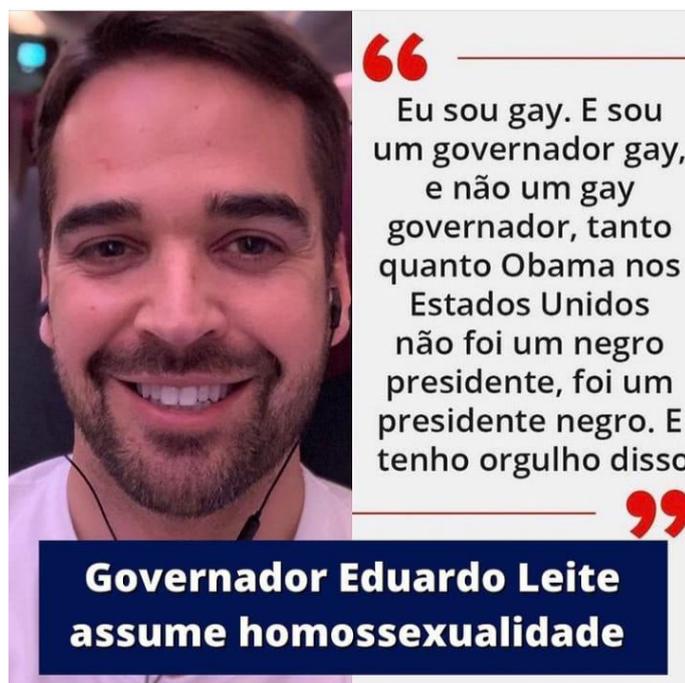
Captura de Tela 9: comentários realizados na rede social Facebook

A captura de tela 9 traz uma troca de mensagens entre três pessoas. A primeira pessoa – Ge Ferreira – responde à notícia dizendo “Na vdd ngm precisa saber, e nem ter nada a ver com vida dele, e sim do trabalho que ele é obrigado a presta para a população que ele governa. Só isso!”. Em resposta a esse comentário – Wagner Luiz diz “ela já perdeu meu respeito.” Em dúvida da motivação e buscando a confirmação do porquê ocorreu a “perda do respeito”, Ge Ferreira questiona –“Por ser gay?”. E então, Wagner Luiz informa que “sim”. A terceira pessoa envolvida – Yuri Moreira – questiona Wagner Luiz “esse é o exemplo q tu da pros teus alunos? Lamentável!”

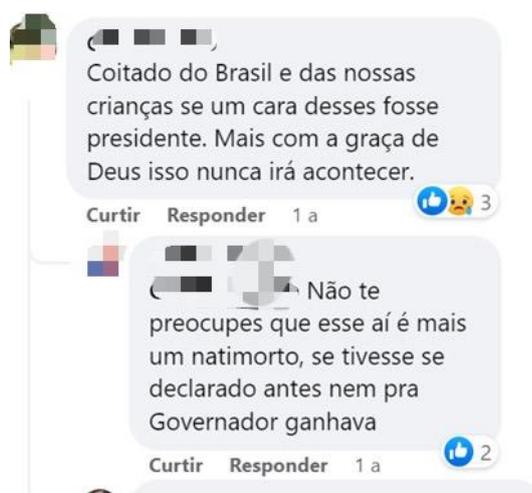
Aspecto considerado interessante a ser mencionado é o de que quando a sexualidade de Eduardo Leite era presumida ser a orientação sexual heterossexual, havia certo respeito por parte de Wagner Luiz, porém, o autor do comentário se sente confortável em afirmar e publicizar sua opinião de que a homossexualidade é a motivação da perda de seu respeito. É possível considerar que o autor faz parte de um grupo de sujeitos, e em um nível macro, de uma sociedade, que estabelece um nível hierárquico entre as orientações sexuais. Algumas são passíveis de respeito e outras não. A partir do comentário, se materializa uma matriz de organização e regramento social que estabelece quais comportamentos sexuais são válidos e respeitáveis, e quais não são válidos, portanto, poderiam ser desrespeitados. Em relação à

E por último, a Notícia 03, utilizada para abordar dados relativos à sua campanha eleitoral de 2018. - G1 RS. Eduardo Leite, do PSDB, é eleito governador do Rio Grande do Sul. 28 out. 2018. 19h 10m. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/eduardo-leite-do-psdb-e-eleito-governador-do-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2023.

notícia 02, a captura de tela 10 traz a mensagem principal na íntegra, considerando que as todas as capturas seguintes trazem comentários realizados em resposta à essa publicação.



Captura de Tela 10: post com uma fala de Eduardo Leite sobre se assumir



Captura de Tela 11: comentário realizado na rede social Facebook

O primeiro comentário recorre ao nome de “Deus” para dizer que ele é o ser divino que impediria Eduardo Leite de ser o presidente do Brasil, o “Brasil” e as “crianças” são seres que merecem o sentimento de “coitado” caso ele viesse a ocupar esse cargo, como algo que deve ser protegido e cuidado de algo que oferece um perigo iminente. A construção da imagem de que homens gays oferecem algum tipo de perigo é a abordada no trabalho de Miskolci (2007)

que considera que essa narrativa também foi construída em torno de judeus e comunistas, na tentativa de associá-los como pessoas que oferecem perigo e que deveriam ser afastados de crianças.

O autor do segundo comentário julga Eduardo Leite como sendo um “natimorto” da política regional ou até mesmo nacional pelo fato de ser um homem gay. O acontecimento se dá especificamente no ano de 2021, momento em que Eduardo Leite intencionava disputar as prévias para ser o candidato à Presidência da República pelo partido do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) no ano seguinte, 2022. A expressão “natimorto” está relacionada com o sentido de nascer morto, ou seja, a partir do Dicionário Online de Português, “que ou aquele que nasce morto”, ou ainda “que está condenado ao insucesso desde seu aparecimento”. Em outro aspecto, o autor do comentário ainda menciona que se caso Eduardo Leite tivesse tornado público que é gay não ganharia as eleições do ano de 2018, ocasião que foi eleito Governador do Rio Grande do Sul pela primeira vez, com 3.128.317 (três milhões cento e vinte oito mil e trezentos e dezessete votos) no segundo turno (G1 RS, 2018).

Guacira Lopes Louro discute as reverberações do que pode acontecer nas situações em que figuras públicas assumem sua sexualidade. Para Louro (2015),

Quando uma figura de destaque assume, publicamente, sua condição de gay ou de lésbica também é frequente que seja vista como protagonizando uma fraude; como se esse sujeito tivesse induzido os demais a um erro, a um engano. A admissão de uma nova identidade sexual ou de uma nova identidade de gênero é considerada uma alteração essencial, uma alteração que atinge a ‘essência’ do sujeito (Louro, 2015, p. 13).

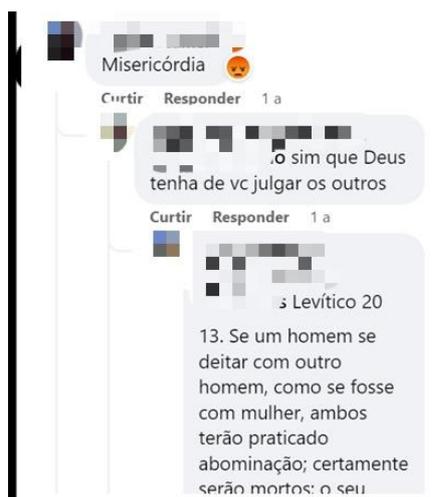
Nesse aspecto, elenca-se que há um procedimento de vigilância dos comportamentos sexuais, das condutas e ações dos indivíduos, que estão constantemente sendo vigiados e regulados a partir do sistema heteronormativo. A premissa básica seria a de que os sujeitos possuem identidade fixa e estável, e que estes deveriam se comportar a partir da filiação à determinado gênero ou orientação sexual, que em geral é presumida. Neste aspecto, a análise destes enunciados remete ao mecanismo de funcionamento do dispositivo de vigilância de gênero e de orientação sexual, que prescreve comportamentos e condutas, determina quais são as possibilidades de existência e de expressão (ou não) destas identidades. Este complexo sistema prescreve, determina, normatiza e educa os corpos a partir de premissas básicas vigentes no interior do dispositivo.

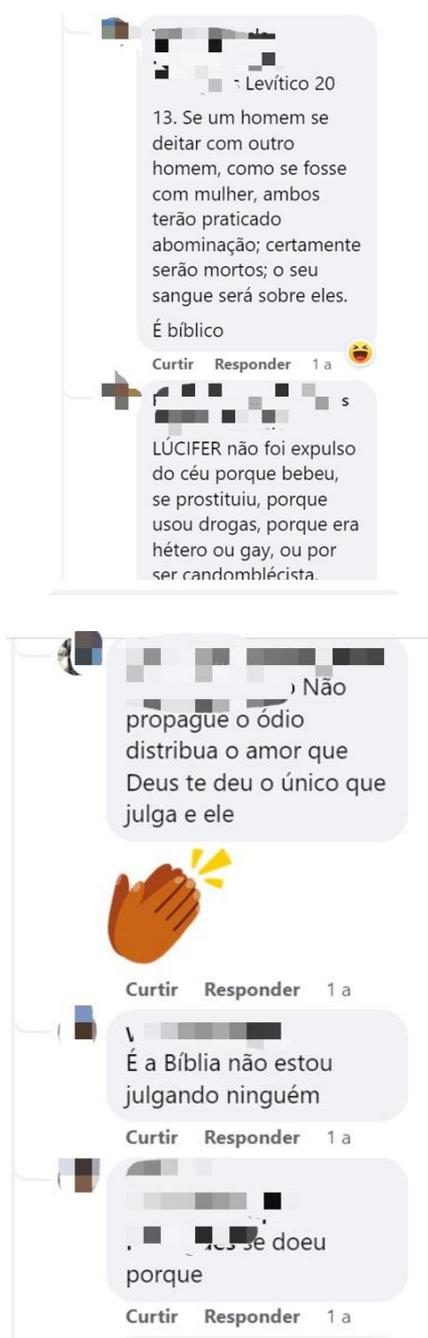
Quando um sujeito tido como homem hétero se revela gay, é como se ele perdesse pontos com a sociedade. Ele é submetido ao dispositivo, que “vigia e pune”, a punição seria a perda do prestígio, ou ainda, a não eleição do Eduardo de Leite por parte da população do Rio

Grande do Sul. Todos os cidadãos compõe a sociedade vigilante, tal como no panóptico, como proposto por Michel Foucault, e estes fazem parte de uma estrutura que vigia e regula os comportamentos. O comportamento do sujeito homoafetivo, mas não só dele, é constantemente regulado, vigiado por esse panorama panóptico da sociedade vigilante.

De igual forma, a ideia de vigilância constante está presente na formação discursiva religiosa, que prevê na figura de Deus, um ser onipresente e onisciente, ou seja, aquele que é capaz **de** acompanhar e vigiar todas as ações e omissões daqueles que os seguem. Há um mecanismo no interior do discurso religioso, que incita seus adeptos a se posicionarem frente os temas e ações dos outros. Neste aspecto, o usuário do Facebook, Cedenir, realiza exatamente o que é esperado do local social e religioso que ele possivelmente ocupa, ou seja, ele é convidado a materializar suas crenças religiosas e as reproduzi-las quantas vezes considerar-se necessário. Há também uma possível relação com a ideia de parresia aqui, tema explorado mais adiante no trabalho.

A seguir, são provocados os funcionamentos de outros comentários que foram publicados e veiculados na rede social Facebook.

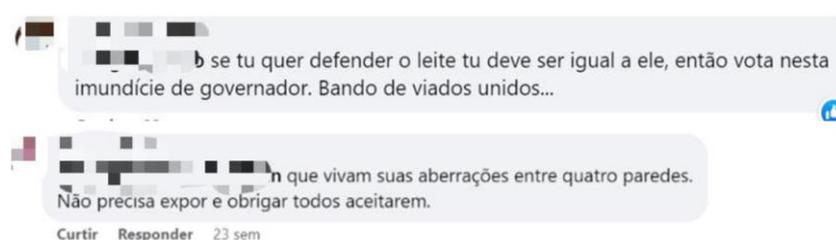




Captura de Tela 12: comentários realizados na rede social Facebook.

Walter Scamelo mobiliza o discurso religioso, e traz especificamente uma citação contida no livro da Bíblia para reiterar e reafirmar seu discurso, neste aspecto, o discurso religioso possui expressivo valor de verdade porque é sempre relacionado não como sendo a verdade dos homens, mas a vontade e a verdade de Deus, portanto seria inquestionável e irrefutável. Pois quem é que gostaria de refutar Deus? E incorrer na possibilidade de perder sua vaga no “céu”. O autor do comentário escreve que: “É a Bíblia não estou julgando ninguém” que serve como argumento de autoridade, neste caso, é uma verdade formulada no interior do

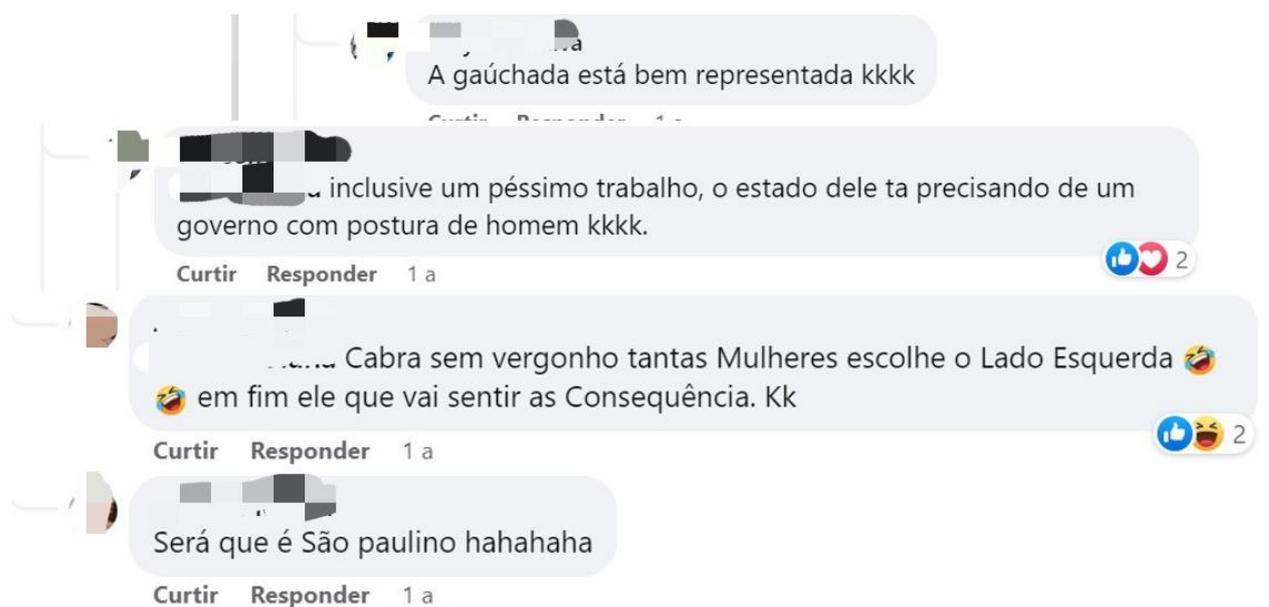
dispositivo religioso que permite o julgamento de homens e mulheres homossexuais. Nesse sentido, o autor do enunciado fala a partir de uma formação discursiva religiosa, sendo subjetivado pelo discurso religioso. A este discurso atribui-se o valor de verdade inquestionável, “se é Deus quem está falando, então não há discussão”, não há contra-argumento, o discurso religioso assume um autoritarismo que não permite diálogo e o espaço para o contraditório.



Captura de Tela 13: continuação dos comentários realizados na rede social Facebook

Na perspectiva dos comentários, seus autores consideram que os sujeitos homossexuais são aberrações, e não devem se expressar publicamente, e nem suas práticas amorosas, afetivas e sexuais devem ser alvo do debate público. Existe também uma ação prepotente em considerar que é necessária uma dada aceitação de outrem para que a homossexualidade tenha existência e possa ser expressada, como se a existência dessa sexualidade específica só ocorresse a partir da aprovação de determinado grupo. Por outro lado, se a sexualidade heterossexual cisgênero foi a sexualidade elevada ao posto de normal, natural e hegemônica é coerente pensar que as outras sexualidades serão julgadas a partir dela, e que, portanto, terão que “obter” sua aprovação. Nesse sentido, a autora do comentário considera que a homossexualidade não precisa ser “exposta” ou fazer com que todos a “aceitem”. O fato de a diversidade sexual estar sendo mais amplamente discutida, debatida e problematizada na sociedade brasileira, senão no mundo, gera o efeito de uma ação inversa, de que grupos contrários a ela, passem também agir com a finalidade de oprimir, marginalizar, invisibilizar e violentar pessoas integrantes desse grupo heterogêneo da diversidade sexual. Ou seja, esses grupos temem que o grupo da diversidade sexual alcance o mesmo regime de igualdade de direitos e deveres que eles possuem acesso historicamente. E por isso, realizem diversas ações no sentido de gerar medo e pânico social, na criação de estereótipos, na associação de sujeitos homossexuais a pedófilos, na circulação de desinformações, para que, por fim, suas ações culminem na produção e reprodução de uma imagem de que essas pessoas são “doentes”, “aberrações”, “estranhas” e “anormais”. Para Borrillo (2016, p. 17), a “homofobia é o medo de que a valorização dessa identidade seja reconhecida; [e que] ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de

ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual”. É exatamente essa hierarquia entre as sexualidades que garante direitos e privilégios ao sistema heterossexual e cisgênero.



Captura de Tela 14: continuação dos comentários realizados na rede social Facebook

É possível estabelecer que os sujeitos autores dos enunciados realizam distintas operações discursivas para expressar o discurso homofóbico, recorrem à enunciados que estão expressos na Bíblia para sustentar o preconceito contra homens gays, utilizando-se até de uma certa impessoalidade – “não sou eu que estou julgando, é a Bíblia”. Há uma associação de gays a “aberrações” e de que estes são “uma vergonha”. Há uma prescrição de que as ações de afeto e carinho não devam ser realizadas em público e que elas não deveriam ser aceitas por todos. Há acusações de que Eduardo Leite fez um uso político do momento de se assumir ou mesmo para receber uma blindagem por ser gay.

O conceito de parrhesia será mobilizado por considerar ser profícuo analisá-lo no interior da teoria discursiva, uma vez que neste gesto de análise, a fala franca possui intrínseca relação com essa expressão livre, praticamente sem filtros. A palavra grega *parrhesia* conceitualizada por Foucault (2010), pode ser compreendida nos seguintes termos:

Essencialmente, não é franqueza, não é liberdade de palavra, mas a técnica – parrhesia é um termo técnico – que permite ao mestre utilizar como convém, nas coisas verdadeiras que ele conhece, o que é útil, o que é eficaz para o trabalho de transformação de seu discípulo. A parrhesia é uma qualidade, ou melhor, uma técnica utilizada na relação entre médico e doente, entre mestre e discípulo: é aquela liberdade de jogo, se quisermos, que faz com que, no campo dos conhecimentos verdadeiros, possamos utilizar aquele que é pertinente para a transformação, para a modificação, a melhoria do sujeito (Foucault, 2010, p. 216).

O discurso apresentado não pode ser artificial ou fingido, deve ser elaborado visando alcançar adeptos. Compreender o discurso no interior do conceito de parrhesia, estabelece que o discurso deve circular e ser proferido com status de verdade. O discurso deve ser elaborado ao ponto de tocar os sujeitos, e que possa ser apropriado pelos sujeitos, tendo estes, sua subjetividade constituída a partir da verdade recém enunciada/proferida, o mecanismo de funcionamento prevê o silêncio de uma das partes, e a enunciação de outra parte, que imputa ao discurso o proferimento da verdade universal. Neste ponto, a maneira e o método com o qual o discurso é elaborado, é escolhido, é repassado, as regras com as quais ele é costurado detém fundamental importância na sua recepção e aceitação como discurso verdadeiro, discurso revelador da verdade, que “desvela a verdade e prescreve” (Foucault, 2010, p. 216).

Avançando na compreensão deste complexo conceito, tem-se que:

Etimologicamente, parrhesia é o fato de tudo dizer (franqueza, abertura de coração, abertura de palavra, abertura de linguagem, liberdade de palavra). [...] É a abertura que faz com que se diga, que faz com que se diga o que se

tem a dizer, com que se diga o que se tem vontade de dizer, com que se diga o que se pensa dever dizer porque é necessário, porque é útil, porque é verdadeiro (Foucault, 2010, p. 327).

A fala franca, pensada como uma virtude e um dever, é também uma técnica. O que demanda uma relação com o outro, e por isso, o termo *parresia*, pode ser visto como uma prática que designava a coragem de verdade. Ou seja, a postura assumida por alguém de falar e expressar algo que é considerado verdadeiro para aquele sujeito ainda que as condições externas sejam desfavoráveis. Se faz pertinente resgatar uma leitura realizada por Oliva (2020), que compreende que a prática da *parresia* no mundo greco-romano pode ser relacionada com os martírios realizados em desfavor de cristãos. As práticas de se confrontar as crenças cristãs, suscitavam, em resposta, um comportamento específico de reafirmação do que era posto em xeque. Ou seja, ainda que cristãos fossem confrontados por alguém hierarquicamente superior a respeito de sua fé, mesmo em um ambiente hostil, nos quais suas crenças e visões religiosas de mundo não eram bem-vindas, o sujeito cristão era subjetivado por práticas que o faziam se sentir detentor de um dever moral de reafirmar a sua crença. O cristão não podia e não devia negar sua fé, pois ele estaria traindo sua crença ou quem a representasse. Não poderia ser dito algo contrário do que ele acreditava. Para este estudioso, o cristão deveria preferir a morte a renegar as suas crenças. Este exemplo tem a intenção de ser didático e pragmático no que se refere a esta complexa relação entre o sujeito e a verdade. É como se houvesse uma relação coerente entre o que se acredita e o que se diz, uma relação intrínseca, não havendo outro modo de apreendê-la. Ou seja, “a *parrhesía* diz tudo [...] a franqueza, a liberdade, a abertura, que fazem com que se diga o que se tem a dizer, da maneira como se tem vontade de dizer, quando se tem vontade de dizer e segundo a forma que se crê ser necessário dizer” (Foucault, 2010, p. 334).

Neste aspecto, é possível compreender um mecanismo de funcionamentos destes enunciados. Os comentários possuem demanda de existência por parte da sociedade, os sujeitos expressam suas crenças e opiniões numa relação em que assumem o dever enunciá-las, de ser fiel ao que eles acreditam ser a verdade. Na relação que o sujeito estabelece com a sua verdade, ainda que essa verdade seja criticada, objeto de xingamento e não seja aceita, por outra parcela da sociedade, é a relação imaginária, que o sujeito estabelece com suas crenças e opiniões, que imputa a ele o dever de expressá-la e enunciá-la a quem possa ler e ouvir. Estas considerações são importantes para entender o mecanismo de funcionamento do discurso homofóbico, que foram explorados no acontecimento 01 e 02. O exemplo utilizado por Oliva (2020) parece poder ser lido de maneira semelhante ao mecanismo que incita os usuários da rede social Facebook e

que se identificam como religiosos, de expressarem e enunciarem suas crenças e opiniões que são fortemente atreladas a uma formação discursiva religiosa.

Neste acontecimento 02, é importante ressaltar que Eduardo Leite ocupa uma posição social de destaque. Suas ações, agenda, viagens e aparições públicas são acompanhadas de perto pela mídia. Ele é um sujeito político que assume um cargo público eletivo, sendo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, ele está na posição de gestor e administrador, utilizando-se do léxico mais contemporâneo, mas que é também quem cuida (ou deveria) do Estado, da cidade e da pólis. O discurso homofóbico destinado a ele está mais relacionado com suas práticas afetivas e amorosas do que com sua capacidade ou incapacidade em desempenhar sua função. Neste caso, é pura e simplesmente homofobia por homofobia, que em uma análise inicial, poderia soar que seria despropositada e sem objetivo, mas todo enunciado possui uma função estratégica, funciona como uma resposta a outro enunciado ou outro discurso.

Na ocasião em que Eduardo Leite expõe sua sexualidade, é possível remeter sua ação à uma fala franca, que fala abertamente, sem máscaras, mas a ele não é permitido se assumir, ele sofre xingamentos porque fala francamente e se assume, a sociedade aceita a máscara, a mentira, a não-verdade, justamente por talvez ser mais confortável lidar com algo que é incerto do que com a verdade dele ser um homem gay em um cargo público e que detém funções de poder.

Considero importante dar o devido destaque para o uso de expressões como “normalizar” no acontecimento 01, e “abominação” ainda no acontecimento 01, e “aberração” no acontecimento 02, realizando uma leitura que necessariamente dialoga e mobiliza parte da história. Foucault, na leitura de Salztrager (2021, p. 81), foi quem responsabilizou “médicos, psiquiatras, neurologistas, psicólogos e pedagogos pela estranha e polêmica divisão entre uma sexualidade normal e outras desviantes, com a homossexualidade – é claro – situada no campo das segundas”. É bem verdade que as classificações tidas como “normal”, “anormal”, “desviante” e “perversa” se dão no interior de um poder disciplinar que perpassou toda a sociedade europeia nos séculos XVIII e XIX, atingindo diversos ramos da sociedade. Na área da sexualidade, à época, a ciência incumbiu-se de estudar, investigar e categorizar os instintos sexuais. Nesse ínterim, os sujeitos homossexuais são classificados.

Com efeito, para alguns médicos e cientistas de então, o instinto sexual – ao contrário dos demais instintos – se caracterizava por sua demasiada rebeldia e, portanto, por sua própria natureza, recorrentemente extravasava os limites do funcionamento normal. Assim, por um dinamismo que lhe é próprio, bem como por sua fragilidade ou intensidade, este instinto estaria sujeito a toda uma série de aberrações e anomalias. Estas, portanto, se atrelavam à própria

natureza da sexualidade humana e, dentro de seu vasto campo, os médicos incluíram, ao lado dos homossexuais, sujeitos cujos desejos simplesmente extrapolavam uma finalidade genital – como os sádicos, os masoquistas, os exibicionistas e os voyeuristas – até os dotados de taras um tanto quanto curiosas e mesmo criminosas: incluem-se aí, por exemplo, os necrófilos, os pedófilos e os assassinos por luxúria. Enfim, todos estes colocados dentro da mesma categoria: a dos “anormais” (Salztrager, 2021, p. 84).

O poder disciplinar produz os sujeitos mais do que os reprime, a ciência, através das diversas disciplinas do conhecimento, produz as categorias dos anormais e dos desviantes, sendo o homossexual um deles, aos quais foram submetidos aos dispositivos de identificação e vigilância de seus corpos, uma vez que havia espaço para uma inteligibilidade, um olhar médico, que deteria mais “racionalidade” do que era que tornava os sujeitos homossexuais, homossexuais. Essa vontade de saber está diretamente relacionada com o Dispositivo de Sexualidade, amplamente estudado por Foucault (2020). Os homossexuais integraram um aparato de normalização que primeiro os isolam de um todo, e depois são distinguidos como os ‘anormais’.

Em Rodrigues (2019) pensando no contexto mais específico do Brasil, é possível considerar que “dada a incorporação da ideia de anormalidade, incutida pelo discurso hegemônico judaico-cristão por séculos” (Rodrigues, 2019, p. 449), e que é possível somar com o que foi feito pela ciência, enfatiza-se que havia grande dificuldade de se avançar nas discussões acerca da diversidade sexual e que também atrasou o processo de reivindicação de direitos e de tratamento igualitário. Essa assimilação do discurso hegemônico subjetiva sujeitos, formam-se noções e discursos prévios acerca do sujeito homossexual, fornece conseqüentemente, suas experiências acerca da sexualidade e visão de mundo. Porém, havia na pauta de objetivos da militância e dos grupos coletivos, no final da década de 1970 e início de 1980, uma busca pela construção de espaços de integração e provimentos de referenciais identitários positivos. Havia também uma ausência de experiência prévia da maioria e a falta de costume em perceber e expressar os próprios sentimentos, o discurso hegemônico que propunha que homens e mulheres homossexuais são anormais, pecadores e abomináveis, além de afetar pessoalmente cada sujeito, impossibilitou, inicialmente, o avanço da pauta e da organização de grupos e coletivos.

Em outra leitura, com viés também histórico, Jean-Jacques Courtine, na obra “Decifrar o corpo: pensar com Foucault”, lançado em 2013 no Brasil, realiza um resgate de como sujeitos considerados anormais eram exibidos e explorados em praça pública. Este estudo de Courtine contribui para a compreensão das diferentes perspectivas nas quais os corpos eram concebidos, e as movências no modo de analisá-los e compreendê-los. Para Courtine (2013) a história dos

corpos é indissociável da história dos olhares que analisam, detalham e os perscrutam. O corpo como um objeto teórico de investigação passou a ser considerado como tal nas décadas de 1960 e 1970 pela grande área das ciências humanas. O autor aponta que as contribuições de Michel Foucault foram cruciais para que o corpo passasse a ser pensando também como um objeto de estudo nas humanidades.

Nesse sentido, Courtine (2013) auxilia-nos na compreensão dos meandros que estão em torno da exposição pública de corpos tidos como anormais. O autor cita por exemplo, o caso de Marc Cazotte, que podia ser contemplado em agosto de 1752 em uma feira de Saint-Laurent, o sujeito sem braços e sem pernas ficava em uma cabana de uma feira que era realizada no local. Para este autor, este emblemático sujeito teria “um nascimento provavelmente situado sob o signo do prodígio ou do pecado, uma infância propagandeada em feiras e mercados, uma idade adulta passada a divertir os transeuntes nas praças públicas, uma morte imediatamente confiscada pela medicina” (Courtine, 2013, p. 81-82).

O autor traz descrições que narram um período de apreciação e contemplação de sujeitos disformes que eram expostos em grandes feiras e mercados abertos. Havia espaço para a curiosidade ser sentida e vivenciada pelas performances realizadas por estes “monstros”, que se tratava de pessoas com deformidades físicas, desde irmãs siamesas, ou irmãs que nasciam grudadas pelos rins a pessoas muito pequenas ou extremamente grandes. Os nascimentos de corpos monstruosos e a posterior teatralização nas feiras que tiveram seu auge no período compreendido entre 1650 e 1750, a performance desses sujeitos consistia na utilização das suas características físicas com o apoio de trajes e habilidades específicas que visavam atrair, encantar e surpreender o público. Essas feiras eram compostas com diferentes atrações, com malabaristas de cordas, marionetistas, apresentadores de animais selvagem e as curiosidades humanas. As aglomerações de ordem religiosa ou comercial eram o cerne da diversão popular, e foi deste mesmo modo, que as exposições ganharam espaço na sociedade. Porém, segundo Courtine (2013), a monstruosidade como espetáculo foi desvinculando do universo religioso de milagres e de piedade, de um furor divino ou manifestação diabólica para encontrar espaço como atração na esfera da diversão, e posteriormente, nos teatros populares. A construção de espetáculos de apreciação e exposição dessas pessoas que possuíam anomalias anatômicas constituía um verdadeiro comércio popular, que era considerado ambulante, ocasional e disperso. Esquinas, praças e aglomerações festivas eram o palco da apreciação, e a depender do interesse dos príncipes, faziam levar essas pessoas em domicílio, numa espécie de observação particular. Havia, então, uma prática social de exibição das anomalias que entretinha toda uma população, que arrastava multidões de pessoas que buscavam sanar sua curiosidade em torno

da exposição de corpos monstruosos ou disformes, essa prática escalonava nas ocasiões de monstros recém-chegados, e que, portanto, eram seriam a novidade da cidade.

Porém, essa curiosidade incentivada passou a perder sua inocência e entrou no plano das objeções morais. Para Courtine (2013), “algumas curiosidades vão tornar-se doentias, algumas atrações suspeitas, alguns olhares indecentes” (p. 82-83). Tem-se então, o resultado de um processo lento de extinção “de formas extremamente antigas de curiosidade pela exibição pública dos monstros humanos” (Courtine, 2013, p. 83). A história dos anormais poderia ser condensada nas etapas que ocorriam na vida de um sujeito anormal, sendo a religião, a feira e posteriormente a ciência, os dispositivos que se ocuparam em conceber e entender os anormais. Porém, o autor especifica que houve um período que apenas reinava a curiosidade, sem tanto apelo para as questões em torno da origem científica das deformidades, ou ainda das respostas prontas que encontravam nas justificativas divinas ou diabólicas a origem desses anormais expostos ao público.

Estes corpos dos sujeitos anormais fascinam, seduzem, divertem e estarrecem. Courtine (2013) traz exemplos de dois irmãos ligados pelo tronco, de um “homem-elefante”, “menina-macaca da Albânia” que apontam a realização da exposição pública pessoas com disposições anatômicas excêntricas, mas que para o autor parece haver um sentido de que a prática remete somente um passado distante, longínquo, e que não mais aconteceria na contemporaneidade. Porém, os exemplos supracitados especificamente ocorreram por volta de 1880 em Paris, quando ocorre o auge das exposições. O olhar era banal e curioso, um entra e sai rápido no gesto que sanará a curiosidade, sem muita complexidade ou discussão, a curiosidade é o norte que direciona o olhar para monstruosidades do corpo, mutilações e deformidades. Este olhar será transformado, da curiosidade do olhar da feira para um olhar de “observação médica” (Courtine, 2013, p. 129). Ou seja, ocorre um processo de racionalização e medicalização do olhar sobre o corpo dos anormais, desenvolve-se um olhar que projeta uma sensibilidade e empatia para esse sujeito anormal. Em torno de 1930 e 1940, a prática da exposição dos anormais não tem mais espaço na sociedade com os desenvolvimentos que ocorrem no sentido de perceber estes sujeitos como requerentes de serviços médicos e sociais que pudessem contribuir para diminuir o que os afastaram da condição de igualdade dos sujeitos normais.

A ideia de acontecimentalização aliada a perspectiva de história sob a ótica foucaultiana permite romper com as continuidades, com a constante histórica, e permite perceber as continuidades e regularidades enunciativas. Nesta análise, ao considerar a história como uma folha A4, em que o lado A é o presente e o lado B é o passado, ao realizar um furo com a utilização de uma caneta, seria possível fazer um buraco no qual alguns elementos linguísticos

presentes em A poderiam se transportar para o lado B (e vice-versa), possibilitando um retorno ao passado ou um avanço para o futuro. Nesse teletransporte ou nesse buraco negro, apareceriam as terminologias e construções linguísticas iguais em dois momentos diferentes da história, no lado A e B, porém com um salto temporal de pelo menos 150 anos. A analogia permite sintetizar parte da análise realizada, há construções linguísticas materializadas nos comentários analisados que se aproximam bastante do tratamento destinado aos sujeitos homossexuais realizados em meados de 1870. Obviamente, a perspectiva discursiva concebe que seriam enunciados diferentes, com funcionamentos estratégicos distintos, ainda que sejam frases e comentários iguais, pois o enunciado requer a consideração das condições históricas de possibilidade do discurso, o sujeito enunciativo, o momento sócio-histórico.

A partir destas leituras, é possível compreender um pouco mais os funcionamentos destes enunciados mobilizados pelos usuários da internet. Os enunciados que colocam os sujeitos homossexuais como “anormais”, “aberrações”, “ridículos” não são novos e não foram criados do nada, mas se somam e se reforçam para produzir e reproduzir um discurso homofóbico mobilizado a partir de diferentes dispositivos, que destilam preconceito e ódio em desfavor das pessoas que ocupam lugares da sexualidade consideradas “desviantes”. Os enunciados analisados, vistos como núcleos dos discursos homofóbicos, são formulados a partir do que foi dito há décadas. Neste aspecto, considerando que o discurso é controlado por regras sociais e culturais, que perpassa por instituições e dispositivos, o discurso homofóbico em específico, foi muito bem-vindo e aceito em determinada época, na qual diversos aparatos de saber e poder interrelacionados reforçavam-se mutuamente para a produção de estratégias e mecanismos que destinavam à sexualidade desviante a margem, a região periférica, a violência, a negação de direitos, a patologização e a criminalização.

Em algumas situações de homofobia, ainda existem leituras que consideram que os sujeitos agentes da violência são apenas pessoas que possuem sua sexualidade reprimida, e que por isso disseminam homofobia como uma forma de insatisfação consigo mesmo. Ainda que estes casos existam, a aplicação dessa compreensão para todas as situações de homofobia, é por si só uma análise limitada do fenômeno de violência homofóbica. Essa perspectiva coloca, conseqüentemente, as vítimas e os culpados em um mesmo grupo, porque este culpado, em alguma medida também seria vítima reprodutora do ódio que aprendeu a nutrir por si e pelos outros. O desejo reprimido seria, neste caso, a fonte da violência e não todo aspecto político, social, cultural e religioso que estão ligados a produção e reprodução do ódio, da violência e preconceito que ocorrem nas e pelas relações de saber e poder.

No que se refere a posição-sujeito que os autores dos comentários ocupam, não se teve a intenção de buscar quais são as posições sociais e marcadores que as identificam, em uma análise rigorosa de seus perfis. Neste ponto, as formações discursivas marcam o lugar ocupado pelo sujeito que enunciou determinada construção linguística-verbal-discursiva, pois ele ou ela falam de um lugar, marcam suas posições discursivas no que se refere aos lugares possíveis de serem ocupados socialmente. O conceito de FD permite considerar que os objetos e temas são constituídos previamente no interior e partir de uma dada formação, segundo suas regras internas.

No que se refere as práticas homofóbicas, faz-se necessário, dentro da perspectiva de análise discursiva, pensar quais são as condições primeiras de emergência do discurso, uma vez que se assume, neste olhar, que o discurso não tem em si, uma origem e um fim, mas é possível analisar e descrever as condições singulares de sua existência a partir da sua materialidade. Perspectiva essa assumida no interior dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que Pedro Navarro, considera: “analisar um discurso é fazer aparecer um conjunto de regras próprias a uma prática discursiva, sem a tarefa de encontrar as origens dos discursos, mas os começos possíveis de serem demarcados” (Navarro, 2020, p. 14).

A partir de Foucault (2020b), é possível apontar que já havia práticas depreciativas e desqualificadoras em relação aos homens que assumiam determinadas características que eram consideradas ‘femininas’ descritas e representadas na literatura greco-romana da época imperial. Obviamente, não se seria profícuo pensar essas ações em termos de homofobia, por considerar as condições em que essas práticas são elaboradas e gestadas por dispositivos e instituições, de modo mais preciso e apurado em torno do século XIX, segundo Foucault (2020b). Porém, em se tratando da sociedade grega, para Daniel Borrillo (2016), as relações sexuais entre homens possuíam uma função iniciática da vida do homem adolescente, e tinham reconhecimento social. No que se refere a sociedade romana, Borrillo (2016) pontua que a homossexualidade era aceita segundo certas normas, como a de não afastar o cidadão de seus deveres sociais, ter a classe social como modular para a escolha de com que ter relações sexuais não sendo validado, na época, a relação com homens de estrato inferior, porém, a concepção de homossexualidade previa que o cidadão romano deveria se tornar aquele que zela por interesses econômicos e da linhagem, então, para Borrillo (2016), é como se apenas uma ‘bissexualidade’ fosse bem vista e aceita em Roma. Para esse autor, foi o cristianismo herdeiro da tradição judaica, que, ao elevar a heterossexualidade ao status de único comportamento qualificado como natural, normal, e até divino, que fez com que o cristianismo inaugurasse “no Ocidente, uma época de homofobia, totalmente nova, que ainda não havia sido praticada por outra

civilização (Borrillo, 2016, p. 47-48). Neste aspecto, o dispositivo da religião é precursor no que se refere à condenação de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Na contemporaneidade, é possível apontar a existência de membros religiosos ou que se intitulam religiosos que fazem parte desse processo manter e disseminar o discurso homofóbico, e, portanto, reproduzem e autorizam esses tipos de enunciados que foram analisados. A maior parcela dos comentários analisados remete-se ao discurso religioso. E outros, é possível apontar como termos e expressões que foram utilizados por médicos que tentavam compreender a ‘homossexualidade’, e em geral, os termos eram utilizados de maneira pejorativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, que se soma a outras discussões realizadas em nível acadêmico, é possível afirmar que a homofobia é um tema complexo e multifacetado. Considerando que o trabalho objetivou fazer uma análise discursiva de opiniões, crenças, visões de mundo e perspectivas que foram materializadas em comentários expressos no ambiente virtual, é necessário compreender que os sujeitos tomam como verdade o que expressam linguisticamente, e que isto faz parte de seus processos de subjetivação, ou seja, se referem a processos íntimos e sensíveis. A depender dos processos sociais e políticos, a temática vem à tona para ser discutida, o que deveria ocorrer de maneira séria e aprofundada, e na maioria das vezes ocorre de forma inadequada. É possível destacar que a homofobia ainda é presente na sociedade brasileira, e que quando se discute diversidade sexual ou índices de violência, ela se faz presente. A internet é um local de materialização e expressão dos discursos, e não se objetivou percebê-la apenas como uma extensão da realidade, considerando que é também por estes locais que os sujeitos podem se constituir e que podem acessar informação e conhecimento, mas também, preconceito e discursos que visam deslegitimar e subalternizar minorias sociais.

Necessária discussão está relacionada com a regulamentação das plataformas digitais, das características desse ambiente, e dos processos e modos de funcionamento que impulsionam ou enfraquecem os assuntos e temas pautados por ele. A homofobia tem sido materializada por um conjunto de discursos que, apesar de dispersos, e de não serem objetivamente interrelacionados, a análise do funcionamento desse sistema pode ser pautada pela forma como se exerce conjuntamente ou de maneira isolada, a depender dos objetivos e os métodos de análise. A análise dos comentários que embasam o discurso homofóbico, ação eleita como uma das norteadoras deste trabalho, assume um olhar de que a homofobia não procede de uma única instituição ou de um único dispositivo, e por este motivo é possível apontar seu carácter difuso e complexo, mas que parece se reforçar a partir de diferentes relações de saber e poder, e que a partir, podem ser mobilizados por um único sujeito, considerando que este é constituído por diferentes discursos.

Portanto, considerando as análises realizadas, aponta-se o discurso religioso cristão como um dos veiculadores e disseminadores da homofobia, sendo, na perspectiva adotada, uma ação realizada secularmente. Considerando os mecanismos discursivos utilizados no embasamento da homofobia, há termos e expressões que são diretamente ligadas aos modos e tratamentos dados no interior de uma incipiente teoria científica que visava investigar a sexualidade.

Considero pertinente enfatizar que, na atualidade, é pouco provável que a homofobia encontre respaldo no discurso jurídico e científico. Não nos entendimentos, conhecimentos e práticas produzidas no século XXI e que estão vigentes, talvez, ainda encontre nas que foram produzidas anteriormente, ou seja, do que fora produzido no passado. Porém, em alguma medida, apesar de existir uma sensação tranquilizadora provinda da sentença anterior, é possível discutir a característica de reatualização dos discursos, e na produção de noções, pressupostos e pseudo-saberes que estão envoltos por determinados interesses, que podem não ser novos, mas que podem ser alçados e ressignificados a depender daqueles que se interessam por relegar a diversidade sexual à margem.

Na parte introdutória deste trabalho, menciono, que dentre outros objetivos, ele tinha o intuito de “contribuir, minimamente, no processo que visa alcançar a desnaturalização da homofobia”, e considero que parte da compreensão do mecanismo de violência homofóbica se dá em entender que essa violência é uma construção, que é uma produção, e que é a partir das relações de saber, das relações de poder, que noções, crenças, opiniões, conhecimentos e desconhecimentos dão sustentação e validação para as violências fóbicas. Em nível de análise histórica, é possível apontar diferentes tratamentos dados às práticas sexuais homossexuais.

Em outro aspecto, considerando o objetivo específico de promover uma reflexão sobre as condições de possibilidade do discurso homofóbico, é necessário pontuar que houve condições de possibilidade para a construção de práticas discursivas homofóbicas e de que houve uma vontade de que elas existissem e se perpetuassem. As práticas homofóbicas podem ser vistas tendo objetivos determinados, com fins específicos, elas possuem estratégias e modos de funcionamentos que necessitam de manutenção e disseminação. Parte dos mecanismos deste sistema está na desumanização do outro, é com esse objetivo que os enunciados são construídos, reforçando qual sexualidade é válida e qual deve estar à margem. Para isso, não apresentam necessariamente, algo de novo, mas recorrem ao discurso religioso e patológico como fonte de sustentação argumentativa/discursiva para expressar a homofobia.

Considerando as condições geográficas, históricas e temporais de realização da pesquisa, não é possível chegar perto de uma seção intitulada “considerações finais” próspera, sem mencionar e apontar para o período de silenciamento e de perseguição política, ocorridas no Brasil nos últimos anos. Nesse aspecto, a luta por justiça social realiza-se, em parte, nas ações de problematizar discursos fóbicos e opressores, as falas simplificadas e reducionistas acerca de temas complexos devem ser expostas ao contraditório e colocadas em situação de análise e de problematização.

As ações e movimentos que promovem a valorização da diversidade sexual e a percebe em tons positivos são pensados como força motriz que atua na manutenção de políticas públicas, da atuação de movimentos sociais e organizações não governamentais, e da aplicação da legislação e de entendimentos jurídicos, que podem ainda, se estender a campanhas e publicidades relativas à diversidade sexual. Considerando o cenário atual, em que o estatuto jurídico-científico não mais criminaliza e patologiza determinadas sexualidades, faz restar pouquíssimos argumentos ou possibilidades discursivas para serem utilizadas nas ações homofóbicas, porém não é possível invalidar a possibilidade de readequação/reatualização do discurso homofóbico. As tentativas de censura, de repressão e de opressão que visam, por fim, invalidar e invisibilizar as sexualidades dissidentes também podem ser inovadoras e criacionistas. As análises realizadas não pretendem encerrar ou elencar a perspectiva apresentada como sendo a única válida, pelo contrário, pretende contribuir com as discussões e ampliá-las, à medida que os fenômenos, a sociedade, e os sistemas complexificam-se.

Considero importante retomar as considerações de Daniel Borrillo (2016) no que se refere ao entendimento de que a homofobia é um medo de que a sexualidade homossexual seja validada e reconhecida, e é também uma angústia de se ver desaparecer a fronteira e a hierarquia montada socialmente cujo topo é ocupado pela sexualidade heterossexual.

Em relação a sexualidade, é possível e talvez necessário, lembrar que, a partir dos interesses e objetivos daqueles que ocupam as posições mais altas de poder na sociedade, a sexualidade será regulada, gestada e questionada, e se for possível, segundo as condições de possibilidade, confinada novamente ao armário, no espaço privado, considerando que o que está consolidado e posto não necessariamente é algo fixo e permanente.

Conforme as urgências, interesses e objetivos dos Estados e de outras instituições, o sexo será analisado, investigado e inquerido, pois essa produção discursiva não segue um curso, de modo linear e que caminha para o desenvolvimento progressivo, mas é regido e orientado por interesses, instituições e grupos de pessoas. A partir do entendimento de que a sexualidade é gestada e regulada, por um conjunto de saberes, normativas, valores, regras sociais, culturais e religiosas, rompe-se ou soma-se com a perspectiva natural, biológica relativo a cada corpo/pessoa, mas pensa-se em produção e destinação dada culturalmente ou socialmente. Ou seja, o futuro não necessariamente trará um maior leque de direitos e liberdades, ao não ser que, coletivamente, se caminhe para isso, a partir das resistências e micropoderes.

Os enunciados analisados podem ser vistos, em alguma medida, como uma simples reprodução dos discursos homofóbicos existentes há décadas, com a reatualização de que ele está expresso em um ambiente virtual, notadamente nas redes sociais, que são altamente

vigiadas e expostas. Os sistemas de opressão se realizam e se materializam por ações reiteradas e cotidianas, nesse sentido sua reprodução e inovação é justamente um mecanismo de sobrevivência do sistema. O gesto novo talvez esteja em problematizá-los e considerá-los como enunciações não mais aceitáveis na sociedade. Ponto extremamente conflituoso, sem dúvida, é a falta de moderação dos comentários que atacam os direitos humanos e que expressem discursos de ódio às minorias, que estão acessíveis a centenas e milhares de pessoas.

No processo de naturalização de falas, piadas e deboches convive-se com noções e crenças que possuem viés homofóbico, machista e misógino que ao não serem confrontados acabam ganhando espaço e assumindo um status de verdade, neste aspecto os discursos homofóbicos possuem funções estratégicas de formar e deformar a imagem de sujeitos homossexuais de forma que bem lhe agradam.

A sexualidade das pessoas que não estão conforme à sexualidade hegemônica, e que, portanto, não foi eleita como socialmente válida constitui-se de elementos dispersos historicamente. Sobre essa sexualidade atuaram o discurso científico, jurídico e religioso. Nesse aspecto, o sujeito homossexual constituiu-se a partir e no entrecruzamento de diferentes lugares, houve historicamente, um momento em que esses discursos se reforçaram e entoaram unissonamente: doente, criminoso e pecador. Diferentes dispositivos e instituições, a partir de diferentes discursos e mecanismos, ocuparam-se da função de a respeito do homossexual falar. Os discursos, vistos como práticas cotidianas e reiteradas, formam o objeto de que falam. Neste sentido, uma mobilização de contradiscurso e de resistência se faz ainda, e acredito que, por muito mais tempo, necessário, para combater os discursos discriminatórios e preconceituosos. Em certa medida, na contemporaneidade, estes sujeitos considerados, há muito, como “desviantes”, possuem sua subjetividade constituída em um limiar de acontecimentos e dos enunciados que deles falam. Se por um lado, as ações homofóbicas são cotidianas, estes indivíduos possuem direitos e deveres ao quais podem recorrer caso considerem necessários. Neste aspecto, no entremeio de uma nova normativa jurídica, um novo entendimento científico, uma fala religiosa homofóbica, pessoas que pertencem ao grupo da diversidade sexual estão constantemente envoltas em relações de saber e de poder. Segundo o que postula Foucault (2014, p. 250), “somos inexplicavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito há séculos, meses, semanas...”.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Fabrício Pupo.; DUQUE, Tiago. Agência, gênero e sexualidade dissidentes na escola: experiências de jovens e professores/as em mato grosso do sul. **Revista Debates Insubmissos**, 3 (11), 272–294. <https://doi.org/10.32359/debin2020.v3.n11.p272-294>.
- BALESTERO, Gabriela Soares.; BAHIA, Alexandre Melo Franco de Moraes. Minorias sexuais e homofobia no direito brasileiro: breves delineamentos constitucionais. **Revista Videre**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 148–176, 2018. DOI: 10.30612/videre.v10i19.6829. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/6829>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, 279 p.
- BASSO, Julia de Souza Lopes. Manual de orientações sobre gênero e diversidade sexual / Julia de Souza Lopes Basso. – Cacoal: IFRO, 2020. 51 p.; Il.
- BÍBLIA católica online. Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2023
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. 1ª ed. 3ª reimp. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. 141 p.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15ª ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BRASIL. Governo Federal – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tabelas e área do conhecimento/avaliação. Publicado em 19 set. 2020, atualizado em 24 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 20 set. 2023.
- CARNEIRO, N. S. **Homossexualidades**: Uma Psicologia entre o ser, pertencer e participar. Porto: Livpsic, 2009.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Muller Xavier. – 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- COELHO, Gabriela. **Supremo Aprova equiparação de homofobia ao crime de racismo**. Consultor Jurídico. 13 jun 2019, 19h30m. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-13/stf-reconhece-criminalizacao-homofobia-lei-racismo>. Acesso em: 06 dez. 2022.
- COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados, mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: Edufes, p. 171-183, 2014.
- COSTA, Ângelo Brandelli.; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e Preconceito contra Diversidade Sexual: Debate Conceitual. **Temas em Psicologia**. 2015, Vol. 23, nº 3, 715-726 DOI: 10.9788/TP2015.3-15.
- COURTINE, Jean-Jacques. Decifrar o corpo: pensar com Foucault. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DENÚNCIAS contra homofobia na internet crescem 106% nos primeiros seis meses de 2021. (2021a) Jornal Nacional – **G1**. 17 jun. 2021. 21h26m. Economia - Tecnologia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/06/17/denuncias-contrahomofobia-nainternet-crescem-106percent-nos-primeiros-seis-meses-de-2021.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2022.

DICIONÁRIO. Dicionário Online de Português, definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/corrigir/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e Sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, Magno. Casal gay é atacado por ensaio com camisa do Clube Remo. Esporte – Pará. 30/01/2023. Disponível em: <https://dol.com.br/esporte/esporte-para/793434/casal-gay-e-atacado-por-ensaio-com-camisa-do-clube-do-remo?fbclid=IwAR2IMHDOqP-39Y0SKOyv0L1nDcUaJTRDF0bqK4oNIPhI4XZAwBollqJVD0A>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 20 jan. 2023

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24ª ed. RJ-RJ: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. **O governo de si e o governo dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** - aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**. (R. Abílio, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 8ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRANÇA, Thiago Alves. **Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaços do Facebook: uma leitura discursiva**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós - Graduação em Letras. Recife, 2019.

GATO, Jorge; CARNEIRO, Nuno Santos; FONTAINE, Anne Marie. **Contributo para uma revisitação histórica e crítica do preconceito contra as pessoas não heterossexuais**. Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política, 1, p. 139-167, 2011.

GONZALEZ, Mariana. **Brasil tem 4 casos de LGBTfobia por dia, dado é subnotificado, diz advogada**. UOL. Diversidade. 15 jul. 2021 – 10h. São Paulo. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/07/15/lgbtfobia-cresce-20-no-brasil-numero-ainda-e-subnotificado-diz-advogada.htm>. Acesso em: 13 jan. 2022.

G1 RS. Eduardo Leite, do PSDB, é eleito governador do Rio Grande do Sul. 28 out. 2018. 19h 10m. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/eduardo-leite-do-psdb-e-eleito-governador-do-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

HOMOFOBIA: entenda as situações que configuram crime e quais são as penas. (2021b). Política. G1. 30 set. 2021. 15h46m. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/30/homofobia-entenda-situacoes-que-configuram-crime-e-quais-as-penas.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Bagoas: Revista de Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 1, n. 01, p. 01-22, 2007.

KITZINGER, C. The social construction of lesbianism. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 3ª ed. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 176p.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e interseções. **Letra Magna** - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Letra Magna, Ano 5, n. 11, 2º semestre de 2009. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2020

MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social** – reflexões sobre o casamento gay. Cadernos pagu (28), janeiro-junho de 2007. p.101-128.

NAVARRO, Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **MOARA** – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN:

0104-0944, [S.l.], v. 1, n. 57, p. 08-33, dez. 2020. ISSN 0104-0944. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682>. Acesso em: 10 jan. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i57.9682>.

NAVARRO, Pedro.; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Por uma Arqueogenealogia dos Estudos Discursivos Foucaultianos no Brasil - Cartografias: Entrevista com Maria do Rosario Gregolin. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 20–40, 2022. DOI: 10.18309/ranpoll.v53i2.1777. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1777>. Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVA, Alfredo. Foucault – a coragem de verdade. 10m38s - Plataforma do Youtube – 24 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eQALEs-OtrM>. Acesso em: 13 set. 2023.

PADILHA, Alexandre. **Emoji**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/emoji/>. Acesso em: 25 maio 2024.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Homofobia – Muitos fenômenos sob o mesmo nome. In: BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. 1ª ed. 3ª reimp. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. 141 p.

QUEMEL, Eduardo. Casal gay faz ensaio fotográfico com camisa do Remo e é alvo de homofobia: “Ficaram brincando com a nossa imagem”. GE-Esportes. Belém – Pará. 30/01/2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/pa/futebol/noticia/2023/01/30/casal-gay-faz-ensaio-fotografico-com-camisa-do-remo-e-e-alvo-de-homofobia-ficaram-brincando-com-a-nossa-imagem.ghtml>. Acesso em: 01 fev. 2023.

REIS, A. L. M. dos. Avanços e Desafios para os Direitos Humanos das Pessoas LGBT. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). **Minorias Sexuais: direitos e preconceitos**. Brasília: Consulex, 2012. p. 55-68.

REVEL, Judith, Michel Foucault: conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. - São Carlos: Claraluz, 2005.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: Alexsandro Rodrigues; Catarina Dallapicula; Sérgio Rodrigo da S. Ferreira. (Org.). **Transposições** - lugares e fronteiras em sexualidade e educação. 1ed. Vitória: EDUFES, 2014, v. 1, p. 229-268.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Verbetes “LGBT”. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio; (orgs.) **Dicionário crítico de gênero**. 2. Ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

SALZTRAGER, R. O homossexual disciplinado e suas verdades (The disciplined homosexual and his truths). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 79-94, 2021. DOI: 10.22481/el.v19i1.9152. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/9152>. Acesso em: 2 out. 2023.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: SOUSA, Katia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires da. (Orgs). **Dispositivos**

de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade / Organização de Kátia Menezes de Sousa e Humberto Pires da Paixão. - São Paulo: Intermeios, Goiania: UFC, 2015.

SCHAFER, Gilberto.; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo.; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos.; **Discurso de ódio:** da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. RIL Brasília. v. 52, n. 207, p. 143-158, jul./set. 2015.

SILVA, Adriano da. **Homofobia e Internet:** Identificação de expressões de violência homofóbica em comunidades virtuais. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Daniel Thiago Freire da. **Homossexualidade em discurso:** materializações discursivas da homofobia no Facebook. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2018.

SILVA, Lawerton Braga da. **Redes de ódio:** um estudo sobre a homofobia no Facebook. Orientadora: Profª Drª Renata Lira dos Santos Aléssio. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife, 2018.

SILVA, Lucas Souza da. **Discurso de ódio homofóbico no facebook:** uma análise dos comentários das publicações de notícias nos ciberjornais de campo grande - ms. Dissertação de mestrado. Campo Grande, MS: UFMS, 2021.

SOUZA, Vanessa Cristina Rego; PEREIRA, Paulo Celso. **Homofobia:** manifestações implícitas e explícitas de preconceito e discriminação. 2013.

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT. Mato Grosso do Sul. Carteira de Identificação por Nome Social (CNS). (202-?) Disponível em: [https://www.cidadanialgbt.ms.gov.br/?page_id=27#:~:text=Nome%20social%20%C3%A9%20o%20nome,a%20sua%20identidade%20de%20g%C3%AAnero](https://www.cidadanialgbt.ms.gov.br/?page_id=27#:~:text=Nome%20social%20%C3%A9%20o%20nome,a%20sua%20identidade%20de%20g%C3%AAnero.). Acesso em: 28 set. 2023.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais.** São Paulo: Jandaíra, 2022.

VICTOR, Paulo. Rede social do fotógrafo. Instagram. https://www.instagram.com/paulo_victor_fotografia/?utm_source=ig_embed&ig_rid=25fd4fce-0425-4553-88d2-68c940c9b652. Acesso em: 15 fev. 2023.

VIVAS, Fernanda; FALCÃO, Márcio. STF permite reconhecer ofensa contra LGBTQIA+ como injúria racial. TV Globo – Brasília. 21 ago. 2023. Política Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/21/stf-forma-maioria-para-permitir-reconhecimento-de-ofensa-contralgbtqia-como-injuria-racial.ghtml>. Acesso em: 06 set. 2023.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 3ª ed. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 35-81p.